



Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

CAMPINAS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

DUQUE DE CAXIAS (Est. do Rio)

TRÊS RIOS (Est. do Rio)

Sede: Rua Pedro Alves, 319

Telegramas "USINAS"



TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paula Henrich

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XXIII - VOL. XLV - FEVEREIRO, 1955 - N.º 2

633.6 (81) 7051

B 823 a

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22.789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

Rio de Janeiro — Caixa Postal 420 — Enderêço Telegráfico «Comdecar»

EXPEDIENTE : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — Carlos de Lima Cavalcanti (Presidente); Delegado do Ministério do Trabalho — José Acioly de Sá (Vice-Presidente); Delegado do Ministério da Fazenda — Epaminondas Moreira do Vale; Delegado do Ministério da Viação — José de Castro Azevedo; Delegado do Ministério da Agricultura — José Wamberto Pinheiro Assunção.

Representantes dos usineiros : — Alfredo de Maya, Nelson Rezende Chaves, Walter de Andrade e Gil Metódio Maranhão.

Representante dos banqueiros : — Paulo de Arruda Raposo.

Representantes dos fornecedores : — Domingos José Aldrovandi, João Soares Palmeira e Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.

SUPLENTE

Representantes dos usineiros : — Afonso Soledade, Armando de Queiroz Monteiro, Gustavo Fernandes Lima e Luis Dias Rollemberg.

Representante dos banqueiros : — Moacir Soares Pereira.

Representantes dos fornecedores : — Clodoaldo Vieira Passos, José Augusto de Lima Teixeira e José Vieira de Melo.

TELEFONES :

PRESIDENCIA	23-6249
Chefe do Gabinete	23-2935
Oficial de Gabinete	43-3798
COMISSÃO EXECUTIVA	23-4585
Secretaria	23-6183

DIVISÃO DE ESTUDO E PLANEJAMENTO

Diretor	43-9717
Serviço de Estudos Econômicos ..	43-9717
Serviço de Estatística e Cadastro ..	32-5089

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Diretor	43-4099
Serviço de Arrecadação	23-6251
Serviço de Fiscalização	23-6251

DIVISÃO DE ASSISTENCIA A PRODUÇÃO

Diretor	43-0422
Serviço Social e Financeiro	23-6192
Serviço Técnico Agrônômico	23-6192
Serviço Técnico Industrial	43-6539

DIVISÃO DE CONTRÔLE E FINANÇAS

Diretor - Contador Geral	43-6724
Subcontador	23-6250
Serviço de Contabilidade	23-2400
Serviço de Contrôlo Geral	23-2400
Serviço de Aplicação Financeira ..	23-2400
Tesouraria	23-6250

DIVISÃO JURIDICA

Diretor - Procurador Geral ..	23-3894
Subprocurador	32-7931
Serviço Contencioso	32-7931
Serviço de Consultas e Processos ..	32-7931

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Diretor	23-5189
Serviço do Pessoal	43-6109
Secção de Assistência Social	43-7208
Serviço do Material	23-6253
Serviço de Comunicações	43-8161
Secções Administrativas	23-0796
Serviço de Documentação	23-6252
Biblioteca	43-9717
Serviço de Mecanização	23-4133
Serviço Multigráfico	23-4133
Portaria Geral	43-7526
Restaurante	23-0313
Zelador do Edifício	23-0313

SERVIÇO DE AGUARDENTE

Superintendente	43-9717
-----------------------	---------

SERVIÇO DE ALCOOL

Diretor	23-2999
Secções Administrativas	43-5079
Usinas Nacionais	43-4830

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool

(REGISTRADO COM O Nº 7.626, EM 17-10-1934, NO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS)

RUA DO OUVIDOR, 50 - 9º andar (Serviço de Documentação)

Fone 23-6252 — Caixa Postal, 420

Diretor — JOAQUIM DE MELO

Assinatura anual	{ Para o Brasil	Cr\$ 40,00
	{ Para o Exterior ..	Cr\$ 50,00
Número avulso (do mês)		Cr\$ 5,00
Número atrasado		Cr\$ 10,00

Preço dos anúncios

1 página	Cr\$ 1.000,00
½ página	Cr\$ 600,00
¼ de página	Cr\$ 300,00
Centímetro de coluna	Cr\$ 30,00
Capa (3ª interna)	Cr\$ 1.300,00
Capa externa — 1 côr	Cr\$ 1.500,00
» » — 2 côres	Cr\$ 1.800,00

O anúncio e qualquer matéria remunerada não especificados acima serão objeto de ajuste prévio.

Vendem-se volumes de BRASIL AÇUCAREIRO, encadernados, por semestre. Preço de cada volume Cr\$ 80,00.

Agentes:

DURVAL DE AZEVEDO SILVA — Rua do Ouvidor, 50 - 9º andar —
Rio de Janeiro

AGÊNCIA PALMARES — Rua do Comércio, 532 - 1º — Maceió - Alagoas

OCTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & CIA. — Rua Vigário José Inácio, 153 — Caixa Postal, 235 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

MARIANO MIRANDA — Franklin, 1968 — Buenos Aires.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

On demande l'échange.

We ask for exchange.

Intershangho dezirata

Pidese permuta.

Si richiede lo scambio

Man bittet um Austausch.

SUMÁRIO

FEVEREIRO — 1955

POLÍTICA AÇUCAREIRA	3
DIVERSAS NOTAS — Utilização de quota — Associação Brasileira de Normas Técnicas — Financiamento no Rio Grande do Norte — Crédito para desconto de promissó- rias — Tratores para Sergipe — Combate às pragas da cana em Pernambuco — Ginásio Marionense	4
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.	7
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. — (1.034 a 1.045/54 e 1.084/55)	10
JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.	24
ATOS DO PRESIDENTE DO I.A.A.	37
VISITA DO PRÉSIDENTE DO I.A.A. AO ESTADO DE PERNAMBUCO	39
BONIFICAÇÃO SOBRE ÁLCOOL DIRETO	42
EXPERIÊNCIA DE VARIEDADES	54
MERCADO INTERNACIONAL DE AÇÚCAR	55
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL	57
VIAGEM DE ESTUDOS A DIVERSAS REGIÕES CANAVIEIRAS DO CONTINENTE AMERICANO — Emanuel Franco	60
BREJO GRANDE E CURRALINHO — Miguel Costa Filho	79
ENERGIA ELÉTRICA DE PAULO AFONSO E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA E AL- COOLEIRA — Manoel Mendes de Hollanda Filho	83
QUADROS DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E CADASTRO	86
BIBLIOGRAFIA	93

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

ANO XXIII — VOL. XLV

FEVEREIRO 1955

N.º 2

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Valeu-se o Sr. Lima Cavalcanti do ensejo surgido por ocasião de sua recente visita ao Estado de Pernambuco, para esclarecer alguns aspectos da orientação que vem imprimindo à autarquia açucareira. Críticas apressadas e sem fundamento foram formuladas, inclusive em relação ao andamento de empreendimentos em curso nas diversas regiões produtoras. Segundo lembrou o Presidente do I.A.A. tais empreendimentos nem sempre haviam sido programados com base em estudos e levantamentos adequados à magnitude das obras projetadas. Dessa forma mais avisado fôra interrompê-las para preencher as falhas anotadas e evitar que as soluções apressadas e improvisadas se transformassem em fórmulas altamente lesivas para o I.A.A.

O Sr. Lima Cavalcanti abordou mais demoradamente a questão da fábrica de adubos e das escolas agro-industriais. Em relação à primeira dessas iniciativas mostrou que se tratava de duas instalações. Uma para o preparo das misturas de adubos químicos; outra para o aproveitamento do lixo da cidade do Recife. No que toca à fábrica misturadora já existe concorrência pública para a aquisição da respectiva maquinaria, na dependência, agora, dos entendimentos com a CACEX para a importação dos materiais não produzidos no País. Isso quer dizer que a obra será levada a cabo, tal como fôra previsto anteriormente.

Já em relação à fábrica de adubos à base do lixo o assunto é bem mais complexo, estando a exigir esclarecimentos indispensáveis. Basta dizer que o convênio firmado a respeito com a Prefeitura da capital pernambucana previu que a construção dessa fábrica custaria Cr\$ 14.000.000,00. Ora,

posteriormente esclareceu-se que só a maquinaria necessária deveria subir a mais de 35 milhões de cruzeiros. Tal disparidade deixou evidente a inexistência de um programa rigoroso e de um planejamento adequado. Natural, portanto, procurasse a direção do I.A.A. examinar melhor a matéria, tanto mais que diversas sugestões surgidas a seguir são de natureza a tornar mais atraente o aproveitamento industrial do lixo do Recife.

No que toca às escolas agro-industriais as falhas constatadas são igualmente ponderáveis. O orçamento do custo das obras é deficiente; não há orçamento nem sequer aproximado do custeio das escolas. Também a parte relativa ao funcionamento dos três estabelecimentos de ensino foi relegada a um plano secundário, de sorte que não se conhece estimativa aceitável dos encargos a enfrentar. Nestas condições seria temerário dar andamento às obras, correndo o risco de colocar a autarquia açucareira frente a uma situação difícil para a manutenção das escolas agro-industriais anunciadas.

A cautela com que a nova administração do I.A.A. decidiu enfrentar a realidade é compreensível e longe de merecer censuras tem de ser aplaudida como reveladora de uma preocupação sadia de fugir a aventuras ou a realizações acima dos recursos normais da autarquia. Se as obras projetadas são viáveis e respondem a uma necessidade real da família açucareira não há dúvidas de que serão levadas a termo na melhor forma. Se, no entanto, apresentam falhas, num ou noutro sentido, nada mais lógico se cuide de corrigi-las, tendo em vista, precisamente, os interesses últimos dos que mourejam na agro-indústria do açúcar.

DIVERSAS NOTAS

UTILIZAÇÃO DE QUOTA

A Usina Campestre solicitou ao I.A.A. autorização para utilizar a parcela de 16.000 sacos da quota da Usina São José, somente na presente safra, para efeito de aproveitamento das canas pertencentes a lavradores que se situam na zona canavieira de exploração agrícola.

Com pareceres da D.E.P. e da D.J., foi o pedido examinado pela Comissão Executiva, que aprovou o voto do Sr. João Soares Palmeira, no sentido de ser concedida a autorização nos seguintes termos: «Propo-nho a autorização imediata para aproveitamento dos canaviais de fornecedores e lavradores, vinculados à Usina São José, ou simultaneamente a esta usina e à Campestre, com a utilização de quotas intra-limites da São José até o limite de 16.000 sacos, condicionada à prova de recebimento da matéria prima daqueles fornecedores e lavradores.»

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

Em sessão de 27 de outubro último, a Comissão Executiva aprovou uma minuta de Resolução, abrindo o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento da subvenção anual à Associação Brasileira de Normas Técnica, de acordo com o convênio celebrado entre o I.A.A. e a referida associação.

FINANCIAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE

Foi aprovado pela Comissão Executiva o seguinte parecer do diretor da DCF:

«De acordo com o parecer do Sr. Chefe do SAF, e tendo em vista as razões apresentadas pela Usina S. Francisco, opinamos pela concessão do crédito de Cr\$ 10.000,00 para financiamento de açúcar da safra 1954/55 das usinas do Rio Grande do Norte, fa-

zendo-se o destaque da parcela de Cr\$ 4.000.000,00 para a Usina S. Francisco, ficando o saldo de Cr\$ 6.000.000,00 para distribuição entre as demais usinas do Estado, através de nossa Delegacia Regional de Natal.

Quanto à providência sugerida pelo SAF para maior segurança da operação, pensamos que a mesma poderá ser dispensada, desde que se trate de armazéns da capital de fácil controle por parte da Delegacia do I.A.A.

Somente um pronunciamento da Delegacia Regional poderá, porém, melhor esclarecer o assunto, motivo por que julgamos que o financiamento deve ser aprovado sem aquela exigência, que ficaria para exame e decisão posteriores.»

CRÉDITO PARA DESCONTO DE PRO- MISSÓRIAS

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer da DCF:

«Conforme se verifica do telegrama anexo, a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco solicita a elevação do crédito destinado a desconto de promissórias, de Cr\$ 15.000.000,00, para Cr\$ 30.000.000,00, bem como financiamento complementar do açúcar demerara, pelos motivos que expõe.

No que se refere à elevação do crédito para desconto de promissórias, considerando-se as disponibilidades existentes em Recife, resultantes da reversão do financiamento de açúcar feito com recursos do IAA para o financiamento do Banco do Brasil, parece-nos que o crédito poderá ser elevado para Cr\$ 30.000.000,00, porém em caráter não rotativo. Deve ficar também esclarecido que no caso de ter o IAA de utilizar seus recursos em outras operações consideradas urgentes, serão imediatamente suspensos os descontos de promissórias, não havendo, assim, o compromisso do IAA na aplicação total do Crédito de Cr\$ 30.000,00.

Quanto ao complemento do financiamento de açúcar demerara, considerando-se

a base atual do financiamento do Banco do Brasil em relação à safra passada, propomos que o assunto seja examinado oportunamente, à vista das reais necessidades que forem verificadas e das possibilidades de atendimento do pedido, face a outras responsabilidades financeiras do I.A.A.»

Posteriormente, em sessão de 10 de novembro, atendendo ao pedido da Cooperativa e ao parecer favorável da DCF, a Comissão Executiva resolveu tornar rotativo o crédito para desconto de promissórias.

TRATORES PARA SERGIPE

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer do Sr. Luís Dias Rollemberg:

«Não cabe dúvida que o empréstimo dos tratores por parte do IAA ao Governo de Sergipe, teve por finalidade a aplicação dos mesmos em trabalhos a favor das atividades de produção açucareira naquele Estado. Foi a propósito previsto inclusive o emprêgo dessas máquinas na conservação ou abertura de estradas, ligando as usinas às estradas de rodagem troncos.

Tendo em vista o que acima dissemos, julgamos ser de inteira oportunidade a transferência de um dos referidos tratores para a Cooperativa dos Fornecedores de Cana, dando-se ciência à DR de Sergipe para as devidas providências.»

COMBATE ÀS PRAGAS DA CANA EM PERNAMBUCO

Em sua reunião de 10 de novembro último, a Comissão Executiva tomou conhecimento e aprovou a prestação de contas apresentada pela Comissão de Combate às Pragas da Cana de Açúcar em Pernambuco e referente à contribuição do I. A. A. no exercício de 1953.

Na mesma ocasião e de acôrdo com o voto do relator, a Comissão Executiva determinou o pagamento da contribuição desta autarquia no exercício de 1954, mandando abrir o respectivo crédito no valor de Cr\$ 700.000,00.

GINÁSIO MAROINENSE

Por intermédio do Sr. Clodoaldo Vieira Passos, o Ginásio Maroinense, da cidade de Maroim, Estado de Sergipe, solicitou ao I. A. A. um auxílio para instalação do laboratório de ciências. O Ginásio Maroinense faz parte da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e está em condições de prestar valiosos serviços a diversos municípios ligados à lavoura canavieira daquele Estado.

A Comissão Executiva, em reunião de 10 de novembro próximo passado, atendeu ao pleito, concedendo um donativo no valor de Cr\$ 25.000,00.

APROVEITAMENTO DO BAGAÇO

Segundo informa o jornal francês "Plastiques Informations", a companhia South Puerto Rico vai construir uma usina, que custará 7 milhões de dólares e se destinará à produção de furfural. A matéria prima será o bagaço da cana, que até agora é utilizado como combustível. Espera-se que a nova usina esteja em funcionamento no meado de 1955. O bagaço será fornecido pela Central Romana, que é, como se sabe, a maior usina da República Dominicana e uma das maiores do mundo.

A usina será montada por técnicos da Quaker Oats Company.

FINANCIAMENTO PARA DEPÓSITO DE ALCOOL

A Usina Catanduva, localizada em Ariranha, São Paulo, solicitou ao I. A. A. o financiamento de 275.000,00 cruzeiros para aquisição de tanque de 500.000 litros de capacidade, destinado ao armazenamento do álcool produzido em sua destilaria.

Com pareceres favoráveis dos órgãos competentes do I.A.A., o requerimento foi julgado pela Comissão Executiva, que aprovou o parecer do Sr. Gil Maranhão, no sentido de ser concedido o financiamento de 253.000,00 cruzeiros.

CE DE FIVES - LILLE

agora

Fabricando no Brasil

DESTILARIAS
ÂLCOOL ANIDRO
PELO PROCESSO
MARILLER - FIVES - LILLE

★

MOENDAS E
MATERIAL
PARA USINAS

★

Para Importação :

MATERIAIS PARA
USINAS

—

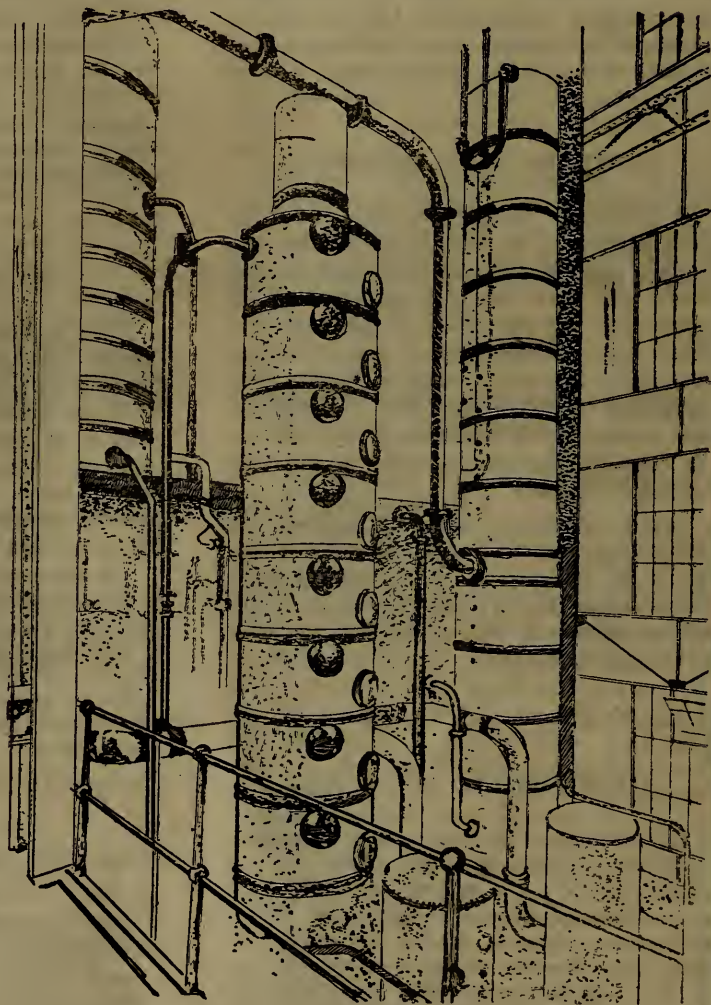
GERADORES

—

CALDEIRAS

—

FÁBRICA DE
ADUBOS ETC.



Informações

FIVES-LILLE DO BRASIL S. A.

AV. ERASMO BRAGA, 227 - S/ 1111 - RIO — End. Teleg.: FIVESLILE — Cx. Postal 3245



ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I. A. A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vèzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

69ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1954

Presentes os Srs. José Acióli de Sá, Castro Azevedo, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Epaminondas Moreira do Vale, Válter de Andrade, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Luis Dias Rolemborg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Nelson de Rezende Chaves, Roosevelt C. de Oliveira, João Soares Palmeira, José Augusto de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), Clodoaldo Vieira Passos (com processo em pauta).

Presidência do Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Expediente — Aprova-se a proposta do Sr. Castro Azevedo, no sentido de ser feita no "Brasil Açucareiro" a publicação do relatório do Sr. Nelson Coutinho sôbre a participação do I.A.A. no X Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas e Alimentícias.

Administração — Resolve-se encaminhar ao Sr. Epaminondas Moreira do Vale novo projeto do Sr. Castro Azevedo, referente à criação do "Boletim Semanal do I.A.A."

— No processo em que os funcionários da Portaria do Gabinete da Presidência pedem aumento da gratificação "pro-labore", manda-se aguardar oportunidade, de acôrdo com o parecer do Sr. Moreira do Vale.

— Aprova-se o plano organizado para o concurso de contínuos.

— De acôrdo com o parecer do Sr. Dias Rolemborg, autoriza-se o Sr. Presidente a examinar o orçamento da Fazenda Santa Escolástica.

— É deferido o requerimento em que o funcionário Alfredo Marques de Albuquerque Cavalcanti pede reajustamento de vencimentos de aposentadoria.

— Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito à rubrica 8475.

— Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito à rubrica 8205.

— Manda-se baixar em diligência o processo referente à aquisição de material para a D. C. Presidente Vargas.

— De acôrdo com o parecer do Sr. Moreira do Vale, resolve-se anular a concorrência pública para aquisição de materiais destinados à D. C. de Santo Amaro.

Alcool e aguardente — Usina Timbó-Açú, Pernambuco, pedindo adiantamento sôbre álcool — indeferido.

— Usina Paraíso, Estado do Rio, pedindo autorização para fabricar álcool hidratado — deferido, nos termos do parecer do relator.

Cooperativas — Dá-se vista ao Sr. Roosevelt C. de Oliveira do processo relativo ao contrato de financiamento para aquisição de adubos entre o I. A. A. e a Sociedade Cooperativa dos Lavradores de Cana do E. do Rio.

Julgamento de processos — Usina Tijucas e Jacó Joaquim de Souza — deferido.

— Artur Fernandes da Silva e Usina Estivas, deferido.

— Elias N. Rached e Usina Miranda, manda-se arquivar.

— Usina Oitocentos e Santa Bárbara — deferido.

— João Bonissoni e Usina São Martinho — indeferido.

— Joaquim M. Vasconcelos e Usina Muribeca — deferido.

— Manuel Bione de Araújo e Usina Barra — deferido.

— José Carneiro A. Lacerda e Usina Caxangá — baixou em diligência.

— Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Paranaguá.

70ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 1954

Presentes os Srs. José Acióli de Sá, Castro Azevedo, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Epaminondas Moreira do Vale, Válter de Andrade, Luis Dias Rolemborg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia),

Nelson de Rezende Chaves, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), João Soares Palmeira, José Augusto de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi) e Clodoaldo Vieira Passos (Suplente do Sr. Roosevelt C. de Oliveira).

Presidência do Sr. José Acióli de Sá.

Administração — Manda-se baixar em diligência o processo referente à concorrência pública para aquisição de máquinas destinadas às destilarias de São Paulo e Rio Grande do Sul.

— De acôrdo com os pareceres, aprova-se a indicação do STI, no sentido da consulta a técnicos de nomeada para conserto e reforma do aparelho de destilação da DCLT.

— Resolve-se acceitar a proposta da firma Albrizzi & Cia. para fornecimento de duas moto-bombas à destilaria de Santo Amaro.

Julgamento de processos — Usina Tijucas 2 João Vicente da Silva — deferido.

— Usina Tijucas e Francisco Henrique Duarte — deferido.

— Antônio Pires de Moraes — manda-se arquivar.

— Engenho Serra e Usina Pontal — indeferido.

— Juventino Oliveira Almeida — deferido.

— José Frabetti — manda-se cancelar o registro.

— José Teixeira Barros — deferido.

— Usina Bálsamo — manda-se baixar em diligência.

71ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1954

Presentes os Srs. José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, José Castro Azevedo, Válder de Andrade, Epaminondas Moreira do Vale, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Clodoaldo Vieira Passos (Suplente do Sr. Roosevelt C. de Oliveira), J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi) e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Administração — Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito para atender às despesas com a reforma de duas casas na D. C. de Ubirama.

— Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito para atender às despesas com a confecção de uniforme para contínuos.

— De acôrdo com os pareceres, aprova-se a proposta da Fábrica de Balanças Gama para fornecimento de uma balança ao entreposto de álcool em Maceió.

Assistência à lavoura — Aprova-se a prestação de contas da Associação de Fornecedores de Cana de Piracicaba.

Financiamentos — Aprova-se o parecer da DCF no processo de interesse das usinas Cachoeira do Mirim e Conceição do Peixe.

— É indeferido o pedido da Usina Catanduva.

— Manda-se baixar em diligência o processo de interesse da Usina do Outeiro.

Julgamento de processos — Matias M. Bittencourt — deferido.

— Paulo Giardini e Coracy da Silva e outros — deferido.

— José de Aguiar Passos — deferido.

— Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução 501/51 na Usina Sergipe.

— São também aprovados os expedientes relativos à execução da mesma Resolução nas usinas Peri-Peri e Cachoeira Lisa.

— Manda-se arquivar o processo de interesse da Usina Trindade.

— Manda-se cancelar o registro do engenho de Pedro Teodoro de Oliveira.

72ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1954

Presentes os Srs. Acióli de Sá, José Vamberto Castro Azevedo, Válder de Andrade, Moacir S. Pereira (Suplente de Paulo Raposo), Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Clodoaldo V. Passos (Suplente do Sr. Roosevelt C. de Oliveira), J. A. Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos Aldrovandi) e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. José Acióli de Sá.

Expediente — A C. E. toma conhecimento de uma reclamação apresentada pelo fornecedor Beltrão Júnior contra a Usina Coruripe.

Administração — Aprova-se o voto do Sr. João Soares Palmeira, referente à aplicação dos novos níveis do salário mínimo aos operários do SECRRA.

— Aprova-se a minuta de Resolução que abre créditos às rubricas 9277 e 7739.

— Autoriza-se o pagamento de uma indenização de Cr\$ 70.000,00 ao Sr. Guilherme Elias Calheiros, proprietário do imóvel "Boa Fortuna".

— Autoriza-se a abertura de um crédito de Cr\$ 900.000,00 para financiamento de aguardente no Paraná.

— De acordo com o parecer do Sr. Moacir Pereira, são homologadas as conclusões do parecer da comissão julgadora da concorrência pública para aquisição de aparelhagem destinada à Destilaria Central de Alagoas.

Alcool e aguardente — Manda-se baixar em diligência o processo de interesse das usinas Santo Amaro e Conceição.

— Resolve-se conceder um adiantamento de Cr\$ 600.000,00 à Usina Aliança por conta de álcool anidro a entregar.

— Autoriza-se a substituição da firma fornecedora de material para destilaria de álcool anidro, conforme requerimento da Usina Santo Alexandre.

73ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1954

Presentes os Srs. Castro Azevedo, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Epaminondas Moreira do Vale, Válder de Andrade, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Rezende Chaves, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), Roosevelt C. de Oliveira, João Soares Palmeira e Clodoaldo Vieira Passos, este último por ter processo em pauta para relatar.

Por motivo de doença não compareceu à sessão o Sr. Acióli de Sá, Vice-Presidente, no exercício da Presidência do I.A.A., tendo presidido a sessão o Sr. Castro Azevedo, representante do Ministério da Viação, na qualidade de mais antigo dos representantes ministeriais junto à Comissão Executiva.

Expediente — A C. E. toma conhecimento das indicações apresentadas pelos Srs. Nelson de Re-

zende Chaves e Clodoaldo Vieira Passos sobre quotas compulsórias do Distrito Federal.

Administração — Autoriza-se a abertura de créditos para pagamento de pessoal variável e adicionais por tempo de serviço.

— De acordo com o pedido do Procurador da República em Mato Grosso, concede-se autorização para desconto da percentagem de 10% na cobrança judicial de débitos fiscais do I.A.A.

Donativos — Aprova-se parecer do Sr. Castro Azevedo, mandando que se inclua no orçamento de 1955 um donativo de Cr\$ 10.000,00 para a Associação Pernambucana de Odontopediatria.

Assistência social — Nos termos do parecer do Sr. Roosevelt C. de Oliveira, confirma-se a decisão relativa ao pagamento da importância de Cr\$ 558.992,80 à Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe.

Julgamento de processos — Aprova-se o parecer do Sr. Roosevelt C. de Oliveira, no sentido do cancelamento "ex-officio" da quota de produção da Usina Tinoco.

— Oscar Pêreira de Magalhães, manda-se cancelar a inscrição.

— Augusto M. de Oliveira Rosa — deferido.

— Aprova-se o expediente referente à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Coruripe.

— Virgílio Pinto Ferreira — manda-se cancelar a inscrição.

74ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1954

Presentes os Srs. José Acióli de Sá, Carlos de Lima Cavalcanti, Castro Azevedo, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Epaminondas Moreira do Vale, Moacir Soares Pereira, Nelson de Rezende Chaves, Luís Dias Rolemberg, Roosevelt C. de Oliveira, João Soares Palmeira, José Augusto de Lima Teixeira, Gustavo Fernandes de Lima.

Compareceram, ainda, sem participar da votação, os Srs. Clodoaldo Vieira Passos e José Vieira de Melo, suplentes de representantes de fornecedores de cana.

Presidência do Sr. José Acióli de Sá.

Nessa reunião, foi empossado o novo Presidente do I.A.A., Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO Nº 1034/54 — De 29 de setembro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 253.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 9510 (Financiamentos — Delegacia Regional em São Paulo), o crédito especial de Cr\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil cruzeiros) à Usina Catanduva S. A. Açúcar e Alcool, situada em Ariranha, Estado de São Paulo, para aquisição de tanque para estocagem de melaço.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1035/54 — De 2 de setembro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 60.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 8170 (Aumento de Instalações — Serviço do Alcool), o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para atender ao complemento de instalações dos reservatórios arrendados pelo I.A.A. à firma Matarazzo, em Cabedelo, Estado da Paraíba.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro..

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.036/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de Cr\$ 80.500,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, e de acôrdo com a Comissão de Contrôle e Finanças, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 0370 (Aluguéis — Sede do Instituto) o crédito suplementar de Cr\$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos cruzeiros), destinado

ao pagamento de despesas do aluguel do 6º pavimento do Edifício Cardoso, sito à Praça 15 de Novembro nº 38, nesta Capital.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1037/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 800.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 9507 (Financiamentos — Delegacia Regional em Belo Horizonte), o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) à Usina Ana Florência, situada em Minas Gerais, destinado à aquisição de 5 (cinco) vagões-tanques.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.038/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 685.938,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, à rubrica 8139 (Aumento de Instalações — Armazém de Açúcar em Recife), o crédito especial de Cr\$ 685.938,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil novecentos e trinta e oito cruzeiros), destinados a execução da substituição de cobertura do Armazém de Açúcar do I.A.A. em Recife.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.039/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de Cr\$ 64.800,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 0346 (Administração Central — Limpeza) o crédito suplementar de Cr\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para ocorrer ao aumento de despesa no serviço de limpeza desta sede.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.040/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente, rubrica 0102, o crédito suplementar de Cr\$ 43.380,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, tendo à vista a representação da Divisão de Contrôles e Finanças, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 0103 o crédito suplementar de Cr\$ 43.380,00 (quarenta e três mil trezentos e oitenta cruzeiros), para atender ao pagamento da conversão da licença-prêmio a que tem direito o funcionário Oscar de Moraes Cordeiro.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.041/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre o crédito especial de Cr\$ 20.000,00 ao orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 0195 (Estação Experimental de Cana), o crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), para atender às despesas de organização de um campo de variedades de canas na Usina Estivas, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.042/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO. — Abre o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 ao orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 9603 (Adiantamentos — Administração Central), o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para adiantamento à Usina Santa Maria, no Estado do Rio de Janeiro, por conta de álcool anidro a ser entregue ao I.A.A. na safra 1954/55.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.043/54 — De 5 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente, rubrica 0802, o crédito suplementar de Cr\$ 8.640,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, tendo à vista a representação da Divisão de Contrôlo e Finanças, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 0802, o crédito suplementar de Cr\$ 8.640,00 (oito mil seiscientos e quarenta cruzeiros), para atender ao pagamento da conversão da licença-prêmio a que tem direito o funcionário Genival Silvino Martins.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.044/54 — De 6 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 3.650.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 9510 (Financiamentos — Delegacia Regional em São Paulo), o crédito especial de Cr\$ 3.650.000,00 (três milhões seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), à firma Luís Delfini & Filhos, proprietária da Usina São José, localizada em Rio das Pedras, Estado de São Paulo, para montagem de destilaria de álcool anidro e aquisição de reservatórios.

Art. 2º — A Presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.045/54 — De 20 de outubro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 600.000,00).

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 9603 (Adiantamentos — Administração Central) o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) à Usina Santa Maria S. A., sediada no Estado do Rio, por conta de álcool anidro carburante a ser entregue ao I.A.A., na safra 1954/55.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

José Accioly de Sá,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("D. O.", 30/11/54)

RESOLUÇÃO Nº 1.084/55 — De 6 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Modifica o Plano de Contrôl e Distribuição do Alcool Industrial, na Safra de 1954/55 (Resolução nº 994/54), suspende o desnaturamento e dá outras providências.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e parágrafo único do Decreto-lei nº 4.461, de 10 de julho de 1942 e pelo disposto no Decreto-lei nº 5.998, de 18 de novembro de 1943, resolve:

Art. 1º — O art. 3º da Resolução nº 994/54, de 12 de agosto de 1954 (Plano de Contrôl e distribuição do Alcool Industrial) passa a ter a seguinte redação:

«Art. 3º — As firmas interessadas no comércio de compra e venda de álcool deverão se inscrever previamente no I.A.A., para os fins da emissão das Ordens de Entrega, na forma do art. 1º e do pará-

grafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 5.998, de 18 de novembro de 1943.

Parágrafo único — Para os fins dêste artigo as firmas deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ter patente para o comércio de álcool;
- b) ter bons antecedentes fiscais;
- c) possuir capacidade de estocagem e organização de distribuição.»

Art. 2º — Serão suspensas as Ordens de Entrega de álcool às firmas que:

- a) não mantenham em dia, devidamente escriturado, o livro de modelo próprio, destinado ao registro do movimento de entradas e saídas de álcool e aguardente;
- b) impeçam ou embaracem a fiscalização do I.A.A.;
- c) não apresentem, quando solicitadas pelo I.A.A., os boletins quinzenais do livro de movimento de álcool e aguardente de modelo próprio.

Art. 3º — Os comerciantes ou consumidores que desviarem álcool para outros fins que não os determinados, pelo Instituto, nas respectivas «Ordens de Entrega», quer pelo seu desdobramento em aguardente pela adição de água, quer desviando-o para outros fins não autorizados, ficarão sujeitos ao pagamento das multas de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 10.000,00 para cada venda realizada ou lote de álcool irregularmente consumido (art. 6º, parágrafo único do Decreto-lei nº 5.998).

Art. 4º — A fiscalização da produção do álcool, do seu transporte e consumo, será exercida pela Divisão de Arrecadação e Fiscalização do I.A.A., na forma do disposto no artigo 11 do Decreto-lei nº 5.998, de 1943.

Parágrafo único — Os comerciantes de álcool ou aguardente que impeçam ou embaracem, por qualquer meio, a fiscalização do I.A.A., serão autuados na forma da legislação em vigor.

Art. 5º — O art. 13 da Resolução nº 994/54 passa a ter a seguinte redação:

«Art. 13. — Os preços de venda de álcool a granel, pelo atacadista, nos centros de distribuição dos Estados produtores, serão os seguintes, inclusive o impôsto de vendas e consignações:

Gradação G. L. a 15º C	Cr\$
Gradação igual ou superior a 99,5	6,70
Álcool fino de 96º	6,40
Gradação de 95º a 95,9	6,30
Gradação de 92º a 94,9	5,90
Gradação de 90º a 91,9	5,50»

Art. 6º — As indústrias de transformação química de álcool, consideradas de relevante interesse nacional, a juízo do I.A.A., receberão uma bonificação de Cr\$ 1,00 por litro de álcool adquirido diretamente dos produtores.

§ 1º — O pagamento da bonificação referida neste artigo se processará através da Sede e dos Órgãos Regionais do I.A.A., mediante prova de aplicação do álcool, em termo a ser lavrado pela fiscalização do I.A.A.

§ 2º — A bonificação a que se refere este artigo correrá por conta do Fundo do Álcool Industrial.

Art. 7º — A juízo do Instituto do Açúcar e do Álcool poderá ser restabelecida a desnaturação do álcool.

Art. 8º — Ficam revogados os §§ 2º, 3º e 4º do art. 3º, o art. 4º e suas alíneas; os artigos 5º, 6º, 7º e seu parágrafo único, artigos 8º e 14 e seu parágrafo único e a letra «c» do art. 16, todos da Resolução nº 994/54, de 12 de agosto de 1954.

Art. 9º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool. aos seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 13/1/55)

VARIEDADES NAS FILIPINAS

A propósito de variedades, assim comenta "The International Sugar Journal" na parte referente à cana de açúcar nas Filipinas: "De acôrdo com as circunstâncias, em período que dista apenas oito anos da liberação, nenhuma variedade híbrida alcançou grau comercial. Como em Java, impunha-se de início classificar e fazer testes das variedades disponíveis. A contribuição para êsse fim pela Victorias Milling Co. foi descrita por C. L. Locsin. A variedade nesse distrito, em 1952/53 (em percentagem para a colheita total), assim se verifica: POJ 2883, 32,53; LC 25/191 (Alunan), 18,75; H 37-1953, 18,68; POJ 2878, 12,54; outras variedades, 17,50. Nas provas de 1948 a 1951 tornou-se claro que a H 37-1933 era superior a tôdas as outras, e nas últimas provas êsse tipo tomou o lugar da POJ 2883. Na última safra a ser colhida, entretanto, veio essa variedade a ser atacada de Pythium, daí anormal quantidade d'água e conseqüente caldo pobre. POJ 3016 e CP 29/116 vêm logo depois da H 37-1933. A primeira destas dá excelente caldo, amadurece cedo, mas é sujeita a danos causados pelo vento; a última dá grande rendimento, mas apendoa profusamente, e melhor é que seja plantada tarde e cortada com 13 ou 15 meses.



G K W C O R R E N T E S I N D U S T R I A I S L T D A .

ESPECIALISTAS EM CORRENTES PARA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Av. Adolfo Pinheiro, 5102 — Tel. 8-9265 — Caixa Postal, 1383 — São Paulo

REPRESENTANTES AUTORIZADOS:

NORTE, CENTRO E SUL :

COMÉRCIO E INDÚSTRIA MATEX LTDA.

e seus subagentes.

Rio de Janeiro : — Av. Rio Branco, 25 - 17º e 18º andar — Caixa Postal 759

Recife: 175, Rua da Aurora - Bloco "C" - S. 501/505 - Caixa Postal 440

CENTRO AÇUCAREIRO DE CAMPOS:

MACHADO VIANA & CIA. LTDA.

Avenida 15 de Novembro, 1369 a 1377 — Campos

JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

PRIMEIRA INSTÂNCIA

Primeira Turma

Autuado — SAMI FARAH

Autuante — CARLOS CASSIA

Processo — A. I. 29/53 — Estado de S. Paulo.

Auto de infração — Artigo 40 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

A C Ó R D ã O N.º 2.338

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuado Sami Farah, comerciante, estabelecido no Município de Piratininga, Estado de São Paulo, por infração aos artigos 40 combinado com o 60, letra b, e artigo 63 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal deste Instituto, Carlos Cassia, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, considerando que o voto discordante do Sr. Relator, julgando procedente, em parte, o auto, é pela condenação da firma por haver infringido o artigo 40 do Decreto-lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939, com o que estou de acordo;

considerando, assim, que não é de ser considerado clandestino o açúcar,

acorda, pelo voto de desempate do Sr. Presidente e de acordo com o voto do Sr. Válder de Andrade, procedente em parte o auto, condenada a firma autuada ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00, mínimo do art. 40, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e improcedente quanto à apreensão do açúcar, por não se achar em trânsito e sim no depósito da autuada, recorrendo-se *ex-officio* para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 26 de outubro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente e Relator; Roosevelt C. de Oliveira — Vencido; Válder de Andrade.

Fui presente — José Mota Maia — 1º Suprocurador Geral.

("D. O.", 22/1/55).

Autuado — USINA DE AÇÚCAR TIJUCAS
S/A — Usina Tijucas.

Autuante — LAUDELINO CARDOSO.

Processo — A. I. 107/52 — Estado de Santa Catarina.

É de se declarar a incompetência dos órgãos de julgamento do I.A.A., quando o auto configura infração à lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 (Lei de Economia Popular).

A C Ó R D ã O N.º 2.339

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuada a Usina de Açúcar Tijucas S/A proprietária da Usina Tijucas, sita no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, por infração ao artigo 1º, item VI, da Lei nº 1.521, de 26/12/51, e autuante o fiscal deste Instituto, Laudelino Cardoso, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que os presentes autos se reportam à infração da Lei nº 1.521, de 26/12/51, que capitula crimes contra a Economia Popular;

considerando que, assim, impõe-se a remessa dos elementos alusivos à caracterização do crime ao órgão do Ministério Público para o competente procedimento,

acorda, por unanimidade, de acordo com o voto do Sr. Relator, no sentido de não se tomar conhecimento do auto de infração, devendo ser providenciada a remessa de cópias autênticas das peças do processo ao Dr. Procurador Geral do Estado de Santa Catarina, para os devidos fins.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 26 de outubro de 1955.

Castro Azevedo — Presidente; João Soares Palmeira — Relator; Válder de Andrade.

Fui presente — José Mota Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 22/1/55).

Autuados — SERAFIM & FRÉ e USINA MALUF.

Autuantes — GONZAGA BATISTA DA SILVEIRA E OUTROS.

Processo — A. I. 11/49 — Estado de S. Paulo.

É de se julgar procedente o auto, em parte, desde que não fiquem devidamente comprovadas tôdas as infrações ali articuladas.

ACÓRDÃO N.º 2.340

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que são autuadas as firmas Serafim & Fré e a Usina Maluf, sitas nos municípios de Tietê e Capivari, respectivamente, Estado de São Paulo, por infração aos artigos 38, 41, letra *b*, arts. 60 e 63, todos do Decreto-lei n.º 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais dêste Instituto, Gonzaga Batista da Silveira e outros, examinado em conexão com os processos A. I. 9/49, e 10/49, em que são autuados Giacomo Pissinat e Usina Maluf e José Sturion, respectivamente, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando se fundar a defesa dos autuados em equívoco na descarga do açúcar que adquiriram à Usina Maluf, transportados como foram pelo mesmo caminhão, daí resultando a divergência entre as numerações dos sacos de açúcar apreendidos e os registrados nas notas de remessa que exibiram;

considerando mais que a informação prestada pela Secção de Mecanografia do Instituto comprova a veracidade dessas alegações, com exclusão, de um saco, apreendido em poder do autuando Giacomo Pissinato;

considerando, no entanto, que 32 sacos do açúcar apreendido, dos quais 15 a José Sturica, e 17 a Serafim & Fré, se acham relacionados na nota de remessa n.º 187.089, emitida pela Usina Maluf, tida como inexistente, ante os termos do art. 38, do Decreto-lei n.º 1.831, de 4/12/39, por não se achar totalmente preenchida, com omissão do nome do destinatário;

considerando, por outro lado, que ficou materialmente provado, não terem as firmas Giacomo Pissinato e Serafim & Fré, inutilizado na forma legal, respectivamente, as duas e uma nota de remessa apreendidas em poder dos mesmos, fls. 6 e 7, do A. I. 9/49 e do A. I. 11/49;

considerando, finalmente, que com a apreensão a Giacomo Pissinato de um saco de açúcar de pro-

cedência da Usina Maluf, sem numeração e da nota de remessa n.º 187.089 de sua emissão, fls. 8, A. I. 11/49, não totalmente preenchida, ficaram provadas e devidamente caracterizadas as infrações ao artigo 31, § 1.º, e art. 38 do Decreto-lei n.º 1.831, de 4/12/39, articuladas contra a Usina Maluf,

acorda, por unanimidade, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, pela procedência, em parte, do auto de fls. para o efeito de ser liberado um dos 18 sacos de açúcar apreendidos à firma Serafim & Fré, por se achar coberto pela nota de remessa n.º 187.087, e julgar boa a apreensão dos demais dezessete sacos, com a incorporação do produto de sua venda à receita do Instituto, para os fins previstos na Resolução n.º 134/48 e condenar a aludida firma ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00, por falta de inutilização de uma nota de remessa e impôr à Usina Maluf a multa de Cr\$ 2.000,00, por ter deixado de indicar o destinatário, na nota de remessa n.º 187.089, de sua emissão, na conformidade, respectivamente, com o disposto nos arts. 60, letra *b*, 41, 38 e 36, parágrafo 3.º, todos do Decreto-lei n.º 1.831, de 4/12/39, recorrendo *ex-officio* para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 26 de outubro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Roosevelt C. de Oliveira — Relator; Váler de Andrade.

Fui presente — J. Motta Maia — 1.º Subprocurador Geral.

("D. O.", 22/1/55).

*
* *

Atuado — GIACOMO PISSINATO -- Usina Maluf.

Autuantes — GONZAGA BATISTA DA SILVEIRA E OUTROS.

Processo — A. I. 9/49 — Estado de S. Paulo.

Comprovada a existência de infrações distintas é de se condenar os autuados às penas cominadas pelas faltas em que incidiram.

ACÓRDÃO Nº 2.342

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuado Giacomo Pissinato, proprietário da Usina Maluf, sita no município de Tieté, Estado de São Paulo, por infração ao § 2º do art. 31, § 3º do art. 36, arts. 41 e 63, e letra *b* do art. 60 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais deste Instituto, Gonzaga Batista da Silveira e outros, examinado em conexão com os processos A. I. 10/49 e A. I. 11/49, em que são autuados José Sturion e Serafim & Fré e Usina Maluf, respectivamente, e Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando se fundar a defesa dos autuados em equívoco na descarga do açúcar que adquiriram à Usina Maluf, transportados como foram pelo mesmo caminho, daí resultando a divergência entre as numerações dos sacos de açúcar apreendidos e os registrados nas notas de remessa que exibiram;

considerando mais que a informação prestada pela Seção de Mecanografia do Instituto comprova e veracidade dessas alegações, com exclusão, de um saco, sem numeração, apreendido em poder do autuado Giacomo Pissinato;

considerando, no entanto, que 32 sacos do açúcar apreendido, dos quais 15 a José Sturion e 17 a Serafim & Fré, se acham relacionados na nota de remessa nº 187.089, emitida pela Usina Maluf, tida como inexistente, ante os termos do art. 38, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, por não se achar totalmente preenchida, com a omissão do nome do destinatário;

considerando por outro lado que ficou materialmente provado, não terem as firmas Giacomo Pissinato e Serafim & Fré, inutilizado na forma legal, respectivamente, as duas e uma nota de remessa apreendidas em poder dos mesmos, fls. 6 e 7 do A. I. 9/49 e do A. I. 11/49;

considerando, finalmente, que com a apreensão a Giacomo Pissinato de um saco de açúcar de procedência da Usina Maluf, sem numeração, e da nota de remessa nº 187.089 de sua emissão, fls. 8, A. I. 11/49, não totalmente preenchida, ficaram provadas e devidamente caracterizadas as infrações ao art. 31, § 1º, e art. 38 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, articuladas contra a Usina Maluf,

acorda, por unanimidade, de acordo com o voto do Sr. Relator, pela procedência, em parte, do auto de fls. para julgar boa a apreensão de um saco de açúcar, incorporando-se à receita do Instituto o produto de sua

BAÍLIO DE MAGALHÃES

★

O Açúcar nos Primórdios = do Brasil Colonial =

Edição da
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

★

À venda na
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Cr\$ 40,00

venda para os fins previstos na Resolução nº 154/48 com a liberação dos outros sete sacos, por se acharem cobertos pelas notas de remessa ns. 187.086 e 187.088 e condená-la ao pagamento da multa de Cr\$ 1.000,00 correspondente a Cr\$ 500,00 por nota de remessa que deixou de inutilizar, fazendo-se a compensação dessa importância, com a do valor do açúcar, vendido por Cr\$ 1.152,00, fls. 40, e impor à Usina Maluf a multa de Cr\$ 1.000,00, por ter deixado de numerar o saco de açúcar de sua fabricação, apreendido à primeira autuada, nos termos, respectivamente, dos arts. 60, alínea *b*, 41 e 31, § 1º, todos do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39. Recorrendo-se para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 27 de outubro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Roosevelt C. de Oliveira — Relator; Váller de Andrade.

Fui presente — J. Motta Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 27/1/55).

Autuado — CAIRALLAS ADDAS.

Autuante — JOSÉ BRUM.

Processo — A. I. 305/53 — Estado de São Paulo.

Açúcar clandestino. Artigo 60, letra *b* do Decreto-lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

A C Ó R D ã O N º 2 . 3 4 3

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado Cairallas Addas, firma comercial estabelecida no Município de Uchôa, Estado de São Paulo, por infração ao artigo 33, combinado com a alínea *b* do artigo 60, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal dêste Instituto, José Brum, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que o açúcar foi encontrado já no armazém, desacompanhado de nota de remessa ou entrega;

considerando, assim, que não se tratava de açúcar em trânsito, tanto mais quanto os sacos traziam a marca que identificava a sua procedência,

acorda, pelo voto de desempate do Sr. Presidente, de acôrdo com o voto do Sr. Válder de Andrade, improcedente o auto, devolvendo-se ao autuado a importância do açúcar apreendido, recorrendo-se *ex-officio* para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 4 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente e Relator; Válder de Andrade; João Soares Palmeira — Vencido.

Fui presente — Leal Guimarães — 1º Subprocurador substituto.

("D. O.", 24/1/55).

*
* *

Reclamante — CÍCERO CAVALCANTI DE MORAIS.

Reclamada — USINA CAPIBARIBE.

Processo — P. C. 47/54 — Estado de Pernambuco.

Ê de ser julgada improcedente a reclamação, quando os fatos argüidos na inicial não ficam provados na instrução do processo.

A C Ó R D ã O N º 2 . 3 4 4

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante Cícero Cavalcanti de Moraes, proprietário do Engenho Penedo Velho, situado no Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, e reclamada a Usina Capibaribe, localizada no mesmo Município e Estado, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a verificação feita por perito agro-social dêste Instituto constatou não ter havido recusa da Usina em receber as canas do reclamante;

considerando, assim, que é de se julgar improcedente a reclamação, uma vez que as alegações da inicial não ficaram devidamente comprovadas,

acorda, por unanimidade de votos, em julgar improcedente a reclamação, feitas as comunicações de praxe.

Comissão Executiva, 10 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; João Soares Palmeira — Relator; Válder de Andrade.

Fui presente — J. Motta Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 24/1/55).

*
* *

Autuado — FRANCISCO FERREIRA DE MENDONÇA.

Autuante — COLIMADOS ROCHA.

Processo — A. I. 181/53 — Estado do Espírito Santo.

Auto de infração — Artigo 4º do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

A C Ó R D ã O N º 2 . 3 4 9

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado Francisco Ferreira de Mendonça, comerciante, residente no Município de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, por infração ao art. 42, §§ 1º e 2º, combinados com o art. 60, alínea *b*, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal dêste Instituto, Colimados Rocha, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a mercadoria apreendida não se achava em trânsito;

considerando que a própria fiscalização, caracterizando a mercadoria e a sua procedência, eliminou a hipótese de clandestinidade;

considerando que a juntada dos documentos exigidos em lei, à defesa, não ilide a infração do art. 42 e parágrafos;

considerando que o infrator é primário, acorda, pelo voto de desempate do Sr. Presidente, de acôrdo com o Sr. Relator, em julgar procedente, em parte, o auto, para o fim de condenar o autuado às penas do art. 42, isto é, Cr\$ 200,00, devolvendo-se ao autuado a mercadoria apreendida, por ser improcedente a sua apreensão, recorrendo-se *ex-officio* para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 17 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Válder de Andrade — Relator; Roosevelt C. de Oliveira — Vencido.

Fui presente — J. Motta Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 24/1/55).

*
* *

Autuada — USINA SAPUCAIA S. A.

Autuantes — CLAUDIANO MANSO POVOA E OUTRO.

Processo — A. I. 135/53 — Estado do Rio de Janeiro.

Comprovada a infração em face dos elementos constantes dos autos, condena-se o autuado às penas correspondentes aos preceitos legais violados.

A C Ó R D Ã O N° 2.350

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a Usina Sapucaia S. A., sita em Campos, Estado do Rio de Janeiro, por infração aos arts. 39, 64 e 65, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais dêste Instituto, Claudiano Manso Povoá e outro, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que, conforme os elementos constantes dos autos, ficou comprovado ter a firma autuada dado saída a açúcar, sem o devido recolhimento da taxa de defesa;

considerando mais ter a referida firma feito referência a guia de pagamento inexistente;

considerando tudo e mais que dos autos consta, acorda, por unanimidade, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, em julgar procedente o auto, condenada a Usina à multa de Cr\$ 21.600,00, sendo Cr\$ 2.000,00 por lançar na nota de remessa guia de pagamento de taxa não existente e Cr\$ 19.600,00 por infração do art. 65 do Decreto-lei 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 17 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Válder de Andrade — Relator; João Soares Palmeira.

Fui presente — José da Mota Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 25/1/55).

*
* *

Autuada — USINA SANTANA S/A.

Autuantes — GLAUDIANO MANSO POVOA E OUTRO.

Processo — A. I. 103/52 — Estado do Rio de Janeiro.

Comprovada a materialidade da infração, é de se julgar procedente o auto.

A C Ó R D Ã O N° 2.351

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a Usina Santana S/A proprietária da Usina Santana sita no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, por infração ao art. 31 e seu parágrafo 3º do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais dêste Instituto, Claudiano Manso Povoá e outro, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando ter a autuada em sua defesa confessado a infração articulada ao auto de fls.,

considerando mais, que os argumentos de defesa, além de comprovarem ser a autuada reincidente na falta em que incorreu, não ilidem a sua responsabilidade,

considerando, finalmente, os antecedentes fiscais da autuada,

acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente o auto, condenada a Usina Santana S/A ao pagamento da multa de Cr\$ 1.000,00, nos têrmos do

§ 3º do art. 31, do Decreto-lei 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se

Comissão Executiva, 17 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Roosevelt C. de Oliveira — Relator; Válder de Andrade.

Fui presente — J. Motta Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 25/1/55).

*
* *

Reclamante — COOPERATIVA MISTA DE FORNECEDORES DE CANA DA BAHIA.

Reclamada — USINA D. JOÃO — S. A. TOURINHO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL.

Processo — P. C. 53/54 — Estado da Bahia.

Homologa-se desistência em que foram observadas as formalidades legais.

A C Ó R D Ã O N.º 2.352

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante a Cooperativa Mista de Fornecedores de Cana da Bahia, sita em Salvador, Estado da Bahia, e reclamada a Usina D. João-S. A. Tourinho Agrícola e Industrial, localizada no Município de São Francisco, Estado da Bahia, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que, pelo documento a fls. 8 dêste processo, o reclamante declara ter recebido as retenções em atraso de seus fornecedores, motivo por que desiste da reclamação;

considerando que, por força dêsse documento, é de se homologar a desistência,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser homologada a desistência da reclamação, feitas as comunicações de praxe.

Comissão Executiva, 17 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; João Soares Palmeira — Relator; Válder de Andrade.

Fui presente — J. Motta Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 25/1/55).

Reclamante — COOPERATIVA MISTA DE FORNECEDORES DE CANA DA BAHIA.

Reclamada — USINA SANTA LUZIA LTDA.

Processo — P. C. 57/54 — Estado da Bahia.

Julga-se prejudicada a reclamação que perde seu objeto.

A C Ó R D Ã O N.º 2.358

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante a Cooperativa Mista de Fornecedores de Cana da Bahia, localizada em Salvador, Estado da Bahia, e reclamada a Usina Santa Luzia Ltda., sita no mesmo Município e Estado, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando ter a reclamação perdido o seu objeto, com o recolhimento pela Usina Santa Luzia à Cooperativa reclamante das retenções versadas na inicial,

acorda, por unanimidade de votos, em julgar prejudicada a reclamação, com posterior arquivamento do processo.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Roosevelt C. de Oliveira — Relator; Válder de Andrade.

Fui presente — Leal Guimarães — 1º Subprocurador Geral substituto.

("D. O.", 25/1/55).

*
* *

Reclamante — AUGUSTO GAMA E LAURA GAMA REIS.

Reclamada — S/A USINA CORURIPE.

Processo — P. C. 17/54 — Estado de Alagoas.

Julga-se procedente a reclamação quando amparada por dispositivos legais.

A C Ó R D Ã O N.º 2.359

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que são reclamantes Augusto Gama e Laura Gama Reis, fornecedores, domiciliados no Município de Coruripe, Estado de Alagoas, e reclamada a S/A Usina Coruripe, proprietária da Usina Coruripe, sita no mesmo Município e Estado, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a reclamada moeu canas próprias em detrimento do contingente de cana de seus fornecedores;

considerando que a reclamação encontra, na Legislação Canavieira em vigor, amparo às suas reclamações,

considerando tudo o mais que dos autos consta acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente a reclamação, voltando o processo à Procuradoria Regional em Alagoas para que se proceda à avaliação da indenização a ser paga.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Epaminondas Moreira do Vale — Presidente substituto; *Válter de Andrade* — Relator; *João Soares Palmeira*.

Fui presente — *José Mota Maia* — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 25/1/55).

Segunda Turma

Autuado — MIGUEL ANTÔNIO CORIA.

Autuante — JOSÉ BRUM.

Processo — A. I. 92/53 — Estado de S. Paulo.

A falta de conservação de nota de entrega sujeita o comerciante à pena da lei.

ACÓRDÃO N.º 2.174

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuado Miguel Antônio Coria, comerciante, residente no município de José Bonifácio, Estado de São Paulo, por infração ao art. 41, § 2º, art. 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal deste Instituto, José Brum, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a infração está materialmente provada e confessada;

considerando que o comerciante de açúcar é obrigado a conservar por dois anos a nota de remessa que acompanha a mercadoria;

considerando que a falta de conservação do referido documento sujeita o infrator à pena da lei, acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente o auto de fls., condenada a firma autuada ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não conservada e Cr\$ 200,00 por sete notas de entrega que

deixou de conservar, no total de Cr\$ 1.900,00, mínimos previstos nos artigos 41 e 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 23 de dezembro de 1953.

Castro Azevedo — Presidente; *João Soares Palmeira* — Relator; *Nelson de Rezende Chaves*.

Fui presente — *Fernando Oiticica Lins* — 2º Subprocurador Geral.

("D. O.", 18/1/55).

SEGUNDA INSTANCIA

Comissão Executiva

Autuado e recorrente — JOSÉ DOS SANTOS COSTA.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 85/52 — Estado de São Paulo.

É passível de penalidade o comerciante que não inutilizar a nota de remessa, referente a açúcar recebido, de acordo com as determinações do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

ACÓRDÃO N.º 687

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso voluntário, em que é recorrente José dos Santos Costa, comerciante, domiciliado no Município de Olímpia, Estado de São Paulo, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a materialidade da infração está provada no processo;

considerando que o próprio recorrente confessa a falta cometida;

considerando que não é lícita a alegação de ignorância do texto da lei, constante do recurso apresentado;

considerando que é passível de penalidade prescrita em lei o comerciante que deixar de inutilizar nota de remessa que acompanha a partida de açúcar adquirida com a palavra "Recebida";

considerando, entretanto, que se trata de infrator primário,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto e condenou o autuado à multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não inutilizada, no total de Cr\$ 2.500,00, grau mínimo do art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Mocir Soares Pereira* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrida — USINA DA PEDRA — Irmãos Biagi.

Recorrente *ex-officio* — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 70/52 — Estado de S. Paulo.

Não estando provado o ilícito fiscal e capitulada erroneamente a infração, é de se julgar improcedente o auto.

ACÓRDÃO Nº 688

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso *ex-officio*, em que é recorrente a Segunda Turma de Julgamento, e recorrido a Usina da Pedra, de Irmãos Biagi, situada no Município de Serrana, Estado de São Paulo, por infração aos arts. 33, combinado com o 36 do Decreto-lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que não ficou comprovado no processo o ilícito fiscal;

considerando, ainda, que o próprio autuante reconheceu ter havido equívoco na capitulação do auto,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso *ex-officio*, mantida a decisão recorrida que julgou improcedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL

Desde 1889 o INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL se tem dedicado à tecnologia da produção de açúcar, passando em revista todos os progressos importantes nos setores da agricultura, química e engenharia da indústria açucareira mundial. Com o seu índice anual de cerca de 2300 entradas, é uma obra indispensável de consulta com o maior volume de informações técnicas que aparece anualmente.

Enviamos, se solicitado, exemplar grátis de amostra.

Assinatura anual: US \$4,00, porte pago (12 números).

THE INTERNATIONAL SUGAR
JOURNAL LTD.

7 & 8, Idol Lane, London, E. C. 3
Inglaterra

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Mocir Soares Pereira* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrente — USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO S/A.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 33/52 — Estado de São Paulo.

Deixa-se de tomar conhecimento do recurso interposto fora do prazo legal.

ACÓRDÃO Nº 689

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em que é autuada e recorrente a Usina Açucareira Paredão S/A, proprietária da Usina Paredão,

sita no Município de Oriente, Estado de São Paulo, por infração ao art. 146 do Decreto-lei nº 3.855 de 21/11/41, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a data da apresentação do recurso, para todos os efeitos, será a que constar da anotação a que alude o art. 81 da Resolução 97/44;

considerando que a anotação constará obrigatoriamente no corpo do processo e será feita pelo funcionário que receber o recurso;

considerando que a anotação com o carimbo da Delegacia Regional está datado de 15 de julho de 1954, fora, portanto, do prazo de 30 dias a que se refere a alínea *b* do art. 33 da Resolução 97/44;

acorda, por maioria de votos, no sentido de não ser recebido o recurso, por ter sido apresentado fora do prazo legal.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *José Vamberto Pinheiro de Assunção* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrente — JOSÉ VIEIRA MACHADO SOBRINHO.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 7/53 — Estado de Sergipe.

É de ser dado provimento, em parte, ao recurso, visto ter sido constatado o cumprimento do objetivo da lei.

A C Ó R D Ã O N.º 690

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuado e recorrente José Vieira Machado Sobrinho, comerciante, residente no Município de Aracajú, Estado de Sergipe, por infração ao art. 41, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que quatro das quinze notas de remessa haviam sido inutilizadas pelo carimbo da fiscalização estadual de Sergipe, cumprindo-se, assim, ainda que indiretamente o espírito da lei;

considerando que ficou provada a infração ao art. 41, com a juntada das notas apensadas ao processo;

considerando tudo mais que dos autos consta,

acorda, em julgar, por maioria, de acôrdo com o voto do Sr. Válder de Andrade, constante das notas taquígráficas, no sentido de ser dado provimento, em parte, ao recurso, para que sejam excluídas da condenação as quatro notas inutilizadas pelo Pôsto Fiscal de Sergipe, ficando o autuado condenado ao pagamento da multa de Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), correspondente a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por nota não inutilizada, no total de onze.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Válder de Andrade* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrente — OSVALDO M. CHAMMA.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 99/50 — Estado de São Paulo.

É de ser confirmada a decisão recorrida que bem apreciou a prova produzida.

A C Ó R D Ã O N.º 691

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é recorrente Osvaldo M. Chamma, comerciante, domiciliado no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que o recorrente insiste apenas em argumentos já desprezados em primeira instância,

acorda, por unanimidade, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso,

mantida a decisão recorrida, nos termos do acórdão nº 1.472, da Primeira Turma de Julgamento.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 24 de novembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Válter de Andrade* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuada — CIA. INDÚSTRIA E VIAÇÃO DE PIRAPORA.

Recorrente *ex-officio* — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 84/52 — Estado da Bahia.

Confirma-se a decisão que está conforme a prova dos autos.

A C Ó R D Ã O N.º 692

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada a Cia. Indústria e Viação de Pirapora, localizada no Município de Joazeiro, Estado da Bahia, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrente *ex-officio*, a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a infração está provada;

considerando que bem decidiu a primeira instância, excluindo da condenação as notas cuja conservação já havia ultrapassado o prazo estabelecido em lei,

acorda, por unanimidade, em negar provimento ao recurso *ex-officio*, mantida a decisão de primeira instância que julgou procedente, em parte, o auto de infração.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 1º de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Carro Azevedo* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

Recorrente — CIA. USINA CAMBAIBA.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — P. C. 77/52 — Estado do Rio de Janeiro.

É de ser, mantida a decisão de primeira instância que bem apreciou a prova dos autos.

A C Ó R D Ã O N.º 693

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é interessada e recorrente a Cia. Usina Cambaiba, localizada no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando depender o desmonte ou remoção de balança já existente em 1º de junho de 1941, do consentimento expresso do Instituto, como dispõe o art. 34 do Estatuto da Lavoura Canavieira;

considerando mais ter o Instituto reconhecido no processo P. C. 4/50, a responsabilidade da usina recorrente, pelo pagamento das indenizações resultantes dos prejuízos sofridos pelos fornecedores, com o não aproveitamento de suas canas, em virtude da remoção da balança de Guandu;

considerando, finalmente, que a decisão de primeira instância guarda conformidade com a prova dos autos,

acorda, por maioria de votos, contra o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso, mantida a decisão de primeira instância, nos termos do parecer do Dr. Procurador Geral.

Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Roosevelt C. de Oliveira* — Relator designado para o acórdão.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Subprocurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrente — SÃO PAULO RE-FRESCOS S. A.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 151/52 — Estado de São Paulo.

É de ser confirmada a decisão proferida de acôrdo com a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 694

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada e recorrente a firma São Paulo Refrescos S. A., situada na capital do Estado de São Paulo, por infração ao art. 41, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a firma recorrente, nas suas alegações de defesa, não conseguiu destruir a prova feita nos autos, a qual demonstra, de modo inequívoco, a materialidade da infração por ela cometida;

considerando que o dispositivo legal infringido determina expressamente que a nota de remessa seja inutilizada com a aposição da palavra "recebida", a fim de evitar seja mesma utilizada por mais de uma vez;

considerando, finalmente, que é de se negar provimento a recurso quando a decisão recorrida guarda conformidade com a prova dos autos,

acorda, por maioria, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso, mantida a decisão de primeira instância, pelos seus justos fundamentos.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *J. A. de Lima Teixeira* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuado e recorrente — JOSÉ SALOMÃO IRMÃO — Casa Variante.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 42/51 — Estado de São Paulo.

É de aplicar-se as penalidades da lei à firma que deixar de inutilizar devidamente notas de remessa de açúcar.

ACÓRDÃO Nº 695

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuado e recorrente José Salomão

Irmão, comerciante, residente no município de Valparaíso, Estado de São Paulo, por infração aos artigos 41 e 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando ter se comprovado a infração mediante apresentação de provas materiais, sendo a infração baseada em apreensão de notas de remessa não inutilizadas;

considerando, no entanto, não ter sido apresentada prova concludente de referência à venda do açúcar em sacos de 60 quilos, sem a expedição da competente nota de entrega;

considerando, finalmente, tratar-se de infratora primária,

acorda, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, mantida a decisão de primeira instância, no sentido de condenar a firma infratora ao pagamento da multa de..... Cr\$ 1.000,00, em correspondência às duas notas de remessa não inutilizadas, de acôrdo com o disposto sobre o assunto pelo art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, inclusive em relação ao disposto no acórdão de referência à Usina Santa Bárbara, mandando remeter cópia do documento de fls. 19 dos autos à Divisão de Arrecadação e Fiscalização, para que, obedecidas as formalidades de praxe, promova a autuação da referida Usina Santa Bárbara, como incurso nas penalidades estabelecidas no art. 38 do mesmo Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, uma vez que estão verificadas emendas em relação a notas de remessa emitidas por essa fábrica.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; *Luís Dias Rolemberg* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

*
* *

Autuada e recorrente — IRMÃOS NOVAIS & CIA. LTDA.

Recorrido — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 167/50 — Estado de São Paulo.

Aplicam-se as penalidades previstas em lei quando ficar devidamente comprovado não se encontrarem inutilizadas notas de remessa de açúcar.

A C Ó R D Ã O N.º 696

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada e recorrente a firma Irmãos Novais & Cia. Ltda., estabelecida no município de Cafelândia, Estado de São Paulo, por infração aos arts. 41 e 42 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que, pela documentação constante dos autos estão claramente comprovada a infração;

considerando que as razões de sustentação de defesa da firma autuada ao recurso voluntário nada mais esclarecem, no sentido de exculpá-la, uma vez que a documentação constante do processo comprova a existência de 12 notas de remessa não inutilizadas e mais ainda que 6 outras não foram conservadas em poder do reclamante, tendo em vista o prazo da lei;

considerando, no entanto, tratar-se de infratora primária conforme informações da Divisão de Arrecadação e Fiscalização,

acorda, por maioria de votos, julgar procedente o auto de infração, negando provimento ao recurso, para manter a decisão de primeira instância, no sentido de condenar a firma autuada ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa, no total de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) em correspondência a 18 notas de remessa encontradas em situação irregular, tudo de acordo com o previsto no art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, grau mínimo.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Luis Dias Rolemberg — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

Autuada e recorrida — SALLES & CIA. LTDA.
Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 37/53 — Estado de Minas Gerais.

— Auto de infração.

— Art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

A C Ó R D Ã O N.º 697

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada e recorrente a firma Salles & Cia. Ltda., firma localizada no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a infração está provada e também confessada, não procedendo, portanto, as alegações do recurso interposto pela autuada;

considerando tudo o mais que dos autos consta,

acorda, por unanimidade, de acordo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso, confirmando-se a decisão de primeira instância que julgou procedente o auto, condenando-se a firma autuada ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não inutilizada, no total de Cr\$ 6.000,00, referente a 12 notas, mínimo do art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 15 de dezembro de 1954.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Castro Azevedo — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 21/1/55).

ENTREGA DE ALCOOL ANIDRO

A Comissão Executiva, reunida em 29 de setembro passado, tomou conhecimento de um telegrama da Delegacia Regional da Bahia, em que aquele órgão comunica ter iniciado a entrega de álcool anidro às companhias petrolíferas do Estado.

A primeira entrega foi feita à Texaco num volume de 9.000 litros, produzidos na Destilaria de Santo Amaro.



Máquinas Modernas para Cultura de Cana



➤ Carregador de Cana "CASTAGNOS"

➤ Carregador de Cana "CASTAGNOS"
transformado num "DRAGLINE"

➤ Navalha Mecânica "CASTAGNOS"
para cortar soquetes de cana

Plantadeira de Cana
WILLIAM TR



Representantes: SOCIEDADE IMPORTADORA DE EQUIPAMENTO LTDA.
AV. FRANKLIN ROCSEVELT, 39 - 14.º AND. - S. 1408 — TELS. 32-8209 - 52-2748

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

ESTADO DA BAHIA:

- 52.365/54 — Miguel Paulo de Oliveira — Alcobaca — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 8/1/55.
- 46.602/54 — Hermenegildo Ribeiro de Magalhães — Macaúbas — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 21/1/55.
- 33.472/54 — Julio da Costa Pinto Dias — Santo Amaro — Transferência de quota de fornecimento de cana para Antônio Bonfim de Carvalho, junto à Usina Terra Nova — Mandado arquivar, em 21/1/55.
- 17.577/54 — Cia. Agricultora e Mercantil — Santo Amaro — Transferência de quota de fornecimento de cana para Osvaldo Pinto de Carvalho, junto à Usina Terra Nova — Mandado arquivar, em 26/1/55.

ESTADO DO CEARÁ:

Deferidos, em 17/1/55

- 19.802/53 — Luís Aires de Menezes — Pacotí — Inscrição de engenho de rapadura.
- 26.105/54 — Aprígio Epifânio de Araújo — Aquiraz — Inscrição de engenho de rapadura.
- 27.639/54 — Antônio Amâncio da Cruz — Aurora — Inscrição de engenho de rapadura.

ESTADO DE GOIÁS:

- 2.667/41 — Venerando Patrício da Silva — Santa Rita do Paranaíba — Transferência de engenho para Nicolino Alves Muniz — Mandado arquivar, em 17/1/55.
- 52.139/54 — Bernardino José de Moura — Buriti Alegre — Inscrição de engenho de açúcar — Indeferido, em 24/1/55.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

- 52.246/54 — Patrocínio Martins de Paula — Januária — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 17/1/55.

- 30.189/54 — José Batista de Oliveira — Sacramento — Inscrição de engenho de aguardente e rapadura — Deferido, em 21/1/55.

- 47.867/54 — Geraldo Pereira Baião — Campo Belo — Transferência de engenho de aguardente, de Pedro José Teodoro — Mandado arquivar, em 21/1/55.

Indeferidos, em 21/1/55

- 53.038/54 — Sociedade Imobiliária Bonfim Ltda. — Matias Barbosa — Inscrição de engenho de aguardente.
- 57.694/54 — Vitorino Afonso Filho — Mirai — Inscrição de engenho de aguardente.

- 56.747/54 — Cândido José Martins — Pequi — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 24/1/55.

- 11.350/53 — Francisco da Costa Matoso — Curvelo — Transferência de engenho para Antônio Diniz Neto — Mandado arquivar, em 24/1/55.

ESTADO DA PARAIBA:

- 33.821/54 — José Inácio Miranda Pereira — Areia — Transferência de engenho de rapadura de José Inácio Pereira de Melo — Deferido, em 19/1/55.

- 37.056/54 — Manoel Moreira — Sapé — Transferência de quota de fornecimento de cana para Augusto Guilherme, junto à Usina Santa Helena — Mandado arquivar, em 21/1/55.

- 45.757/54 — Osvaldo Pina de Albuquerque — Serraria — Transferência dos engenhos de rapadura e aguardente de Antônio Barbosa Pereira de Lucena e Demétrio Alves de Queiroz — Deferido, em 27/1/55.

ESTADO DO PARANÁ:

- 53.258/54 — Ernesto Hezel — Pitanga — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 17/1/55.

- 47.950/54 — Irmãos Ivanczuk — Prudentópolis — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 18/1/55.
- 47.479/55 — Irmãos Terluk — Prudentópolis — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 24/1/55.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

- 33.378/54 — Severino Carlos da Silva — Igarassú — Instalação de uma fábrica de rapadura — Mandado arquivar, em 8/1/55.
- 54.704/54 — Tranquilino de Souza Athayde — Petrolina — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 17/1/55.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

- 51.044/54 — L. Sehn & Cia. — Carasinho — Cancelamento *ex-officio* da inscrição da destilaria de álcool — Deferido, em 17/1/55.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

- 28.119/53 — Flávio França Pinheiro — Sumidouro — Transferência do engenho de rapadura e aguardente de Antônio Wermelinger — Deferido, em 17/1/55.

Deferidos, em 21/1/55

- 25.365/54 — Branca Peçanha Ferreira — Campos — Transferência do engenho de aguardente de Teotônio Ferreira de Araújo.

- 55.501/54 — Diogo Mancebo Reis — Macaé — Desentranhamento de documentos.

- 49.272/54 — Francisco Ferreira Lima (Espólio) — Campos — Medida assecuratória: impossibilidade de completar sua quota junto à Usina Barcelos — Deferido, em 26/1/55.

ESTADO DE SANTA CATARINA:

- 48.783/54 — Luiz de Rochi — Urussanga — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 19/1/55.

- 15.243/54 — Afonso Fretta — Urussanga — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 21/1/55.

- 53.375/54 — Rosalino Carrer — Urussanga — Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 21/1/55.

ESTADO DE SÃO PAULO:

- 45.170/54 — Carlos de Rezende Enout — São Joaquim da Barra — Transferência de engenho de aguardente, de Domingos Canesim — Deferido, em 8/1/55.

Deferidos, em 17/1/55

- 29.373/54 — João Buso — Araras — Transferência de quota de fornecimento de cana de Antônio Curtolo, junto à Usina Santa Lúcia.

- 39.972/54 — Geraldo Domingos Parizotto e outro — Chavantes — Transferência de engenho de aguardente de Antônio Parizotto, a título precário.

Deferidos, em 19/1/55

- 32.362/53 — Joaquim Cipriano de Camargo — São Manoel — Inscrição de engenho de aguardente.

- 51.752/54 — Armando Andrade S. A. — Pirassununga — Inscrição de engenho de aguardente.

- 48.726/54 — José Carneiro Salgado e outro — Pindamonhangaba — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 21/1/55.

CAMPANHA NACIONAL DA CRIANÇA

A Comissão Executiva do I.A.A., em reunião de 20 de outubro último, resolveu conceder um donativo no valor de 50.000 cruzeiros à Campanha Nacional da Criança.

Na mesma ocasião, mandou abrir o necessário crédito.

VISITA DO PRESIDENTE DO I. A. A. AO ESTADO DE PERNAMBUCO

Acompanhado dos Srs. Alfredo Duarte Filho, chefe do seu gabinete, e Nelson Coutinho, assistente técnico da Presidência, viajou para o Recife, no dia 29 de janeiro, o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti. O Presidente do I.A.A., que foi a Pernambuco assistir a posse do Governador Cordeiro de Farias, valeu-se da oportunidade para entrar em contacto com os círculos canavieiros pernambucanos e para inspecionar os serviços da Delegacia Regional.

Durante a sua permanência no Recife o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti participou de sessões especialmente convocadas na Associação dos Fomecedores de Cana e da Cooperativa de Usineiros.

Participou, igualmente, o Presidente do I. A. A. de uma mesa redonda com os produtores de aguardente, esteve presente a uma reunião do Banco de Plantadores de Cana e recebeu em audiência diversas comissões de trabalhadores na indústria e na lavoura canavieira. Entre outras visitas realizou o Sr. Lima Cavalcanti as seguintes: ao Hospital Barão de Lucena, à D. C. «Presidente Vargas»; aos entrepostos de aguardente e de álcool; às instalações para a mistura de adubos na fábrica de Iburá; e aos ambulatórios médicos que o I.A.A. vem construindo no Estado.

Durante a recepção na Cooperativa de Usineiros o Sr. Lima Cavalcanti pronunciou um discurso no qual fixou o seu programa de trabalho à frente da autarquia e abordou alguns problemas específicos do I.A.A. em Pernambuco. Disse de início o Sr. Lima Cavalcanti que ao assumir a Presidência sentira a existência de desentendimentos entre as diversas zonas produtoras de açúcar do País. Por isso cuidara, sem demora, de entrar em contacto com os círculos ligados à agro-indústria para fazer nascer o ambiente de harmonia indispensável à solução dos problemas comuns.

CONJUNTURA AÇUCAREIRA

«Sérios eram os problemas a serem enfrentados para o restabelecimento do equi-

librio estatístico da safra em curso», disse o Presidente do I.A.A., acrescentando:

«Grandes estoques de açúcar estavam retidos nos centros de produção, sem possibilidade de escoamento para os mercados internos. As vendas do produto se reduziam ao mínimo, em consequência mesmo do fator psicológico representado pela falta de confiança na estabilidade dos preços oficiais, que não eram alcançados.

As vendas para o exterior já tinham sido realizadas em volumes que cobriam nossa quota de exportação para os mercados internacionais. Poucos alimentavam esperanças de que pudéssemos obter a anuência do Conselho Internacional do Açúcar para a realização de novas vendas destinadas àqueles mercados.

Nessa conjuntura e contando com a cooperação decidida do Ministério das Relações Exteriores, da Superintendência da Moeda e do Crédito e das Carteiras competentes do Banco do Brasil, foi possível encontrar fórmula que nos vem permitindo a realização de outras operações para os mercados estrangeiros. Era êsse, certamente, o único recurso a tentar. Que tive êxito na orientação adotada demonstram as operações já realizadas para o mercado exterior, que vieram aliviar os nossos mercados nacionais, ameaçados de supersaturação. Marchamos agora para o restabelecimento do equilíbrio comprometido e para o saneamento e a estabilidade dos negócios açucareiros.»

Aludiu, em seguida, ao fato de que todas as regiões produtoras estão capacitadas de que o País está produzindo mais açúcar do que podem absorver os seus centros de consumo e o mercado externo não apresenta condições favoráveis à colocação dos excedentes. Em São Paulo e no Rio debatera amplamente o assunto e encontrara da parte dos industriais um perfeito entendimento do problema e o mais claro propósito de cooperação para resolver os grandes problemas do setor econômico através de providências inspiradas no sistema básico que orientou a criação do I.A.A. O plano de defesa da

futura safra — acrescentou — seria elaborado em forma de ante-projeto a ser distribuído entre os produtores para receber sugestões afim de que a resolução que o colocar em vigor conte com maior prestígio e exeqüibilidade.

FABRICAS DE ADUBOS E ESCOLAS AGRO-INDUSTRIAIS

Acrescentou o Sr. Lima Cavalcanti que, quando assumiu a Presidência do I.A.A. declarou ter o propósito de manter o que estivesse certo e correspondesse ao interesse geral e corrigir o que fôsse susceptível de correção, sem admitir, em qualquer hipótese, influências estranhas ou favoritismos de grupos. Não tem sido até agora bem compreendido, e é alvo de críticas apressadas e sem fundamento.

Encontrara vários empreendimentos programados pela autarquia para o País, inclusive os projetos de fábricas de adubos e de uma escola agro-industrial para Pernambuco. A respeito esclareceu:

«Logo de início me foi possível verificar, o que, aliás, já havia sido em parte observado pela administração interina que me antecedeu, que essas iniciativas não tinham sido precedidas de estudos e levantamentos indispensáveis à realização de tal vulto e natureza.

No caso particular da fábrica de adubos, esclareço que se trata de duas instalações. Uma se destinará ao preparo das misturas de adubos químicos. A outra terá por finalidade o aproveitamento do lixo da cidade do Recife. Quanto à primeira, já foi feita a necessária concorrência pública para aquisição da maquinaria. O encaminhamento do assunto está na dependência de entendimentos com a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil para a obtenção da licença de importação das máquinas e implementos que não possam ser fabricados no País. Assim, não haverá dificuldades na realização da iniciativa prevista.

No que concerne, todavia, à fábrica que utilizará o lixo como matéria-prima, há vários equívocos a esclarecer, até mesmo no

que diz respeito ao convênio firmado com a Prefeitura Municipal do Recife. De acordo com o citado convênio, admitia-se que a construção da fábrica custaria apenas (Cr\$ 14.000.000,00) quatorze milhões de cruzeiros. No entanto, ficou esclarecido que somente o custo das máquinas ascenderia a cerca de trinta e cinco milhões de cruzeiros.

Essa disparidade de estimativa de custo alterou, não só os dados iniciais, como também as próprias bases do convênio firmado. Devo acrescentar sobre o assunto que tenho recebido várias outras sugestões de grande alcance, as quais permitirão a realização de estudos rigorosos mais objetivos e mais exatos como o problema está a exigir. O pequeno período de tempo destinado a esses estudos representará ganho quanto ao acerto da solução e quanto a seus resultados econômicos.

Vejamos o caso da construção das escolas agro-industriais. Previu-se a criação de três estabelecimentos desse gênero, sendo um em S. Paulo, outro no Estado do Rio de Janeiro e o terceiro em Pernambuco. No entanto, não se procedeu sequer à organização do orçamento básico do custo dessas obras, nem também à previsão dos gastos de manutenção. Mas, não é somente isso. Nenhum estudo, mesmo de natureza preliminar, se fez relativamente à mobilização de professores e de pessoal técnico e auxiliar para dar vida e funcionamento às referidas entidades. Enquanto isso, os projetos arquitetônicos previam a construção de piscinas que custariam mais de quatro milhões de cruzeiros.

Responsável pela boa aplicação dos recursos do I. A. A., eu não poderia deixar de mandar sobrestar o andamento dessas obras para um estudo mais completo. E esse estudo está sendo realizado sem outra preocupação que não seja a de evitar erros como os das realizações suntuosas, construídas para efeito externo, que infelizmente não são raras no Brasil.

No que diz respeito à instalação da Fábrica de Celulose e Papel, encaro com o maior interesse a iniciativa, tendo mesmo sobre o assunto conversado amplamente com o

Governador Cordeiro de Farias, que demonstrou grande interesse pela matéria, assegurando todo o apoio do Estado. Em contacto com os produtores de Pernambuco, tenho examinado sèriamente o assunto, a fim de que empreendimento de tanto alcance para a economia regional canavieira e para a economia geral do Estado possa encontrar solução rápida e adequada.»

Em seguida, o Presidente do I.A.A., disse que o problema do tratamento das caldas das usinas está merecendo sua melhor atenção. «O I.A.A. há tempo já procurou adquirir instalações para o tratamento da vinhaça da Destilaria Central Getúlio Vargas. Recomendei, agora, aos órgãos regionais que dêem ao assunto o indispensável cuidado, sugerindo, sem perda de tempo, as providências que terei de tomar para solucionar tão debatido e angustioso problema.

Posso ainda informar que o Instituto

adquiriu um conjunto para demonstração do aproveitamento das caldas, mediante irrigação por aspersão em canaviais do Estado do Rio de Janeiro. Todo o material se encontra em aplicação numa das usinas do município de Campos e logo será transferido para Pernambuco, onde serão realizadas iguais práticas. Admitem os especialistas que tal processo virá contribuir em alta escala para a solução do problema que, ao lado do aspecto econômico, acarreta grave repercussão social e sanitária.»

Ao concluir seu discurso, disse que no I. A. A. atenderia com espírito de justiça, as necessidades dos plantadores de cana e trabalhadores das fábricas de açúcar e dos canaviais.

O Sr. Lima Cavalcanti, acompanhado dos Srs. Alfredo Duarte Filho e Nelson Coutinho, regressou para o Rio no dia 6 de fevereiro, viajando de avião.

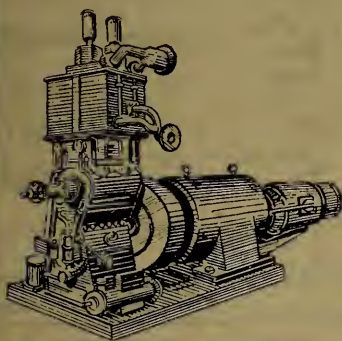


MOTORES A VAPOR "HALBERG"

50 - 100 HP, baixa rotação, para pronto embarque em Hamburgo

GRUPOS MOTOR A VAPOR GERADOR

próprios para Usinas de açúcar
100 a 200 KVA
pronta entrega



COMPANHIA Theodor Wille SÃO PAULO
COMÉRCIO - INDÚSTRIA - REPRESENTAÇÕES

Rua da Consolação, 65 - 7.º - C. P. 94 - Tels. 32-1903 e 37-0056 - Telegr.: "THEWICO"

BONIFICAÇÕES SOBRE ÁLCOOL DIRETO

Os quadros que, a seguir, divulgamos, elaborados pelo Serviço de Alcool, dizem respeito à distribuição de bonificações sobre

álcool direto da safra 1952/53 e completam o trabalho que aquele Serviço elaborou e foi publicado em nosso nº de outubro de 1954.

ÁLCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

RESUMO

ESTADOS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
Alagoas	11.716.485	10.493.530	1.222.955	—	1.099.941	123.014	1.222.955
Pernambuco	69.209.855	56.709.049	12.500.805	151.246	12.194.984	154.576	12.349.560
Paraíba	2.182.730	2.182.730	—	—	—	—	—
Sergipe	242.798	242.798	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro	38.694.872	28.388.289	10.306.583	958.276	7.692.573	1.655.734	9.348.307
Minas Gerais	6.146.193	5.042.182	1.104.011	178.324	480.589	445.098	925.687
São Paulo	81.533.185	56.764.463	24.768.722	7.112.527	2.666.269	14.989.926	17.656.195
Espírito Santo	787.040	635.502	151.538	3.956	—	147.582	147.582
Paraná	4.721.520	3.492.362	1.229.158	123.287	—	1.105.871	1.105.871
Santa Catarina	953.700	884.386	69.314	—	—	69.314	69.314
Totais	216.188.378	164.835.291	51.353.087	8.527.616	24.134.356	18.691.115	42.825.471

OBSERVAÇÃO:

Nos totais dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão incluídas as produções de álcool obtidas através às Destilarias Centrais do I. A. A.

ESTADO DE ALAGOAS
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo compra de mel ou compra de mel e de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Alegria	400.000	400.000	—	—	—	—	—
2—Alegria	—	—	—	—	—	—	—
1—Brasileiro	1.064.400	1.064.400	—	—	—	—	—
2—Brasileiro	—	—	—	—	—	—	—
1—Bititinga	279.400	279.400	—	—	—	—	—
2—Bititinga	—	—	—	—	—	—	—
1—Camaragibe	678.698	678.698	—	—	—	—	—
2—Camaragibe	—	—	—	—	—	—	—
1—Central L. Utinga	2.681.431	2.681.431	—	—	—	—	—
2—Central L. Utinga	—	—	—	—	—	—	—
1—Coruripe	391.000	391.000	—	—	—	—	—
2—Coruripe	—	—	—	—	—	—	—
1—Conceiç. do Peixe	181.714	196.263	—	—	—	—	—
2—Conceiç. do Peixe	14.549	—	—	—	—	—	—
1—João de Deus ..	129.700	129.700	—	—	—	—	—
2—João de Deus ..	—	—	—	—	—	—	—
1—Lajinha	—	—	—	—	—	—	—
2—Lajinha	901.708	504.735	396.973	—	396.973	—	396.973
1—Porto Rico	—	—	—	—	—	—	—
2—Porto Rico	254.831	254.831	—	—	—	—	—
1—Santa Clotilde ..	—	—	—	—	—	—	—
2—Santa Clotilde ..	229.293	229.293	—	—	—	—	—
1—Santo Antônio ..	227.300	227.300	—	—	—	—	—
2—Santo Antônio ..	—	—	—	—	—	—	—
1—São Semeão	220.880	220.880	—	—	—	—	—
2—São Semeão	—	—	—	—	—	—	—
1—Sinimbu	244.720	244.720	—	—	—	—	—
2—Sinimbu	—	—	—	—	—	—	—
1—Serra Grande ..	2.538.072	2.412.879	125.193	—	2.179	123.014	125.193
2—Serra Grande ..	700.789	—	700.789	—	700.789	—	700.789
1—Uruba	578.000	578.000	—	—	—	—	—
2—Uruba	—	—	—	—	—	—	—
Somas	11.716.485	10.493.530	1.222.955	—	1.099.941	123.014	1.222.955

OBSERVAÇÃO: 1 — De produção própria.
2 — De produção através a D. C. P. V.

ESTADO DE PERNAMBUCO
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Água Branca	—	—	—	—	—	—	—
2—Água Branca	1.354.388	1.045.072	309.316	—	309.316	—	309.316
1—Aliança	1.504.790	1.635.755	—	—	—	—	—
2—Aliança	130.965	—	—	—	—	—	—
1—Aripibu	234.000	234.000	—	—	—	—	—
2—Aripibu	—	—	—	—	—	—	—
1—Bar.º de Suassuma	677.950	677.950	—	—	—	—	—
2—Bar.º de Suassuma	—	—	—	—	—	—	—
1—Barra	297.254	300.009	—	—	—	—	—
2—Barra	2.755	—	—	—	—	—	—
1—Bom Jesus	1.053.100	1.648.965	—	—	—	—	—
2—Bom Jesus	595.865	—	—	—	—	—	—
1—Brasil	—	—	—	—	—	—	—
2—Brasil	417.450	219.170	198.280	—	198.280	—	198.280
1—Bulhões	—	—	—	—	—	—	—
2—Bulhões	1.127.578	1.127.578	—	—	—	—	—
1—Cachoeira Lisa ..	319.771	319.771	—	—	—	—	—
2—Cachoeira Lisa ..	—	—	—	—	—	—	—
1—Capibaribe	46.000	46.000	—	—	—	—	—
2—Capibaribe	—	—	—	—	—	—	—
1—Catende	8.244.625	5.054.098	3.190.527	37.314	3.144.493	8.720	3.153.213
2—Catende	—	—	—	—	—	—	—
1—Caxangá	591.600	591.600	—	—	—	—	—
2—Caxangá	—	—	—	—	—	—	—
1—Central Barreiros	5.576.200	4.801.650	774.550	2.275	772.275	—	772.275
2—Central Barreiros	—	—	—	—	—	—	—
1—C. Ólho D'Água	1.102.000	1.102.000	—	—	—	—	—
2—C. Ólho D'Água	—	—	—	—	—	—	—
1—Cucáu	3.535.141	2.871.771	663.370	—	663.370	—	663.370
2—Cucáu	376.896	—	376.896	—	376.896	—	376.896
1—Cruangi	1.171.500	1.171.500	—	—	—	—	—
2—Cruangi	—	—	—	—	—	—	—
1—Estreliana	365.130	365.130	—	—	—	—	—
2—Estreliana	—	—	—	—	—	—	—

(Continua)

ESTADO DE PERNAMBUCO

(Continuação)

USINAS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de n.e.l. remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Frei Caneca	162.500	407.009	—	—	—	—	—
2—Frei Caneca	244.509	—	—	—	—	—	—
1—Ipojuca	935.000	935.000	—	—	—	—	—
2—Ipojuca	—	—	—	—	—	—	—
1—Jaboatão	277.850	841.675	—	—	—	—	—
2—Jaboatão	563.825	—	—	—	—	—	—
1—José Rufino	—	—	—	—	—	—	—
2—José Rufino	582.397	582.397	—	—	—	—	—
1—Maria das Mercês	273.000	883.643	—	—	—	—	—
2—Maria das Mercês	610.643	—	—	—	—	—	—
1—Massauassu	1.588.800	1.672.366	—	—	—	—	—
2—Massauassu	83.566	—	—	—	—	—	—
1—Matari	1.184.450	1.577.765	—	—	313.907	—	313.907
2—Matari	727.222	—	333.907	20.000	—	—	—
1—Muribeca	—	—	—	—	—	—	—
2—Muribeca	18.030	18.030	—	—	—	—	—
1—Mussurepe	—	—	—	—	—	—	—
2—Mussurepe	1.227.452	975.569	251.883	—	251.883	—	251.883
1—N. S. Auxiliadora	—	—	—	—	—	—	—
2—N. S. Auxiliadora	86.017	86.017	—	—	—	—	—
1—N. S. d. Maravilh.	852.810	852.810	—	—	—	—	—
2—N. S. d. Maravilh.	—	—	—	—	—	—	—
1—N. S. de Lourdes	—	—	—	—	—	—	—
2—N. S. de Lourdes	98.881	98.881	—	—	—	—	—
1—N. S. do Carmo .	853.800	825.090	28.710	28.710	—	—	—
2—N. S. do Carmo .	—	—	—	—	—	—	—
1—Pedrosa	—	—	—	—	—	—	—
2—Pedrosa	862.227	862.227	—	—	—	—	—
1—Pery-Pery	—	—	—	—	—	—	—
2—Pery-Pery	469.835	215.019	254.816	—	254.816	—	254.816
1—Petribu	—	—	—	—	—	—	—
2—Petribu	730.033	525.126	204.907	—	204.907	—	204.907
1—Pirangi	—	—	—	—	—	—	—
2—Pirangi	177.701	177.701	—	—	—	—	—

(Continua)

ESTADO DE PERNAMBUCO

(Continuação)

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel e de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Pumati	3.351.309	1.105.181	2.246.128	55.977	2.180.989	9.162	2.190.151
2—Pumati	—	—	—	—	—	—	—
1—Rio Una	1.812.969	1.710.695	102.274	900	—	101.374	101.374
2—Rio Una	19.335	—	19.335	—	19.335	—	19.335
1—Roçadinho	968.800	968.800	—	—	—	—	—
2—Roçadinho	—	—	—	—	—	—	—
1—Salgado	1.305.650	1.326.682	—	—	—	—	—
2—Salgado	21.032	—	—	—	—	—	—
1—Santa Inês	135.000	113.687	21.313	—	—	21.313	21.313
2—Santa Inês	—	—	—	—	—	—	—
1—Santa Tereza	1.227.296	1.590.435	—	—	—	—	—
2—Santa Tereza	363.139	—	—	—	—	—	—
1—Santa Terezinha ..	7.164.914	4.081.063	3.083.851	—	3.083.851	—	3.083.851
2—Santa Terezinha ..	—	—	—	—	—	—	—
1—Santo André	811.731	811.731	—	—	—	—	—
2—Santo André	—	—	—	—	—	—	—
1—Santo Inácio	—	—	—	—	—	—	—
2—Santo Inácio	1.214.134	899.640	314.494	—	314.494	—	314.494
1—São José	595.463	667.416	—	—	—	—	—
2—São José	71.953	—	—	—	—	—	—
1—Sêro Azul	581.000	581.000	—	—	—	—	—
2—Sêro Azul	—	—	—	—	—	—	—
1—Timbó Assu	730.720	604.471	126.249	6.070	106.172	14.007	120.179
2—Timbó Assu	—	—	—	—	—	—	—
1—Tiuma	2.274.914	2.274.914	—	—	—	—	—
2—Tiuma	—	—	—	—	—	—	—
1—Trapiche	2.415.740	2.415.740	—	—	—	—	—
2—Trapiche	—	—	—	—	—	—	—
1—Treze de Maio ..	610.000	1.145.612	—	—	—	—	—
2—Treze de Maio ..	535.612	—	—	—	—	—	—
1—União e Indústria	1.663.638	1.663.638	—	—	—	—	—
2—União e Indústria	—	—	—	—	—	—	—
Somas	69.209.855	56.709.049	12.500.806	151.246	12.194.984	154.576	12.349.560

OBSERVAÇÃO: 1 — De produção própria.

2 — De produção através a D. C. P. V.

ESTADOS DE PARAÍBA E SERGIPE
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
<i>Estado da Paraíba</i>							
Santana	139.400	139.400	—	—	—	—	—
Santa Helena	756.000	756.000	—	—	—	—	—
Santa Rita	219.000	219.000	—	—	—	—	—
São Francisco	60.200	60.200	—	—	—	—	—
São João	1.008.130	1.008.130	—	—	—	—	—
Soma	2.182.730	2.182.730	—	—	—	—	—
<i>Estado de Sergipe</i>							
Central Riachuelo ..	106.998	106.998	—	—	—	—	—
Outeirinhos	28.000	28.000	—	—	—	—	—
São José do Junco ..	107.800	107.800	—	—	—	—	—
Soma	242.798	242.798	—	—	—	—	—

ESTADOS DE ESPÍRITO SANTO, PARANÁ E SANTA CATARINA
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
<i>Est. do Espírito Santo</i>							
Paiheiras	787.040	635.502	151.538	3.956	—	147.582	147.582
Soma	787.040	635.502	151.538	3.956	—	147.582	147.582
<i>Estado do Paraná</i>							
Bandeirante	1.226.020	1.056.356	169.664	—	—	169.664	169.664
Central Paraná	2.472.000	1.535.793	936.207	—	—	936.207	936.207
Jacarêzinho	902.100	778.813	123.287	123.287	—	—	—
Malucelli	121.400	121.400	—	—	—	—	—
Soma	4.721.520	3.492.362	1.229.158	123.287	—	1.105.871	1.105.871
<i>Est. de Sta. Catarina</i>							
Adelaide	283.700	283.700	—	—	—	—	—
São Pedro	110.000	110.000	—	—	—	—	—
Tijucas	560.000	490.686	69.314	—	—	69.314	69.314
Soma	953.700	884.386	69.314	—	—	69.314	69.314

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Barcelos	2.117.500	1.877.827	239.673	6.470	148.190	85.013	233.203
2—Barcelos	442.827	—	442.827	—	442.827	—	442.827
1—Cambaíba	1.685.800	1.143.212	542.588	176.000	—	366.588	366.588
2—Cambaíba	207.461	—	207.461	—	207.461	—	207.461
1—Carapebus	900.240	900.375	—	—	—	—	—
2—Carapebus	150.312	—	150.177	—	150.177	—	150.177
1—Cupim	2.724.000	1.684.788	1.039.212	—	1.029.293	9.919	1.039.212
2—Cupim	—	—	—	—	—	—	—
1—Laranjeiras	550.330	550.330	—	—	—	—	—
2—Laranjeiras	—	—	—	—	—	—	—
1—Mineiros	—	—	—	—	—	—	—
2—Mineiros	1.746.925	1.236.739	510.186	—	510.186	—	510.186
1—Novo Horizonte .	186.500	181.097	5.403	—	—	5.403	5.403
2—Novo Horizonte .	186.459	—	186.459	—	186.459	—	186.459
1—Outeiro	—	—	—	—	—	—	—
2—Outeiro	3.174.462	1.784.153	1.390.309	340.283	1.050.026	—	1.050.026
1—Paraíso	2.253.560	1.748.460	505.100	240.001	—	265.099	265.099
2—Paraíso	—	—	—	—	—	—	—
1—Poço Gordo	—	—	—	—	—	—	—
2—Poço Gordo	835.113	835.113	—	—	—	—	—
1—Porto Real	189.600	189.600	—	—	—	—	—
2—Porto Real	—	—	—	—	—	—	—
1—Pureza	1.455.688	1.205.890	249.798	—	—	249.798	249.798
2—Pureza	—	—	—	—	—	—	—

(Continua)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Continuação)

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Queimado	—	—	—	—	—	—	—
2—Queimado	2.150.971	1.892.968	258.003	—	258.003	—	258.003
1—Quissaman	693.219	865.734	—	—	—	—	—
2—Quissaman	172.515	—	—	—	—	—	—
1—Santana	—	—	—	—	—	—	—
2—Santana	421.677	87.668	334.009	—	334.009	—	334.009
1—Santa Cruz	3.116.061	1.803.872	1.312.189	—	1.312.189	—	1.312.189
2—Santa Cruz	—	—	—	—	—	—	—
1—Santa Izabel	434.192	434.192	—	—	—	—	—
2—Santa Izabel	—	—	—	—	—	—	—
1—Santa Luíza	864.950	560.231	304.719	105.500	—	198.819	198.819
2—Santa Luíza	—	—	—	—	—	—	—
1—Sana Maria	1.606.000	1.077.321	528.679	68.883	459.796	—	459.796
2—Santa Maria	16.220	—	16.220	—	16.220	—	16.220
1—Santo Amaro ...	1.865.370	1.895.327	—	—	—	—	—
2—Santo Amaro ...	196.832	—	166.875	—	166.875	—	166.875
1—Sano Antônio ..	—	—	—	—	—	—	—
2—Santo Antônio ..	1.163.101	575.778	587.323	—	587.323	—	587.323
1—São João	1.075.000	1.075.000	—	—	—	—	—
2—São João	—	—	—	—	—	—	—
1—São José	4.300.000	3.319.400	980.600	—	505.505	475.095	980.600
2—São José	—	—	—	—	—	—	—
1—São Pedro	—	—	—	—	—	—	—
2—São Pedro	489.514	489.514	—	—	—	—	—
1—Sapucaia	650.000	875.700	—	—	—	—	—
2—Sapucaia	574.473	—	348.773	20.739	328.034	—	328.034
1—Tanguá	98.000	98.000	—	—	—	—	—
2—Tanguá	—	—	—	—	—	—	—
Somas	38.694.872	28.388.289	10.306.583	958.276	7.692.573	1.655.734	9.348.307

OBSERVAÇÃO: 1 — De produção própria.

2 — De produção através a D. C. E. R. J.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
1—Ana Florência ..	790.786	790.786	—	—	—	—	—
2—Ana Florência ..	—	—	—	—	—	—	—
1—Arianópolis	230.600	181.783	48.817	—	—	48.817	48.817
2—Arianópolis	—	—	—	—	—	—	—
1—Balsamo	—	—	—	—	—	—	—
2—Balsamo	29.419	7.686	21.733	—	21.733	—	21.733
1—Fronteira	262.200	231.966	30.234	24.500	—	5.734	5.734
2—Fronteira	—	—	—	—	—	—	—
1—Jatiboca	251.170	424.879	—	—	—	—	—
2—Jatiboca	266.005	—	92.296	—	92.296	—	92.296
1—Lindoia	73.660	56.546	* 17.114	17.114	—	—	—
2—Lindoia	—	—	—	—	—	—	—
1—Malvina	832.850	582.890	249.960	69.760	—	180.200	180.200
2—Malvina	—	—	—	—	—	—	—
1—Maria Lúcia	—	—	—	—	—	—	—
2—Maria Lúcia	2.906	1.127	1.779	—	1.779	—	1.779
1—Mendonça	21.675	21.675	—	—	—	—	—
2—Mendonça	—	—	—	—	—	—	—
1—Passos	500.000	500.000	—	—	—	—	—
2—Passos	—	—	—	—	—	—	—
1—Pontal	—	—	—	—	—	—	—
2—Pontal	704.484	542.857	161.627	—	161.627	—	161.627
1—Rio Branco	115.000	115.000	—	—	—	—	—
2—Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—
1—Rio Doce	270.060	220.535	49.525	—	—	49.525	49.525
2—Rio Doce	—	—	—	—	—	—	—
1—Santa Helena	168.082	168.082	—	—	—	—	—
2—Santa Helena	—	—	—	—	—	—	—
1—Santa Rosa	114.900	114.900	—	—	—	—	—
2—Santa Rosa	—	—	—	—	—	—	—
1—Ovídio de Abreu	708.000	480.228	227.772	66.950	—	160.822	160.822
2—Ovídio de Abreu	—	—	—	—	—	—	—
1—São João	244.000	244.000	—	—	—	—	—
2—São João	—	—	—	—	—	—	—
1—S. José (B. E.)	27.300	27.300	—	—	—	—	—
2—S. José (B. E.)	—	—	—	—	—	—	—
1—S. José (P. N.)	10.000	263.942	—	—	—	—	—
2—S. José (P. N.)	457.096	—	203.154	—	203.154	—	203.154
1—Volta Grande	66.000	66.000	—	—	—	—	—
2—Volta Grande	—	—	—	—	—	—	—
Somas	6.146.193	5.042.182	1.104.011	178.324	480.589	445.098	925.687

OBSERVAÇÃO: 1 — De produção própria.

2 — De produção através a D. C. L. T.

* O álcool direto da Usina Lindoia não foi bonificado por se tratar de álcool abaixo de 92º C. L.

ESTADO DE SÃO PAULO

ALCOOL DIRETO DA SAFRA 1952/53

USINAS	Produção Alcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
Albertina	57.600	57.600	—	—	—	—	—
Amália	2.532.400	2.057.370	475.030	—	172.162	302.868	475.030
Azanha	175.400	175.400	—	—	—	—	—
Barbacena	1.845.342	942.648	902.694	289.105	—	613.589	613.589
Barreirinho	472.000	472.000	—	—	—	—	—
Bela Vista	659.480	392.021	267.459	50.374	—	217.085	217.085
Boa Vista	690.000	690.000	—	—	—	—	—
Bom Retiro	368.110	368.110	—	—	—	—	—
Bonfim	808.520	385.994	422.526	304.799	—	117.727	117.727
Campestre	247.548	247.548	—	—	—	—	—
Costa Pinto	2.553.179	1.660.211	892.968	83.505	—	809.063	809.063
Da Barra	2.344.690	2.095.968	248.722	—	—	248.722	248.722
Da Barra Rhódia ..	5.273.700	—	5.273.700	5.273.700	—	—	—
Da Pedra	2.460.000	1.351.140	1.108.860	—	—	1.108.860	1.108.860
Das Palmeiras	571.500	571.500	—	—	—	—	—
De Cillo	917.300	917.300	—	—	—	—	—
Diamante	394.634	394.634	—	—	—	—	—
Ester	1.773.710	1.631.420	142.290	—	—	142.290	142.290
Iracema	4.441.300	3.232.985	1.208.315	—	—	1.208.315	1.208.315
Itaquara	561.537	561.537	—	—	—	—	—
Itaquaré	1.110.000	911.008	198.992	—	—	198.992	198.992
Junqueira	3.023.728	2.878.512	145.216	3.000	—	142.216	142.216
Lambari	133.200	86.807	46.393	—	—	46.393	46.393
Maracai	255.750	147.966	107.784	—	—	107.784	107.784
Martinópolis	130.200	130.200	—	—	—	—	—
Miranda	751.800	672.217	79.583	44.520	13.087	21.976	35.063
Modelo	441.000	441.000	—	—	—	—	—
Monte Alegre	3.803.844	2.399.229	1.404.615	500	659.378	744.737	1.404.115
N. S. Aparecida ...	1.559.057	959.287	599.770	—	—	599.770	599.770
Nova América	11.000	11.000	—	—	—	—	—
Paredão	938.000	808.878	129.122	—	—	129.122	129.122

(Continua)

USINAS	Produção Álcool	Produção Residual	Direto	Redução, consumo próprio, quebra, compra de mel ou de mel remanescente	DIRETO BONIFICADO		
					Anidro	Hidratado	Total
Piracicaba	3.446.523	2.429.616	1.016.907	129.964	356.540	530.403	886.943
Porto Feliz	2.933.783	2.621.073	312.710	2.000	149.890	160.820	310.710
Raffard	3.730.100	2.443.840	1.286.260	175.800	493.948	616.512	1.110.460
Santa Adelaide	670.438	563.094	107.344	—	—	107.344	107.344
Santana L. V.	389.000	229.523	159.477	76.708	—	82.769	82.769
Santa Bárbara	3.359.590	1.920.317	1.439.273	54.198	—	1.385.075	1.385.075
Santa Clara	184.300	184.300	—	—	—	—	—
Santa Cruz O. P. ...	787.920	699.531	88.389	—	—	88.389	88.389
Santa Cruz S/A ...	499.280	499.280	—	—	—	—	—
Santa Elisa	1.288.458	884.023	404.435	111.240	—	293.195	293.195
Santa Lúcia	534.690	489.139	45.551	—	—	45.551	45.551
Santa Lúcia S/A ...	706.500	706.500	—	—	—	—	—
São Carlos	357.090	357.090	—	—	—	—	—
S. Fscs. do Quilombo	1.524.816	1.118.187	406.629	—	—	406.629	406.629
São Francisco S/A ...	578.483	441.140	137.343	40.000	—	97.343	97.343
São Geraldo	665.000	583.128	81.872	5.695	—	76.177	76.177
São Jerônimo	533.342	478.247	55.095	—	—	55.095	55.095
São João	2.010.000	2.010.000	—	—	—	—	—
São José Z. L.	1.335.570	558.642	776.928	—	—	776.928	776.928
São Luiz B. R.	412.000	288.260	123.740	—	—	123.740	123.740
São Luiz S/A	115.900	115.900	—	—	—	—	—
São Manoel	372.240	372.240	—	—	—	—	—
São Martinho	1.761.060	1.074.514	686.546	—	—	686.546	686.546
São Vicente	1.742.000	904.519	837.481	464.619	—	372.862	372.862
Schmidt	300.000	300.000	—	—	—	—	—
Tabajara	737.360	569.191	168.169	—	—	168.169	168.169
Tarrandupá	643.000	496.097	146.903	—	—	146.903	146.903
Tamoio	6.539.453	3.866.982	2.672.471	1.400	821.264	1.849.807	2.671.071
Varjão	323.300	231.140	92.160	—	—	92.160	92.160
Vassununga	1.434.000	1.365.000	69.000	1.000	—	68.000	68.000
Zanin	312.460	312.460	—	—	—	—	—
Somas	81.533.185	56.764.463	24.768.722	7.112.527	2.666.269	14.989.926	17.656.195

OBSERVAÇÃO: Tõda a produção de álcool da Usina Da Barra Rhodia foi dada a consumo de suas próprias indústrias.

USINA NOSSA SENHORA DE APARECIDA

ITAPIRA — SÃO PAULO

PROPRIEDADE DO SNR. VIRGOLINO DE OLIVEIRA
A MAIS MODERNA DAS USINAS DO BRASIL

Capacidade diária { 1200 toneladas de cana
30000 litros de álcool absoluto

Tôda ela planejada e construída pelas firmas associadas:

«M. DEDINI S. A.» — Metalúrgica

«MAUSA» — Metalúrgica de Acessórios para Usinas S. A.

«CODISTIL» — Construtora de Destilarias Dedini

PIRACICABA - SÃO PAULO



Vista do salão de moendas, com 4 ternos de 28 x 54, acionados individualmente por turbinas à vapor GHH --

INFORMAÇÕES :

Comércio e Indústria MATEX Ltda.

RIO DE JANEIRO — AV. RIO BRANCO, 25 — 17/18 andares — Caixa Postal 759
RECIFE — 175, Rua da Aurora — Bloco C — S. 501/506 — Caixa Postal 440

EXPERIÊNCIAS DE VARIEDADES

PRODUÇÃO DE CANAS E DE AÇÚCAR PROVÁVEL

Resultados apurados nas duas colheitas do experimento de variedades da Usina Paineiras, Fazenda Limão:

VARIEDADES	Produção da 1ª fôlha Tons. por Ha.	Produção da 2ª fôlha Tons. por Ha.	Produção nos 2 anos Tons. por Ha.	Açúcar provável em 2 anos Tons. por Ha.
CB 45-3	198,0	143,3	341,3	45,4
CO 421	180,9	147,4	328,3	40,5
CB 40-69	186,3	124,4	310,7	43,6
CB 41-76	193,7	112,3	306,0	39,9
CB 38-22	181,3	120,7	302,0	42,7
CO 419	202,1	97,2	299,3	42,8
CB 40-13	177,8	113,8	291,6	43,5
CB 41-35	162,7	119,4	282,1	38,3
CB 46-40	175,9	103,7	279,6	40,7
CB 40-77	140,2	81,1	221,3	30,6

Apresentando uma média de produção de 116,3 toneladas de canas por hectare, na 2ª fôlha, êste experimento manteve os mais elevados rendimentos agrícolas já apurados em 2ª fôlha. Merece um destaque especial as produções das sócas das variedades

CB 45-3, Co 421, CB 40-69, CB 38-22 e CB 41-76, com produções superiores a 112 toneladas por hectare, que lhes garantiu uma produção superior às 300 tons/ha nas 2 fôlhas. A Co 419 apresentou um decréscimo muito acentuado da 1ª para a 2ª fôlha.

RESULTADOS DAS ANALISES DAS CANAS EM 2ª FÔLHA

VARIEDADES	AÇÚCAR PROVÁVEL	
	Kg. por tonelada de cana	Ton. açúcar por hectare
Co 419	148,7	14,4
CB 40-13	148,6	16,9
CB 40-69	146,1	18,2
CB 46-40	145,9	15,1
CB 38-22	142,0	17,1
CB 41-35	137,9	16,5
CB 40-77	136,7	11,1
CB 41-76	135,7	15,2
CB 45-3	134,9	19,3
Co 421	127,7	18,8

Pelo que se observa acima, apesar da Co 419 apresentar o mais alto teor em sacarose na cana, classificou-se em penúltimo

lugar como produtora de açúcar por hectare em vista do baixo rendimento agrícola.

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

INFORMAÇÕES DE M. GOLODETZ

Em correspondência datada de 9 de fevereiro, M. Golodetz & Co., de Nova York, nos fornecem suas habituais informações sobre a situação do açúcar no mercado mundial. Nas últimas semanas anteriores à data desta carta, houve muita atividade no mercado açucareiro, embora os preços tivessem sofrido muito pouca flutuação. As vendas do produto bruto cubano foram realizadas a preços que oscilaram entre US\$ 3,15 e 3,20 por libra-pêso F.O.B. Dentro desses limites, foi vendida uma partida aos refinadores britânicos, para embarque a granel. A Síria adquiriu 7.000 toneladas de açúcar bruto, as quais deverão ser embarcadas em fevereiro. O Ceilão adquiriu, também para embarque em fevereiro, uma partida a US\$ 87,80 por tonelada longa, custo e frete. E ainda o Japão comprou também uma partida de açúcar bruto para ser embarcada em fevereiro/março. Umas poucas partidas menores foram vendidas pelos cubanos ao Canadá. 1.500 toneladas de açúcar bruto foram vendidas a Saigon, Indochina.

O Brasil vendeu 20.000 toneladas de cristais refinados à Tchecoslováquia, à base de US\$ 103,88 por tonelada F.O.B., para pagamento através do acordo de compensação tcheco-brasileiro. A razão dessa compra não é facilmente explicável, visto que a Tchecoslováquia é um país exportador do produto. O Brasil vendeu também 3.000 toneladas de açúcar bruto para a Holanda a um preço equivalente a 3,15 pago pelo produto cubano.

6.000 toneladas de refinado britânico foram vendidas a Israel, à base de £ 37.10 por tonelada longa F.O.B.

De posse da última autorização de dois milhões de dólares concedidas pela F.O.A. (Administração de Operações no Exterior), a Grécia adquiriu um total de 20.200 toneladas de açúcar refinado cubano a cerca de US\$ 118 por tonelada métrica, custo e frete, quando embarcadas em vapores de bandeira americana e US\$ 112 quando em navios de outras nacionalidades.

A Corporação de Crédito para Utilidades, em Washington, solicitou ofertas de dez mil toneladas curtas de açúcar bruto, embarque imediato, e 36.000 toneladas curtas de refinado ou outro tipo de consumo direto para embarque para o Iran no período de fevereiro/maio.

Na data desta correspondência, 9 de fevereiro, a Corporação anunciou que foi feita uma proposta de 10.000 toneladas de açúcar bruto cubano a US\$ 3,11½ F.O.B. e que todas as outras ofertas de refinado e açúcar de consumo direto haviam sido rejeitadas e ainda que nova procura seria anunciada em breve.

A F.O.A. (Administração de Operações no Exterior) assegurou ao Paquistão 4,5 milhões de dólares para a compra de açúcar refinado. A compra não será feita pela C.C.C. mas pelo próprio governo paquistanês, provavelmente através da embaixada em Washington. Espera-se para logo o pedido de ofertas de 45.000 toneladas, das quais 30.000 deverão ser embarcadas para Karachi e 15.000 para Chittagong.

Um decreto baixado pelo governo cubano fixa a safra açucareira de 1955 em 4.400.000 toneladas longas espanholas, contra 4.750.000 toneladas do ano passado. O decreto autoriza também embarques de açúcar a granel. As principais cifras em que se divide a safra cubana são as seguintes: quota livre para os Estados Unidos: 1.555.975 toneladas; quota retida, destinada igualmente aos Estados Unidos, 498.490 toneladas; quota mundial livre, 200.000 toneladas; quota mundial retida, 658.596; quota mundial de reserva compulsória (artigo 13 do Acordo Internacional do Açúcar), 218.362 toneladas; consumo local, 200.000 toneladas.

Além das 200.000 toneladas destinadas à exportação há cerca de 550.000 da quota mundial de açúcares, excedentes do ano passado e liberadas em 1º de janeiro deste ano; assim, praticamente, 750.000 toneladas, se tornaram disponíveis para livre exportação. Estas 750.000 tons. junto com as 658.596 tons. da quota retida pelo Instituto Cubano de Açúcar e as 347.414 tons. da quota retida pela entrega em 1º de setembro, totalizando 1.756.010 tons., correspondem à quota para a exportação cubana em 1955, fixada pelo Conselho Internacional do Açúcar. As quotas mundiais de reserva, compulsórias ou voluntárias, serão liberadas em 1º de janeiro de 1956, a menos que a quota cubana seja aumentada no corrente ano. Deve ser notado que as 658.596 toneladas em poder do Instituto Cubano do Açúcar podem ser lançadas na quota mundial livre ou vendidas pelo Instituto através de negociações diretas. Estima-se que as vendas aos mercados mundiais do

açúcar cubano a ser embarcado durante o corrente ano totalizem, em bruto, 500.000 toneladas, ficando portanto apenas 250.000 para serem negociadas fora da quota livre.

Informou-se que o governo hindu pretendia cancelar uma partida de cristais da Alemanha Oriental que não tinha sido entregue, de acordo com o período de embarque contratado. Parece que o Ministério está decidido a dar a partida como cancelada e, devido à posição atual dos estoques, em ple-tora, não há interesse numa substituição da referida partida. É duvidoso que mais de 70 a 80 mil toneladas de açúcar bruto sejam importadas, graças aos baixos preços locais. A aquisição do produto em novembro e dezembro do ano passado somou cerca de 100.000 toneladas em cada mês, contra 150.000 nos mesmos meses do ano anterior. Se essa base de aquisição continuar, o consumo de 1955 não deverá exceder 1.400.000 toneladas. E isto produziria um excedente de cerca de 500.000 toneladas ao fim da safra deste ano.

Do Japão informam que há fortes indícios de que o país importará no ano que vai de abril de 1955 a março de 1956 cerca de um milhão de toneladas de açúcar, e como consequência direta des-

DESTILARIA DE ALCOOL ANIDRO

A Usina São José, localizada no município de Lençóis Paulista, solicitou ao I.A.A. financiamento para reequipar sua destilaria de álcool hidratado, transformando-a em produtora de anidro com capacidade de 10 mil litros diários.

Com pareceres favoráveis dos órgãos técnicos do I.A.A., o pedido foi encaminhado à Comissão Executiva e relatado pelo Sr. Moacir Soares Pereira, que se manifestou no sentido de ser concedido o financiamento de Cr\$ 1.510.000,00.

A Comissão Executiva aprovou o parecer.

ses indícios, houve uma pronunciada baixa no mercado açucareiro local e na Bolsa Açucareira de Tóquio.

O mercado do açúcar bruto nos Estados Unidos permaneceu calmo, sendo o produto oferecido a US\$ 6,000 por 100 libras-pêso, livre de direitos, cu 5,50 pelo produto cubano C.I.F. Nova York.

USINA SANTA EUGÊNIA S. A.

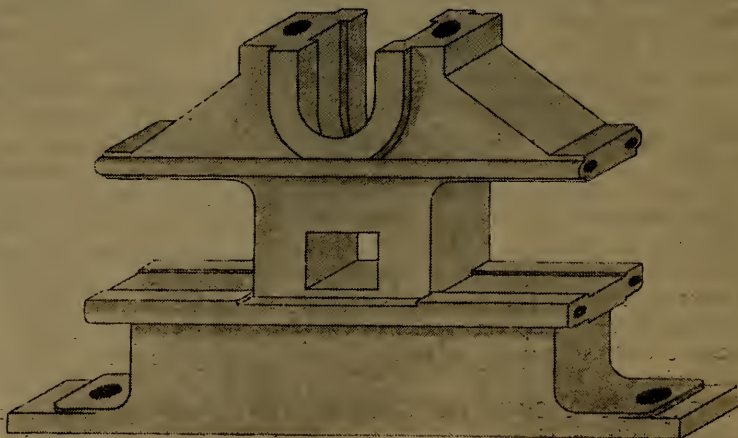
● PEÇAS EM AÇO-CARBONO
TÉRMICAMENTE TRATADAS
E DECAPADAS
NO "WHEELABRATOR";

● FERRO-FUNDIDO DE ALTA
QUALIDADE REBARBADO
MECÂNICAMENTE;

● HABITUAIS FORNECEDORES
DE PEÇAS FUNDIDAS PARA A
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA.



Tel. 48-1997



AVENIDA SUBURBANA, 243 — RIO DE JANEIRO

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ALEMANHA ORIENTAL

Da produção de açúcar de 1954/55 destinam-se as seguintes quantidades para: Índia, 20.000 toneladas; União Soviética, 80.000 toneladas, e 2.100 toneladas para a Suíça, segundo diz o "Zeitschrift für die Zuckerindustrie". A quantidade para a Índia foi, parece, fixada no acordo assinado por esse país e Alemanha Oriental, em 16 de outubro.

CUBA

Segundo o "Public Ledger", Cuba terminará provavelmente o ano com um excedente de 1.890.000 tons. longas contra 1.440.000 em 1953. Esta cifra se baseia no fato de que se espera vender 4.300.000 toneladas em relação ao disponível total de 6.190.000 toneladas.

O presidente da Manati Sugar Company calcula que a procura do açúcar cubano melhorará no curso deste ano, consequência da diminuição da produção européia.

Em 30 de novembro as vendas cubanas para o mercado mundial atingiram 1.630.000 toneladas longas contra 2.292.000 toneladas longas na mesma data do ano passado.

*
* *

Em recentes declarações feitas pelo General Batista, Presidente eleito da República de Cuba, êle deixou bem clara a intenção de "conservar mais alta possível, dentro das limitações do International Sugar Agreement, a produção do açúcar".

Diante dessas declarações, acabaram-se, por enquanto, os fuxicos e boatos acerca da possibilidade de vir Cuba a abandonar o International Sugar Agreement, e o país conhece agora a política a seguir relativamente ao limite da safra. Procura-se saber qual a maior produção que se pode alcançar, de acordo com o Agreement, e quais passos se devem dar para êsse fim.

Estabelece-se no art. 10 do Agreement de Londres que a produção de qualquer país membro não deve exceder a quantidade necessária para o seu próprio consumo, mais as quotas de exportação permitidas pelo mesmo Agreement e mais ainda o máximo das reservas de estoques especificado no ar-

tigo 13, o qual, no caso de Cuba, não inclui a chamada Quota de Estabilização. De acordo com o dito art. 13, as reservas não podem exceder de 20% da produção. Tomando-se todos êsses dados, pode-se estimar o máximo da produção, respeitado o Agreement, em 4.275.000 toneladas.

DINAMARCA

A exportação de açúcar de beterraba para a Suécia, em 1954/55, terminou com o total de 148.433 toneladas métricas, isto é, 10.000 toneladas menos do que o ano passado.

ESTADOS UNIDOS

De acordo com a Agence Contelburo, o Departamento de Estado anunciou haver Cuba reclamado o direito de fornecer 50% do consumo de açúcar aos Estados Unidos.

Cuba pediu também que 22% de sua exportação de açúcar para a América do Norte tomem a forma de consumo direto.

Êsses dois pedidos foram formulados no curso das conversações de caráter econômico e comercial entre os dois países.

Os Estados Unidos informaram a Cuba que o governo americano não tem poderes para engajar o país em matéria de política açucareira. Os delegados dos Estados Unidos, entretanto, declararam aos cubanos que êles estudarão as propostas em detalhe.

*
* *

C. P. Trussell, em notícia especial para "The New York Times", declara que se instou para que o Congresso ignorasse os pedidos de corte na importação do açúcar de Cuba.

Os produtores baseam seus argumentos na necessidade da defesa nacional, solidariedade no hemisfério e bom julgamento nos negócios. A advertência ao Congresso, entretanto, partiu da missão que foi a Cuba em novembro passado, e foi feita, com recomendação do Comitê para os Negócios Estrangeiros da Câmara, pelo deputado Albert P. Morano, republicano de Connecticut.

A recomendação indicava o estudo econômico e de outras condições em Cuba, em obediência às relações cubano-americanas e política exterior, em geral.

O açúcar predominou no inquérito, por ser a principal produção de Cuba, e mais do que isso a sua quase fonte econômica, que deve ser mantida, sustenta o Comitê, citando para isso, entre outras coisas, as seguintes razões:

Cuba, nação verdadeiramente amiga dos Estados Unidos, é ponto geográfico de alta importância estratégica para a defesa dos Estados Unidos e de todo o hemisfério ocidental.

Cuba se coloca no sexto lugar no mercado importador dos Estados Unidos, — cerca de \$ 427.000.000 por ano — incluindo-se os Estados produtores de açúcar.

A redução na importação do açúcar diminuiria a entrada de dólares com os quais os cubanos têm sido um dos melhores fregueses dos Estados Unidos.

Com a economia de Cuba já afetada, o corte na exportação de açúcar para os Estados Unidos poderia causar uma crise com perigosos impactos políticos nas suas relações, que se refletiria em outros países latino-americanos.

Haveria provavelmente a perda da importante exportação de arroz da Louisiana, Texas, Arkansas, Mississippi e Califórnia; banha de Iowa, Illinois, Indiana, Ohio, Minnesota e Missouri, e tecidos das duas Carolinas, Geórgia, Alabama, Virgínia, Tennessee, Texas, Massachusetts e Connecticut.

Da mesma forma estariam em perigo: ferro, aço e outros produtos de metal de Michigan, Ohio, Illinois, Pennsylvania, New York e New Jersey.

O inquérito forneceu outras listas de perdas prováveis nas exportações americanas.

A importação de açúcar pelos Estados Unidos — continua o inquérito — constitui o "sangue vital do nosso bom aliado, Cuba". Recomenda-se por isso que as atuais importações do açúcar de Cuba sejam mantidas ou aumentadas.

HAVAÍ

O Sr. R. G. Bell, presidente da "Hawaiian Sugar Planters Association", em seu relatório anual, lembrou que este ano de 1955 completa o septuagésimo vigésimo aniversário da fundação da indústria açucareira em Havaí.

Recorda as dificuldades que foram vencidas, a princípio, inclusive a de falta de dinheiro, razão por

que Koloa, onde se instalou a primeira indústria, teve que emitir a sua própria moeda. E acrescentou: "Como vêem, dinheiro tem sido um velho problema nos negócios do açúcar".

O desenvolvimento da indústria ali se fez progressivamente — comenta — e hoje a produção alcança o volume de 1.100.000 toneladas anuais. Essa associação não tem fim lucrativo, e seus lucros se destinam a pesquisas científicas.

HUNGRIA

A campanha do açúcar de beterraba terminou em dezembro passado. Notícias de jornais informam que as usinas, depois da moagem da beterraba, auxiliarão outros ramos da indústria húngara. A usina Petőháza fabricará papelão de cana, enquanto a de Hatvan se dedicará a produtos de tomate.

JAPÃO

Segundo o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", tornou-se fraco o mercado do açúcar em vista de boatos que insinuam está o governo cogitando da importação adicional de 100.000 toneladas em relação ao plano de 800.000 toneladas para o período de abril de 1954 a março de 1955.

Informa-se que as importações de açúcar do Brasil se elevam a 66.000 toneladas no valor de \$ 6.300.000,00.

REINO UNIDO

Em seu discurso na abertura do Parlamento, a Rainha declarou que o sistema oficial vigente para o comércio de açúcar deve ter um fim. O Governo, entretanto, tem que cumprir seus compromissos de acordo com o Commonwealth Sugar Agreement. Seguindo-se quase à reunião, em Londres, do International Sugar Council, esse pronunciamento chamou novamente, depois de vários meses, a atenção para esse produto. As necessidades do Reino Unido para o ano próximo foram estimadas em 2.600.000 toneladas. Com cerca de 640.000 toneladas da produção local de açúcar de beterraba, o grosso das necessidades do país será atendido pelas fontes da Commonwealth. No momento o Reino Unido não está em condições de comprar muito no mercado livre, apesar de que nele os preços são consideravelmente mais baixos do que o de £40.15s por tonelada estabelecido pelo Agreement.

TRANSPORTANDO AÇÚCAR BRUTO A GRANEL?

Os sistemas LINK-BELT de transporte a granel estão construídos exatamente para suas necessidades



A caminho do depósito numa refinaria canadense, 300 toneladas de açúcar bruto correm nesta esteira Link-Belt de 90 metros, inclinada a 14°.



Transportador Link-Belt de canecas basculantes de recobrimento, especialmente desenhado para açúcar a granel.



Neste entrepôsto de Nova Orleans, transportadores Link-Belt movimentam grandes toneladas de açúcar bruto.

A TENDÊNCIA moderna, nas usinas, nos armazéns e nas refinarias do mundo inteiro é transportar o produto a granel, em vez de ensacado, quando for possível. Eliminando a operação suplementar da ensacagem e aproveitando a vantagem do transporte da massa real, tem sido consideravelmente reduzidas as despesas de manipulação.

Se cogitarem adoptar o transporte a granel, será bom negócio falar primeiramente com Link-Belt, que tem uma série de aparelhos para transporte, elevação e transmissão de força para a indústria açucareira. Para cada passo para frente, desde a cana até o produto final, nossos engenheiros podem escolher entre uma grande variedade de equipamento de qualidade.

Além disso, Link-Belt oferece uma única fonte para o desenho, a construção e a montagem da instalação completa de transporte, o que significa uma cuidadosa atenção a todo, até o menor detalhe.

Para receber informações completas sobre o equipamento Link-Belt de transporte... como também sobre os coadores de caldo e peneiras, localizadores de carros e descarregadores... entrem em contato com seu representante da Link-Belt ou escrevam-nos diretamente. Não deixem de pedir um exemplar do Catálogo de Máquinas para Usinas de Açúcar, Nº 2240.

LINK-BELT

MÁQUINAS TRANSPORTADORA DE AÇÚCAR

LINK-BELT COMPANY: Engenheiros - Fabricantes - Exportadores de Máquinas para Transporte de Materiais e Transmissão de Força - Estabelecidos em 1875. DIVISÃO EXPORTAÇÃO: 2680 Woolworth Bldg., New York 7, U.S.A. Endereço telefónico: LINKBELT NEW YORK. Lista de representantes abaixo.

REPRESENTANTES :

CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS
«COMAC»
Avenida Presidente Vargas, 502
Caixa Postal 1979 - Rio de Janeiro
Rua da Consolação, 37
Caixa Postal 7041 - São Paulo
Av. Afonso Pena, 726 - a/1903
Caixa Postal 790 - Belo Horizonte
Endereço Telefónico: «COMAC»

FIGUERAS S/A
Rua 7 de Setembro, 1094 - Caixa Postal 245
Porto Alegre - R. G. do Sul
Rua 7 de Setembro, 301 - Caixa Postal 315
Pelotas - R. G. do Sul
Rua Tiradentes, 5
Florianópolis - Santa Catarina
Cachoeira do Sul - R. G. do Sul
Endereço Telefónico: «FIGEROMS»

OSCAR AMORIM, COMERCIO S/A.
Av. Rio Branco, 152
Caixa Postal, 564 - Recife
Rua Dr. Barata, 205
Caixa Postal 98 - Natal
Telegramas: «AMORIMS»

VIAGEM DE ESTUDOS A DIVERSAS REGIÕES CANAVIEIRAS DO CONTINENTE AMERICANO *

Eng.-Agr. Emanuel Franco

LOUISIANA

Nos Estados Unidos, há duas regiões produtoras de cana de açúcar: Flórida e Louisiana. Ambas produzem cerca de oito por cento (8%) do consumo do país. Louisiana produz cerca de sete por cento (7%) e Flórida cerca de um por cento (1%). Em Louisiana, há trezentos e cinquenta mil (350.000) acres de cana e em Flórida quarenta mil (40.000) acres.

As condições para crescimento e maturação da graminácea não são muito favoráveis, por isso, a cana de açúcar não é uma cultura suficientemente remuneradora.

Em um estudo efetuado por Efferson and Gobb, de 1937 a 1949, a percentagem líquida de retorno sobre o investimento do capital, foi menos de um por cento (1%) em dois (2) anos, menos de seis por cento (6%) em seis (6) anos e mais de dez por cento (10%) em dez (10) anos. O maior lucro foi no período 1941/43, declinando até o mínimo em 1948, com perda de meio por cento ($\frac{1}{2}\%$). O prejuízo de 1948 e as perdas acumuladas de anos passados, foi a causa para que dez por cento (10%) das usinas, ou sejam seis (6) usinas fecharem depois da moagem de 1948. Foi o alto preço do melaço, pela sua utilização na obtenção do álcool e daí para a borracha artificial, de 1943 a 1945, até o máximo em 1946, que contribuiu para elevar o retorno do capital. Com o declínio do preço em 1947 e especialmente em 1948 houve o saldo negativo deste ano. Foi verificado que durante alguns anos, a produção de açúcar dava prejuízo e o lucro era obtido da renda do melaço. Se o melaço cair aos níveis de preços de antes da Segunda (2ª) Guerra Mundial, a indústria açucareira entrará em sérias dificuldades e umas destas três soluções deverá ser encontrada para ela poder manter-se:

1ª — Incremento da eficiência das operações da agro-indústria, para haver redução do custo unitário do produto e subprodutos.

2ª — O preço do açúcar precisa ser elevado acima dos níveis de 1946/1949.

3ª — Elevação de preço dos subprodutos da agro-indústria.

Nos treze (13) anos estudados, o custo médio de cem (100) libras de açúcar foi de U.S.\$ 4,71 (quatro dólares e setenta e um centavos). Desta, sessenta e seis e meio por cento (66,5%) foi o preço da cana e trinta e três meio por cento (33,5%) o do custo da operação. A renda de subprodutos, especialmente o melaço, foi de U.S.\$ 0,68 (sessenta e oito centavos) por cem (100) libras de açúcar, resultando em um custo líquido de U.S.\$ 4,03 (quatro dólares e três centavos). O preço médio de cem (100) libras de açúcar foi de U.S.\$ 4,15 (quatro dólares e quinze centavos). A renda líquida resultante foi de cerca de U.S.\$ 15,000 (quinze mil dólares) por engenho e por ano; U.S.\$ 0,20 (vinte centavos) por tonelada de cana esmagada, ou U.S.\$ \$0,12 (doze centavos) por cem (100) libras de açúcar manufaturado. A renda líquida mediou 3,4% anualmente sobre o investimento médio do capital. Sobre a base de depreciação do material em 1949/50, a renda líquida era cerca de um por cento (1%) anual do valor da substituição, de peças na Usina. Neste período de treze (13) anos, houve quatro (4) anos bons, quatro (4) anos médios e cinco (5) anos desfavoráveis. O número de Usinas tem decrescido gradualmente nos últimos vinte e cinco (25) anos, enquanto a capacidade delas tem aumentado. A produção total da Louisiana permaneceu relativamente constante nos treze (13) anos. Foi observado que as usinas que esmagavam menos de cinquenta mil (50.000) toneladas, tiveram prejuízo médio de U.S.\$ 0,49 (quarenta e nove centavos)

(*) N. R. — Iniciamos neste número a publicação do relatório apresentado ao I.A.A. pelo engenheiro-agrônomo Emanuel Franco, relativo à viagem que realizou às principais regiões açucareiras do continente americano como detentor de uma bolsa de estudos do Ponto IV.

por cem (100) libras de açúcar. Enquanto as que esmagaram mais de setenta e cinco mil (75.000) toneladas por estação, tiveram lucro médio de U.S.\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) para igual pêso. Os primeiros tiveram prejuízo em nove dos treze (9 dos 13) anos e os últimos apenas dois dos treze (2 dos 13) anos e isto foi devido à maior extração de sacarose por parte das maiores usinas.

Também foi constatado que no período de condições desfavoráveis, quanto maior a usina, maior o prejuízo.

EDUCAÇÃO

O nível educacional da população das fazendas da Louisiana é o mais baixo da nação. E a razão não é a alta percentagem de negros na sua população, porque a média escolar da população branca é de 6,3 anos, enquanto o penúltimo, segundo na lista, Alabama, alcança 7,1 anos e Louisiana está abaixo da média da nação, 2,7 anos. O Estado ocupa o trigésimo sétimo (37º) lugar no nível educacional dos quarenta e oito (48) Estados. A diferença entre a educação da população rural e a de povoados e cidades é a maior em todo o país. O mais baixo nível cultural é nas secções do Estado de língua francesa. A população de língua francesa tem o mais baixo «status» educacional do Estado.

O nível educacional das populações urbanas brancas se aproximam da média nacional, mas, a juventude rural é comparada mais desfavoravelmente com a média, que a dos mais velhos.

Em 1940, um (1) de cada sete (7) fazendeiros e suas esposas não tinham completado o primeiro grau escolar.

O «status» cultural dos negros é muito mais baixo que o dos brancos e mais baixo que o dos negros dos demais Estados do Sul e está acima apenas da Georgia e South Carolina, com a média de 5,2 anos escolares, porém a dos negros urbanos é a mais baixa de todas, sendo inferior de 0,3 anos do penúltimo, que é South Carolina.

Os Estados de Ohio, New York e New Jersey, mostram igual nível educacional na

população rural e urbana. O Midwest, o nível das duas populações se aproximam.

Em 1940, 73,1% da população branca urbana, tinha completado pelo menos sete (7) graus de escola. A população rural não vivendo em fazenda, correspondia a 58,4% e a rural vivendo em fazendas, 43,9%.

A MECANIZAÇÃO E O AMBIENTE RURAL

Louisiana possuía em 1945, dezessete mil seiscentos e trinta (17.630) tratores. O incremento destes, de 1930, que contava cinco mil e dezesseis (5.016) para 1945, foi de 86,2%.

A mecanização trouxe mudanças sociais para o Estado. Há, em média, 3,4 tratores por mil (1.000) acres (1 ha. = a 2,24 acres) cultivados, com um máximo nas áreas mais mecanizadas de 5,9 e 1,4 para as menos mecanizadas, segundo o censo de Agricultura de 1945. Neste ano, havia um (1) trator por cento e sessenta (160) acres cultivados nas áreas mecanizadas e um (1) para seiscenta e sessenta e seis (666) acres cultivados, nas menos mecanizadas. Os mais mecanizados são os municípios açucareiros e citricultores do «Citrus Belt». Mas, as grandes fazendas de arroz são altamente mecanizadas. A área de cultivo de algodão, ainda que seja menos que as anteriores, também é mecanizada.

Há evidência, segundo Alvin L. Brandt, que a baixa mecanização do Estado, é devido a muitos fatores, entre eles: a escravidão que existiu, a diferença na imigração, população de origem francesa mais atrasada e ao sistema de fábricas das plantações e ao baixo custo da mão de obra.

Mecanização significa maior emprêgo de capital em máquinas e implementos, por unidade de terra cultivada e decréscimo no uso de animais de tração, enquanto aumenta o número de gado para engorda. No Estado, as fazendas mais mecanizadas têm comparativamente maior número de cabeças de gado e galinhas.

A mecanização fez diminuir o número de arrendatários e aumentar o de proprietários do solo. Ela fez diminuir o número de

trabalhadores das fazendas. O número de roceiros, «share-croppers», caiu próximo à metade, vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e nove (24.479), no período de 1930 a 1945.

Com a mecanização cresceu o número de proprietários que não residem na fazenda.

No período de 1930/50, o Estado perdeu 1/5 de suas fazendas, mas, a mecanização retarda a tendência para a pequena propriedade. As fazendas mecanizadas são maiores que as não-mecanizadas.

Com o incremento da mecanização o Estado perdeu no período de vinte (20) anos, um quarto ($\frac{1}{4}$) da população rural, mas, as áreas menos mecanizadas perderam mais que as mais mecanizadas.

Em consequência, a mecanização tem trazido enfraquecimento dos laços familiares e incremento do divórcio, maior desrespeito da parte dos filhos, diminuição do número destes e decréscimo da influência da religião. O fazendeiro tem diminuído o seu trabalho e aumentado mais suas diversões.

PRODUÇÃO

<i>Número de Usinas</i>	1943	1944	1945	1946	1947	1948
<i>Açúcar 96º</i>	65	70	63	60	59	59
Clarificado	316.719	259.324	232.442	180.954	211.305	298.371
Turbinado	17.402	19.892	26.010	28.877	1.378	325
Granulado	34.262	40.405	56.585	53.162	16.243	22.325
Lavado	60.663	46.924	42.035	56.633	60.379	65.804
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de açúcar	2.924	2.834	3.389	1.129	0	735
Xarope - Galões	431.970	369.379	375.398	331.128	296.932	397.293
Mel de 1ª - Galões . .	4.458.137	2.684.925	7.920.811	3.098.897	3.118.159	494.726
Mel de 2ª - Galões . .	5.936.230	3.661.082	8.832.379	9.596.030	2.179.258	2.192.738
Melaço - Galões	4.754.073	3.260.918	6.348.928	3.993.164	1.823.767	1.823.747
Totais	30.887.281	28.716.392	28.456.351	21.231.304	33.279.520	33.279.520

<i>Número de Usinas</i>	1949	1950	1951	1952
<i>Açúcar 96º</i>	54	54	54	54
Clarificado	308.866	331.156	215.730	325.929
Turbinado	0	0	0	0
Granulado	26.856	35.527	26.078	36.291
Lavado	58.746	70.534	44.019	67.199
Outros	0	6.248	4.273	8.393
Total de açúcar	178	796	0	157
Xarope - Galões	415.811	456.246	299.566	450.690
Mel de 1ª - Galões . .	1.075.843	1.725.787	1.085.220	1.314.161
Mel de 2ª - Galões . .	1.588.612	2.730.680	1.599.423	1.997.349
Melaço - Galões	1.725.655	1.608.557	1.684.990	2.079.561
Totais	30.121.524	32.703.162	32.202.814	39.030.897

Fatores climáticos são os responsáveis pela variação observada na produção desde que a área tem sido relativamente estável.

No período de 1937 a 1949, a média de tonelage moída variou de menos de quarenta e cinco mil (45.000) toneladas por usina em 1940, para noventa e cinco mil (95.000) em 1949. A maior produção em 1949 foi devido a condições favoráveis e a concentração de usinas. De 1943 a 1947, sete (7) usinas fecharam e a cana produzida foi esmagada em outras. No fim de 1948, fecharam mais seis (6) usinas.

O açúcar produzido por usina, variou de sete milhões (7.000.000) de libras (libra = 453,4 gramas) em 1940, para mais de dezesseis milhões (16.000.000) em 1949. A quantidade de cana esmagada e o conteúdo em sacarose são os responsáveis pela variação.

Em 1943, 1945 e 1948, a média esmagada foi de oitenta e sete mil (87.000) toneladas mas, a extração de açúcar, foi de quatorze milhões (14.000.000), treze milhões e seiscentos mil (13.600.000) e treze milhões e novecentos mil (13.900.000) de libras.

A extração média por tonelada de cana foi de cento e setenta e quatro e meio (174,5) libras em 1939, próximo de cento e setenta (170) libras de 1939 a 1943. De 1943 a 1945 foi de cento e cinquenta e seis (156) libras, menos de cento e cinquenta (150) em 1950 e menos de cento e cinquenta e duas (152) libras de 1946 a 1948.

Em 1949, foi de cento e sessenta e oito e seis décimos (168,6) libras de açúcar 96°.

PLUVIOSIDADE

A pluviosidade local é alta, acrescida de baixa evaporação, porque durante o outono e o inverno a temperatura é baixa.

A temperatura vai se elevando da primavera para o verão, onde alcança certos dias, de julho a princípios de outubro, mais de trinta e oito graus centígrados (38°C).

Situado na foz do rio Mississippi e as plantações sendo bem próximas a este, os terrenos são baixos, planos, abundantes em lagoas. A alta pluviosidade e o solo baixo, tornam este bastante húmido, necessitando drenagem para poder ser cultivado.

PLUVIOSIDADE MENSAL EM 1951

(Dados obtidos de "Sugar Bullt.", 15/8/53)

ESTAÇÃO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Greenword	2,40	9,95	6,05	3,50	5,85	4,35	8,28	5,93	6,20	0	2,97	5,60	61,08
Raceland	2,37	9,35	9,93	3,27	3,47	1,75	5,81	4,40	6,95	0	2,18	8,15	57,63
Oaklawn	1,95	10,30	4,60	4,95	6,00	4,10	10,00	2,60	2,35	0	3,10	5,50	55,45
Albania	0,92	7,35	2,13	8,16	5,45	5,80	10,20	7,40	2,79	0	3,00	5,90	99,10
Leert-St. John	1,06	7,15	4,01	7,07	7,10	0,90	9,42	6,09	3,96	0	4,67	6,51	57,54
Alma	1,10	8,60	4,80	6,70	6,90	1,40	8,30	1,10	1,40	0	5,40	6,70	52,40
Bon Secour	1,06	10,92	4,21	4,36	10,40	2,21	6,09	3,01	2,58	0	3,16	5,95	53,95
Clovelly	4,65	9,55	5,60	2,63	5,90	4,35	7,05	6,35	5,90	0	1,90	4,80	58,68
Elm Hall	0,97	9,78	3,96	4,94	7,90	3,01	6,21	4,53	2,31	0	3,14	6,14	52,89
Houma	5,18	6,93	7,32	3,41	2,72	1,68	6,75	6,27	7,77	0	2,16	5,80	55,99
Normal p/Houma	4,12	4,37	3,70	3,89	3,83	6,05	8,56	7,21	5,65	4,07	3,76	4,81	59,92

Em 1952 as condições climáticas foram favoráveis e houve incremento sobre 1951 de vinte e cinco por cento (25%) de cana esmagada e quarenta por cento (40%) de açúcar.

POPULAÇÃO RURAL

A cana de açúcar foi introduzida pelos jesuitas em 1751. Realmente, em 1794 começou a indústria, depois de De Bore de-

monstrar que podia ser obtida economicamente, daí então desenvolvendo-se rapidamente. Ela foi alicerçada sobre o braço do negro escravo, sendo o branco, o senhor ou o feitor.

Montada como em todo continente americano, sobre o negro escravo, surgiram a Casa Grande e a Senzala, onde há a mesma grandeza e não falta similar miséria.

O Senhor, tem o mesmo porte e olhar senhoril, que considera todos os demais seus lacaios, como em Pernambuco, Sergipe e todo o Brasil. O feitor ou gerente, servil, comporta-se igual como o nosso churo feitor, mesmo sendo americano, de fala inglesa ou francesa e da pátria da liberdade.

Pelas minhas observações e estudos, estou concluindo, que não se pode estudar a evolução de uma sociedade humana, sem entremear com o estudo de seu cultivo.

A criação de animais gera uma sociedade amante da liberdade, sonhadora e de vastos horizontes. O seu olhar se perde no azul do céu. Desta sociedade, surgiram as religiões monoteístas.

A cultura do fumo, gera homens independentes, individualistas, ciosos de sua liberdade, porém, de parca visão. Ela não ultrapassa a cerca de sua pequena roça. Possivelmente ele criou a livre empresa. A cultura do trigo, não tenho observações, mas, parece-me que fica entre o criador de animais e o plantador de fumo. Cria sociedades práticas, que não sonham com o horizonte distante e a conjecturar com o que fica além deste; nem tampouco sua visão termina na cerca de seu trigal. Ela é a civilização européia.

A cultura do algodão cria homens livres e homens escravos, grandes e pequenos negociantes, mas ela não atinge o excesso de nada. É o meio termo.

Mas a cultura da cana de açúcar cria o feudo, com o senhor e o escravo da gleba. A clã familiar, senhora da terra. O autocrata, bom dirigente e uma sociedade servil, sem brio, sem moral, sem ambição.

Em Louisiana, a cultura da gramínea é feita em municípios, «Parishes», de ascendência francesa e pouco espanhola. Nestes, fala-se ainda o francês do século dezoito (18), misturado com o inglês, espanhol e africano, mas, denomina-se francês. Poucas

são as pessoas que falam inglês ou ambas as línguas. Há uma forte população negra.

Nas últimas décadas, especialmente na década de 1940, a população rural começou a decrescer, em consequência da mecanização da lavoura, de novas indústrias de papel, química e petróleo, oferecendo maior salário e maiores possibilidades. Declinou de um terço (1/3), quinhentos e sessenta e oito mil cento e trinta e cinco (568.135) pessoas em 1940/1950, enquanto a população urbana cresceu. O decréscimo tem se verificado mais na população negra, verificando-se gradualmente a menor importância do negro na agro-indústria do açúcar.

Em virtude das condições locais, onde crianças menores de quatorze (14) anos trabalhavam, o salário era baixo e outras desfavoráveis, como o curto ciclo de crescimento da gramínea, pobre conteúdo em sacarose, foi concedido o subsídio pelo Apendix A, do Sugar Act de 1948, Lei Pública 388 do Octagésimo Congresso, para poder continuar a funcionar a agro-indústria açucareira, mas, sob condição que fosse proibido o trabalho de menores e pago mais alto salário.

O subsídio do governo é para não haver incremento na produção e pagarem altos salários aos empregados. Eles pagaram ao trabalhador comum, US\$ 4,50 por 9 horas de serviço em 1952 e dão casa e lenha. O pagamento é por hora de trabalho.

Atualmente, com a redução do número de trabalhadores e mesmo com a presença de máquinas as mais modernas, o estado cultural não é bom. Os trabalhadores que ainda continuam organizaram-se em agosto e setembro de 1953 em União e estão exigindo maior salário, U.S.\$ 1,00 (um dólar) por hora em lugar dos U.S.\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos). Sob o atual preço do açúcar e subsídio, é difícil os proprietários poderem pagar, pelas informações expostas neste trabalho. Em 1952, pagaram ao trabalhador U.S.\$ 4,50 (quatro dólares e cinquenta centavos) por nove (9) horas de serviço. O chauffeur percebe U.S.\$ 6,00 (seis dólares) por igual tempo de serviço e todos têm direito a casa, combustível e luz.

ORGANIZAÇÃO AGRO-PECUÁRIA

Existem funcionando cinquenta (50) usinas, sendo dez (10), usinas cooperativas.

Eram treze (13) cooperativas, mas três (3) fracassaram por má gerência.

A usina cooperativa tende a substituir a usina privada.

Na usina cooperativa, todos os fornecedores de cana são donos. Surgiu depois de 1940, graças ao estímulo do govêrno.

Há usinas privadas, onde o proprietário é o dono de toda a terra e plantação, como a «Myrtle Grove Factory», em Plaquemines, cujo proprietário a possui, produzindo setenta mil (70.000) toneladas de cana e mais nove (9) fazendas, entre elas a «Milly Plantation» com novecentos (900) acres. Ele e sua família, ainda têm setenta e oito (78) poços de petróleo em exploração.

Na maioria delas, o proprietário possui a fábrica e a fazenda onde está situada, com mil a dois mil (1.000 a 2.000) acres. Recebe canas de fornecedores em maior parte.

Os fornecedores entregam o produto em uma estação terminal em sua propriedade e a usina manda buscar; portanto, a usina paga a maior parte do frete.

O fornecedor recebeu por tonelada de cana em 1952, cento e três (103) libras de açúcar e mais cinquenta por cento (50%) do melaço produzido, ou sejam, sete (7) galões por tonelada de cana. Este ano de 1953, receberá cento e seis (106) libras, percebendo aumento. As canas devem ter doze por cento (12%) de sacarose. Se houver menor ou maior percentagem, perceberá mais ou menos. O teor em sacarose é que determina a percentagem.

A extração média das usinas é de cento e sessenta (160) libras de açúcar por tonelada de cana, ou em quilogramas, oitenta (80) quilos aproximadamente.

O lavrador recebeu em 1952, 64,3% do açúcar produzido e o proprietário da indústria, 35,7%.

Em 1953, o proprietário receberá 33,7% e o fornecedor, 66,3%. E mais 50% do melaço.

Os Estados Unidos são um país de livre empresa e nós temos fortes tendências socialistas. Todavia, o lavrador é melhor beneficiado que o usineiro, enquanto no Brasil, o lavrador contribui para que o usineiro receba mais.

O combustível utilizado é o gás natural que é abundante na região.

Uma companhia que fabrica o «celotex», localizada em Nova Orleans, recebe o bagaço, enfarda e transporta para a fábrica, para obter o produto. Em troca, ela paga as despesas com o combustível, gás natural. Em 1952, o preço do bagaço foi de U.S.\$ 3,00 (três dólares) para duas (2) toneladas de bagaço, equivalendo a uma tonelada de fibra.

O «celotex» é usado como substituto da madeira, na construção de casas, para paredes, forros, mesas e diversos outros usos.

Está em cogitações a primeira fábrica de papel de bagaço de cana.

A tonelada de cana foi vendida em 1952, por U.S.\$ 8,24 (oito dólares e vinte e quatro centavos), e o govêrno deu um subsídio de U.S.\$ 1,20 (um dólar e vinte centavos) por tonelada, perfazendo U.S.\$ 9,44 (nove dólares e quarenta e quatro centavos).

SOLOS

Na região açucareira de Lousiana, há solos de aluvião do rio Mississippi, muito ricos, cinzentos escuros, argilo-silicosos; há solos mais claros e leves, silico-argilosos e há solos argilosos escuros e negros, que se assemelham ao massapê do recôncavo baiano e de Sergipe, porém, são menos argilosos que estes.

Eles denominam alguns solos com estes nomes: Moon silty clay loam, Moon silty loam, Baldwin silty clay loam, Cypremort-Baldwin loam, Baldwin silty loam, Jeenerette-Baldwin loam, Olivier silty loam, Richland silty loam.

Recentemente, trabalhos de pesquisa sobre o magnésio no solo, têm mostrado que onde há menos de 40 ppm. houve incremento com a aplicação de magnésio, como maior produção era observada onde o solo naturalmente possuía mais de 40 ppm. de magnésio.

Em geral são ricos em todos os demais elementos, exceto de azoto.

ROTAÇÃO

Os solos do Sugar Belt são altamente férteis e talvez fáceis de serem guardados em alta produtividade, desde que as práti-

cas de construção do solo sejam seguidas por causa da grande retirada de alimentos e especialmente nitrogênio.

Adotando a rotação de cultura, com o plantio de leguminosas de verão e de inverno.

Seguem a prática de três (3) anos de cana de açúcar e um (1) ano de uma leguminosa.

O inverno é muito frio e as plantas que usam é o «Melilotus indica, Austrian winter peas» (Ervilha australiana de inverno) e «Dixie wonder peas» (Ervilha maravilhosa de Dixie) (Dixie é o nome popular do Sul dos Estados Unidos, por causa da canção da Guerra de Secessão: «Dixie»).

Uma densa cobertura de legumes de inverno, adicionará aproximadamente quarenta (40) libras de azoto por acre que corresponde a duzentas e cinquenta (250) libras de salitre do Chile e cobrindo o solo, evita a lavagem e lixiviação do solo durante a estação. Ela incrementa a produção das sócas.

«Melilotus indica», pode ser plantada sem calagem nos solos de aluvião do rio Mississippi, mas, no Vale do Bayou (córrego, riacho, ou melhor, igarapé) Teche é preciso de calagem e em certos trechos, cal e fósforo e também inoculação da semente, mas, quando crescido a primeira vez em um solo, necessita de inoculação.

A soja é inoculada a semente da leguminosa quando plantada a primeira vez em um solo.

A soja é a mais usada entre as leguminosas de verão. O censo de 1950 mostrou que mais da metade da soja plantada na Louisiana, é para melhoramento do solo.

Uma densa cultura de soja adiciona sessenta e cinco (65) libras de nitrogênio ao solo, equivalendo a quatrocentos (400) libras de nitrato de sódio.

As variedades «Pelican», «Acadian», «Avoyelles» e «Clemson» são as mais plantadas.

Desde 1929, que o Laboratório de Pesquisa da Soja desenvolve um programa de obtenção de novas variedades.

Após a colheita da sóca do segundo corte, a cana produz apenas três (3) cortes, em janeiro ou fevereiro, plantam a soja em abril, maio ou junho e quando ela produz vagem

CANAVIAIS E ENGENHOS NA VIDA POLÍTICA DO BRASIL

ENSAIO SOCIOLOGICO SOBRE O ELEMENTO
POLITICO NA CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

•

FERNANDO DE AZEVEDO

(Professor da Universidade de São Paulo)

•

Preço do vol. br. Cr\$ 40,00

•

A VENDA NA

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

RUA DO OUVIDOR, 94

Rio de Janeiro

êstes estão verdes, passam a grade, cortando e misturando a terra com a soja. Em setembro ou outubro, tornam a plantar a gramínea. Plantam a soja sobre os camalhões onde plantarão a cana.

Um acre de soja produz dez (10) toneladas de matéria verde e três (3) toneladas de matéria seca. Onde fôr encontrada esta proporção, o solo não necessita de adubação nitrogenada.

ADUBAÇÃO

Segundo os estudos e experimentos até agora efetuados, a maioria dos solos apenas necessita de nitrogênio. Usam para êstes, de quarenta a oitenta (40 a 80) libras de nitrogênio por acre. Seis (6) libras de nitrogênio aumenta a produção de uma (1) tonelada de cana.

Não foi observada diferença de produção quando se empregavam diferentes fertilizantes nitrogenados. O importante é a quantidade.

Atualmente estão usando diretamente no solo, a Amônia líquida, Água-amônia, a oitenta por cento (80%) de concentração. Recebe-se em vagões-tanques e injetam-na no solo por meio de aparelhagem especial

adaptada ao trator. É mais econômica que os demais fertilizantes nitrogenados.

Em solos onde há falta de fósforo, utilizam de quatrocentos a quinhentos (400 a 500) libras de 12-8-0 ou 16-0-4).

Onde faltam N-P-K, muito finos solos areno-humosos, aplicam quinhentas a seiscentos (500 a 600) libras de 6-9-6, ou trezentas (300) libras de 3-12-12, suplementado com quarenta e setenta (40 a 70) libras de nitrogênio, em forma sólida ou líquida.

A falta de nitrogênio e potássio, aplicam quatrocentas a quinhentas (400 a 500) libras de 12-0-12.

A primeira aplicação é efetuada quando a cana começa a crescer. Em algumas plantações, como a Smithfield Plantation, em Port-Allem, em julho-agosto, suplementam a primeira aplicação pulverizando por meio de avião, uma quantidade de área correspondendo a vinte (20) libras de N. por acre.

Sobre solos de textura leve a médio aos terraces Pleistogênicos do Mississippi, aplicam em sóca bem crescida, oitenta a cem (80 a 100 libras de N. vinte e cinco a quarenta (25 a 40) de P_2O_5 e quarenta a sessenta (40 a 60) de K_2O .

Em socas, os solos de textura média a pesada, do aluvião do Mississippi ou rio Vermelho, aplicam vinte e cinco a quarenta (25 a 40) libras de P_2O_5 e quarenta a sessenta (40 a 60) libras de K_2O em adição ao N. Em alguns casos põem quinhentas (500) libras de 6-8-12 suplementada com cinquenta a setenta (50 a 70) libras de N.

Este ano, devido ao inverno e verão quentes e às novas variedades mais ricas em açúcar, Louisiana teve a maior safra, quatrocentos e setenta e cinco mil toneladas de açúcar e canas tendo treze e meio a quatorze por cento (13,5 a 14%) de sacarose, quando em 1952 foi doze por cento (12%) a menos. Novas variedades mais ricas surgirão breve.

DRENAGEM

O solo plano e as abundantes chuvas, fazem aconselhável a drenagem para se poder cultivar com resultados econômicos.

Valas profundas de quarenta a cinquenta (40 a 50) metros de distância entre alas,

cortam o canavial. Por causa da excessiva humidade do solo, plantam a cana o inverso do Brasil. Fazem camalhões largos, oitenta centímetros a noventa (0m,80 a 0m,90), onde a terra depois de gradeada fica plana. Os camalhões são rodeados por regos de quarenta a cinquenta centímetros (0m,40 a 0m,50) de largura, que servem para escoamento das águas e estão abaixo dos camalhões, vinte e cinco centímetros (0m,25) aproximadamente.

Sobre os camalhões, é onde plantam as plantas de cobertura para adubação verde e depois a cana de açúcar.

MÉTODOS DE PLANTIO

No centro do camalhão, abrem valas e colocam canas inteiras, entrelaçando-se as pontas. Cobrem com dez (10) centímetros de terra, para a proteger dos rigores do inverno.

Apesar disto, a germinação é baixíssima, vinte a trinta por cento (20 a 30%) dependendo da variedade e outros fatores.

Plantam de agosto a outubro. O plantio de agosto, dá germinação mais alta, de quarenta a cinquenta (40 a 50%) por cento, a cana na colheita tem maior conteúdo em açúcar, quatorze (14) libras por acre, segundo estudos da Estação Experimental de Houma, durante dezesseis (16) anos. Todavia, não aconselham porque dizem que há hibernação de grande número de brocas, «*Diatraea saccharales*».

Porisso e também para permitir, se o verão é favorável, que é geralmente chuvoso, que a cultura de cobertura se decompõe, preparam a terra em agosto, setembro e começam a plantar em fins de setembro e princípio de outubro e chegam a plantar até 15 de novembro. O melhor período de plantio é nas duas primeiras semanas de outubro.

CONTRÔLE DE PLANTAS DANINHAS

O «Johnson grass, sorghum halepense», é uma gramínea que está assumindo grande importância nos canaviais. Invadindo novas áreas. Cresce sua importância, à medida que o trabalhador rural abandona o campo.

Vi muitos canaviais, onde êle era tão grande quanto a cana. Dizem que ou o «Johnson grass» ou a cana de açúcar.

Sob estas condições, é de contróle difícil e dispendioso. Um jôgo de arações razas e culturas de cobertura no inverno trazem um relativo contróle para três (3) anos de corte de cana. Em geral plantas três (3) anos cana de açúcar e um (1) para contróle do «Johnson grass», conforme acima referido.

Nas bancas das valas de drenagem, tocam fôgo para queimar esta gramínea.

Usam também, apesar de muito caro, o Nitrato de Sódio, especialmente nas bancas das margens da rodagem e estradas. Nas áreas mais atacadas também, mas, durante um (1) ano não podem plantar nada, porque não nasce.

Com a dificuldade em braços, até carneiros estão aconselhando.

O uso do 2,4-D como tratamento de emergência é recomendável, como o de outros compostos, mas, uma pesada legislação existe contra o uso de 2,4-D. Não é permitido por lei a aplicação em pó como o uso dos ésteres de 2,4-D.

Outra planta silvestre, que prefere as valas de drenagem e caminhos de água, é a «Alligator» (Jacaré). O 2,4-D em aspersão, 1¾ libras de ácido por acre dará bom contróle, usando em abril ou em maio.

Quando a cana está próxima a ser cortada, em agosto ou setembro, pulverizam os canaviais com avião, com o 2,4-D, para matar as plantas de folhas largas, especialmente trepadeiras, para facilitar o corte.

O uso dos herbicidas não dispensa os tratos culturais e dificuldades em trabalhadores tem tornado muitos canaviais mal tratados, apesar dos herbicidas. Vi capins tão altos quanto as touceiras.

Testes em 1952, foram prometedores com CMU no contróle ao «Johnson grass» e outras plantas silvestres.

VARIEDADES

A variedade mais cultivada é a Co 290. É considerada a melhor variedade dos últimos anos. É de alta produção e baixa sacarose.

É bastante suscetível ao mosaico e por esta causa está sendo substituída e tende a ser totalmente substituída por novas variedades.

Sob o acôrdo existente entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a Louisiana State University e a Liga Americana de Cana de Açúcar, a variedade CP4-154 foi iniciada a plantar comercialmente. Está sendo melhor que a variedade «standard» Co 290, na parte oeste da região açucareira e produz bem em solos leves e pesados. É vigorosa, tem boa soca, porém, é pobre em açúcar.

Novas variedades produzidas em Canal Point, Flórida, têm sido plantadas para competição, como CP ns. 48-154, 50-8, 50-11, 50-13, 50-22, 50-28, 45-184, 47-193 e 48-103.

Uma boa variedade e que iria ser substituída em 1953, seria a N. C. O 310, famosa variedade da África do Sul.

PRODUÇÃO DE VARIEDADES

Até há poucos anos, apenas em Canal Point, Flórida, havia trabalhos de hibridação da cana porque na Louisiana a cana não floresce. Mas, conhecida uma região próxima ao Golfo do México, onde ela punha pendão, a Louisiana Experiment Station colocou uma dependência em Grand Island. Os trabalhos de hibridação são efetuados por Mr. P. H. Dunkelman e são muito prometedores. É possível que em breves anos o fator desfavorável, o clima, seja batido pelos novos cruzamentos e o maior estudo da matéria.

De 1948 a 1952, um total de 105.000 seedlings de cana, de cruzamentos feitos em Canal Point, têm sido plantados na L. S. U. Agricultural Experiment Station, em Baton Rouge.

Estudando a causa porque a gramínea nunca floresce, perceberam que talvez devido ao fotoperiodismo. O curto comprimento do dia era desfavorável ao florescimento.

Construíram um quarto de madeira que fica herméticamente fechado e pintaram de preto por dentro. Puseram iluminação artificial a neon, interna. Sobre um vagão que corre sobre trilhos, puseram touceiras de cana plantadas em vasos com terra. Diariamente expunham a planta ao sol, até rece-

berem doze (12) horas de luz diária. Quando o dia era curto, acendiam a iluminação artificial até completar as doze (12) horas determinadas. A temperatura diária e as horas e minutos de exposição eram anotados diariamente.

Mais ou menos alguns minutos, às seis (6) horas da manhã começavam a receber luz até às 6 da tarde. Pela manhã e à tarde, conforme a necessidade, completavam com luz artificial.

Depois de dois (2) meses as canas floresceram. Assisti em meados de agosto, a primeira floração que ocorreu em Baton Rouge. Em julho, tinha começado o experimento de fotoperiodismo.

O florescimento da gramínea em Baton Rouge, na Louisiana Experiment Station, pode ter grandes conseqüências, porque com estudo, investigação e paciência, poderão obter no futuro, variedades ricas em sacarose e de curto ciclo vegetativo, sete (7) meses.

POLINIZAÇÃO

Em Grand Island, Dunkelman e E. Paliatras, estudantes gregos da Universidade, estão conseguindo novas variedades de cana anualmente. Este ano têm setenta mil (70.000) seedlings no campo.

A polinização é feita cultivando a cana em vasos. Preferem a cultivar no campo, quando há maior eficiência e menos trabalho. No vaso apropriado colocam a terra comum, sem adubação, ou se querem com a fórmula fertilizante comercial usada naquele solo.

Em cada touceira no vaso, deixam somente quatro (4) colmos, cortando os demais.

Quando a planta emite panícula, escolhe-se a que deve ser pai e a mãe. Depende da fertilidade do pólen. Algumas apresentam-se estéreis ou o pólen é fraco.

A planta escolhida para fêmea, põe-se a panícula em uma caixa de gelo durante vinte e quatro (24) horas. A caixa de gelo é posta sobre armação de madeira ou ferro para colocação da panícula dentro, que continua no colmo da cana.

A baixa temperatura faz matar o pólen. Juntam-se dois (2) vasos e as panículas da planta-mãe, que foi a colocada no gelo, com

a da planta-pai, que tem pólen perfeito durante quinze (15) dias. Depois deste período obtêm-se as sementes.

Este é um método demorado.

Outro método é se pulverizar com água a panícula da planta escolhida para mãe, de três (3) em três (3) horas, para retirar o pólen. Quando não tem pólen, junta-se esta panícula com outra que possua, os vasos das duas plantas estão juntos e se deixa assim durante quinze (15) dias. Após, obtêm-se as sementes.

As sementes são plantadas em caixas de madeira com terra preparada. Nascidas quando têm cinco (5) centímetros são inoculadas com mosaico.

INOCULAÇÃO COM MOSAICO

Colhe-se colmo de cana cuja folhagem apresente os sintomas típicos da moléstia. Cortam-se as folhas e se abandona. O olho e um a dois (1 a 2) gomos próximos é a parte escolhida. Obtem-se o suco deste, pouco antes de usar e deve-se tê-lo meia hora antes de experimentar em canas a serem inoculadas.

Mergulham-se os dedos grandes e indicador em Carborundum 200 mesh e depois no suco guardado em vaso de vidro e coberto, passam-se pressionando ligeiramente nas superfícies superior e inferior da folha. Basta em uma folha, na sua segunda (2ª) folha a contar do centro ou nesta se estiver aberta. Poucos dias depois aparecem os sintomas típicos nas variedades suscetíveis. Estas serão abandonadas.

É feito geralmente de outubro a novembro. As saudáveis são transplantadas para o solo.

No ano seguinte, agosto e outubro, cortam-se e se faz sementeiras em blocos de oito (8) carreiras. As canas provenientes de cada cruzamento são plantadas junto e se pondo um marco numerado com o ano e o número da cana na sementeira inicial. Anota-se em uma ficha, a procedência de cada uma e o número de plantas. Há outro marco menor com o número da carreira e o número da touceira anterior.

Um ano depois, em fins de setembro a princípio de outubro, vai o geneticista com

o refractômetro de campo e as duas fichas, determinar as características.

De touceira a touceira em cada carreira, observa as melhores cuidando do seguinte:

1º — Livre de mosaico. Verifica-se no campo reinfecção e plantas que resistiram na sementeira inicial, os seedlings, que aparecem naturalmente infetadas.

2º — Vigor vegetativo, demonstrado pelo ótimo desenvolvimento.

3º — Colmos inclinados a erectos.

4º — Colmos homogêneos, mais ou menos da mesma altura.

5º — Resistência à broca, «*Diatraea saccharalis*».

6º — A palha deve se desprender facilmente do colmo.

7º — Não apresenta os vãos no centro da cana, como nos gomos ôcos.

8º — Leitura da Brix, refractômetro de campo. Fazem três leituras em três diferentes colmos de cada uma touceira. Uma leitura no pé, no segundo gomo a partir da base; no centro e no ôlho, faltando dois a três (2 a 3) gomos para chegar ao ôlho.

Para as variedades pobres em açúcar, devido ao clima, o mínimo para leitura do ôlho de cana deve ser de 13º Brix de leitura. Usam refractômetro de campo Bausch Lomb.

9º — O ôlho, a parte do ôlho deve ser pequena. Se é grande não serve.

Em cinco mil e quatrocentas (5.400) touceiras que ajudei a analisar, apenas foram escolhidas quarenta e cinco (45). Em cinqüenta e cinco mil (55.000) seedlings, apenas foram escolhidos quinhentos e quarenta e três (543).

Escolhida a touceira, despalha-se e se põe um cartão amarrado com cordão e com a inscrição do número da seleção. Este é obtido, contando-se pelo número das seleções efetuadas.

Em uma terceira ficha, usada apenas no momento deste exame de campo, põe-se o nome dos pais e o número de touceiras existentes daquele cruzamento.

Depois, nos lugares devidos, o número da seleção, o número da carreira ou, camalhão em fileira; o número da touceira, que

é obtido, olhando-se no segundo marcô que tem o número da carreira e o número de uma dada planta, porque às vezes tem cruzamentos que deram quinhentas plantas. Se estamos na touceira 251, há marcos de vinte em vinte (20 em 20) ou cinqüenta em cinqüenta (50 em 50) touceiras que dão o número, lemos por eles para não voltar ao início. Na contagem as sementes mortas são computadas. Anota-se após, a cor púrpura, púrpura claro, marfim, verde-marfim, verde claro, verde. A semelhança da variedade a planta pai ou mãe. Se é erecta, inclinada, ou moderadamente erecta. Vigor: moderada ou vigorosa. Estas touceiras, serão cortadas e plantadas para competição com a variedade «Standard». Todas elas foram plantadas em solo fertilizado.

Os trabalhos de hibridação vão bem. Vi algumas touceiras apresentarem 26º Brix o que é bastante alto para Louisiana. Possivelmente variedades cada vez mais ricas irão substituindo as atuais.

Para se determinar a resistência à podridão vermelha, «*Phylospora tucumanensis*», de uma variedade, toma-se uma tora de cana, faz-se um orifício e se põe um pedaço do micélio do fungo de um meio de cultura. As plantas que não se mostrarem doentes, são consideradas resistentes.

COLHEITA

A colheita mecânica está substituindo o braço do trabalhador.

Em 1940 existiam menos de vinte e cinco (25) máquinas colhedoras e em 1948, cerca de quinhentos (500).

Enquanto oitenta (80) horas de trabalho braçal de um homem produzem vinte (20) toneladas, uma máquina corta e pilha cento e cinqüenta a duzentas (150 a 200) toneladas por dia, sob condições ideais e guiada por dois (2) homens, ou aproximadamente oito (8) acres por dia. Uma máquina para ser econômica precisa trabalhar cinqüenta (50) dias na colheita, o que equivale a uma plantação de quatrocentos (400) acres. Há certa dificuldade em trabalhar com ela por causa das valas de drenagem.

Usam queimar o canavial antes da colheita, para a facilitar. Isto tem trazido a baixa da sacarose, porque certas vezes o cor-

te é mais rápido que o escoamento e este se dá 2,3 ou mais dias após.

É condenável a queima, mas a adição de matéria verde e de Nitrogênio, pela adubação verde e química, contrabalança os males.

As máquinas cortadeiras necessitam que as carreiras de cana estejam distanciadas de 1m,60 a 1m,70. Elas servem bem em solos planos ou levemente ondulados e canaviais homogêneos. Cortando na parte superior e inferior, os colmos devem ser erectos, daí o cuidado dos geneticistas em obterem variedades erectas.

O corte da parte superior, em geral abrange grande parte do olho, parte menos rica em sacarose, cujo caldo irá dificultar as operações de decantação e cozinhamento, vindo contribuir para menor extração em sacarose nas usinas da Louisiana.

Com todas as falhas, a colheita mecânica tende a substituir o corte manual.

Usam tratores com carretas para transporte até três e meio (3,5) quilômetros e caminho adaptado, para maiores distâncias.

Para facilitar a carga e descarga, há nos canaviais, guindastes apropriados que facilitam. São manobrados por três homens.

DOENÇAS

Em Louisiana, houve dois períodos em que a produção decresceu. O primeiro foi durante a Guerra Civil e o outro começou em 1905 até 1926, onde atingiu o mínimo. As reações se deram em 1877, com o máximo em 1904 e em 1927, com o máximo em 1938. As canas P.o.j. a princípio, de 1929 a 1933 e Co e C.P. daí em diante foram as responsáveis. Observa-se que o maior rendimento por acre, corresponde a maior produção anual.

As doenças foram as responsáveis pela descensão.

Em vista do aparecimento do «Sereh» em Java, da doença da casca («rind disease»), nas Índias Ocidentais, da Podridão Vermelha na Índia, e a Podridão das raízes em diferentes partes do mundo, foi fundada em 1885, a Sugar Experiment Station, que tem contribuído para o conhecimento das doenças da gramínea.

Muitas doenças foram estudadas. Atualmente, as mais importantes, são o Mosáico, que é controlado pelo plantio de variedades resistentes e o «Ratoon stunting disease».

«RATOON STUNTING DISEASE»

É uma nova doença de vírus, que foi pela primeira vez estudada na Austrália, na década passada. Primeiro apareceu na variedade Q. 28, cruzamento de Co 290 e Q. 1098, velha variedade usada para cruzamento na Austrália.

Apareceu pela primeira vez em 1936, na Mackay Experiment Station, em uma simples touceira.

Em 1945, houve desconfianças que havia uma nova doença na «Saccharum». Em 1949, no «meeting» da Queensland Society of Sugar Cane Technologists em Mackay, foi anunciada a existência da nova moléstia.

Posteriormente ela foi citada existir em outros centros, entre eles, havendo fortes desconfianças, de que exista na Louisiana.

Na Austrália ataca todas as variedades.

Ataca a Q. 28 disease, referida anos atrás.

Em experimento na Louisiana, houve redução de 25% na variedade CP44-101 e 9% na CB36-105, fazendo-se inoculação de suco obtido em canas doentes, nestas variedades. Crê-se que a enfermidade está bastante espalhada nos distritos açucareiros da Louisiana.

Sintomas associados com a doença

Cana de pequena altura. Os sintomas internos são: abrindo-se longitudinalmente o colmo, nota-se um envermelhecimento dos vasos, no ponto de onde encontra com os nós, cerca do nível da base das gemas vegetativas.

Algumas vezes, a descoloração é tão severa, que forma como um mosqueado vermelho ou laranja ou vermelho-amarronzado, examinando o colmo fendido, embora em algumas variedades pode ser comparativamente invisível.

Condições de deficiente humidade são as preferidas e causa mais danos nos anos secos que nos húmidos.

O Ratoon Stunting já existe em Sergipe nas variedades Co 290, Co 3X e CB 3624.

CONTRÔLE

O contrôle consiste em se tratar a semente em ar quente a 54°C durante oito (8) horas. A 52°C em água quente durante uma hora e vinte e cinco minutos e também 50°C em água quente durante uma e meia hora. O melhor é a 54°C durante oito (8) horas em ar quente. O tratamento é feito em estufa. Este não prejudica a germinação.

Assisti efetuar os tratamentos em um experimento do Dr. R. J. Steib, de Staff da L. S. U. Agricultural Experiment Station.

Outras medidas são:

1º — crescimento de variedades resistentes. Não se conhecem até o momento, variedades resistentes.

2º — Seleção de cana saudável para semente.

3º — tratamento com água quente ou ar aquecido.

Na Austrália estão aconselhando escolher para plantio, canas saudáveis e de ótimo crescimento vegetativo de sóca, porque a moléstia causa especialmente redução no crescimento das sócas.

PRAGAS

A broca da cana de açúcar, *Diathraea saccharalis*, Fabricius, é considerada a mais importante praga. O ataque que vi era muito grande e este ano de 1953, foi considerado o maior já ocorrido e já é esperado crescer o ataque, em virtude da mudança de variedade. A CP 34/120, era resistente, porém, as que estão substituindo, C. P. 44/101, C. P. 44/155 e 36/13, são muito suscetíveis.

Estudos efetuados na primavera de 1952, mostraram três mil novecentos e três (3.903) brocas vivas hibernando em um acre, com uma média de mortalidade de 7,6%, enquanto em 1951, haviam quatro (4) brocas vivas por acre com 99% de mortalidade.

Em 1952, foi estimada a percentagem de 27,5% de juntas brocadas, comparadas com 6,7% em 1951 e 14,2% para o período de 1935/52.

O contrôle tem consistido em meios químicos e biológicos.

Os inseticidas usados são Criolita e Riania, este obtido de uma planta da América Central. Tencionam juntar a este, substâncias ativadoras, como N-Propil Isomero, Piperonyl Cyclonene, afim de diminuir a concentração do inseticida.

A concentração de Riania é de 40% de princípio ativo ou 50% nas mais pesadas infestações.

A Riania, é um pó inseticida, obtido das raízes e galhos da *Ryania speciosa*, Flacomiaceae. O princípio ativo é a Rianodina.

A Riania controla o Afídio, Shipa Flava Forbes, enquanto a Criolita favorece a multiplicação porque mata seus inimigos naturais.

Fazem combate a três (3) gerações e fazem até um total de quatorze (14) polvilhamentos.

O polvilhamento contra a primeira geração é executado quando se acham um mínimo de trezentos e sessenta (360) colmos com sinais de broca em um acre, ou cinco (5) massas de ovos por homem-hora. Aplicam a Criolita não diluída ou Riania a 40 por cento, na base de dez a doze (10 a 12) libras por acre, por aplicação.

A segunda geração é começado o polvilhamento quando se acham trezentas e sessenta (360) folhas com posturas de insetos.

Empregam a Riania a 40%, doze a quinze (12 a 15) libras por acre por aplicação.

A terceira geração, iniciada com igual infestação mínima, empregam a Riania, na mesma base. A Criolita não é recomendada.

Em cada geração fazem quatro (4) aplicações em intervalos semanais.

O avião é o aparelho utilizado.

O solo é plano permitindo que se trabalhe sem perigo.

Interessante é que, discordando de toda a literatura citada até agora, aconselham queimar ao palhico da cana para matar os insectos hibernantes.

O contrôle biológico está sendo iniciado, com a criação do *Trichogramma minutum* parasita do ovo da *Diatraea*.

É criado em um laboratório de criação de insectos, onde empregam a *Sitotraga cerealella* como insecto auxiliar na multiplicação do *Thichograma*.

Este ano foram soltos a partir de junho, duzentos e cinquenta mil (250.000) parasitas de dois em dois (2 em 2) dias. No próximo ano, esperam soltar a partir de junho, quatro milhões (4.000.000) de dois em dois (2 em 2) dias.

A obtenção da variedade resistente, possivelmente aliviará o problema.

A Shipa Flava, Forbes, pulgão amarelo da cana de açúcar, tem incrementado com o uso da Criolita e causado danos. A substituição desta pela Ryania, fará cessar a importância do afídio.

CIGARRINHA

Encontrei em agosto, visitando com o entomologista Mr. A. L. Dugas, cigarrinha em estado ninfal, sugando o colmo da cana.

Em princípio de setembro houve a revoadada.

A população era relativamente pequena à média e é considerada não capaz de fazer danos.

A espécie encontrada é *Tomaspis* sp. Eu acredito que muito do dano acusado à *Diatraea* e ao pulgão, seja realmente causado pela *Tomaspis* sp. em colaboração com eles. E também que a *Tomaspis* seja um possível vetor do Ratoon stunting disease.

É possível também que a baixa produção em sacarose, seja também em parte causada pelo cercopídeo.

Somente a grande importância de espécies correlatas em outros países, fazem-me julgar isto.

Todavia, os entomologistas da L. S. U. Agric. Exp. Station, consideram a cigarrinha de nenhuma importância.

A espécie é diferente da nossa. É ligeiramente menor, preta a marrom escura, nas asas e face dorsal é vermelha na face ventral. Nas asas, há uma faixa amarela transversal-inclinada.

DOENÇAS

Mosáico. — É controlado pelo plantio de variedades resistentes. O roguing, efetuado na variedade Co 290 é de valor discutível e não é mais praticado.

Procura-se pela genética ir se obtendo híbridos resistentes e imunes.

Red-rot — O *Physalospora tucumanensis* é a mais importante enfermidade. Associado à infestação de *Diatraea saccharalis* causa anualmente pesados danos. O combate à broca do colmo controla a *Physalospora*.

Clorotic Streak-Disease — É de pequena importância.

Ratoon Stunting Disease — É considerada de gravidade e existe em todas as variedades novas ainda não comerciais.

Há experimentos com o tratamento das toras de cana com água quente e a vapor aquecido, ambos os experimentos se fazendo com temperatura variando entre 50° a 58°C. Parecem ser confirmados os resultados obtidos na Austrália com temperatura de 52°C em água quente durante duas (2) horas.

Esta moléstia é atualmente a mais temida pelos técnicos açucareiros.

Moléstia da fôlha — *Helminthosporium* spp. e *Leptosphaeria sacchari* são consideradas enfermidades de pouca importância, o mesmo acontecendo a um *Sclerotinia sacchari*, downy mildew.

DOENÇAS DO SOLO

Muito baixa é a germinação das toras de cana de açúcar. Apenas 20%. A morte delas é motivada pela demorada germinação, plantada em outubro, germina em março, em virtude do frio do inverno e pelos fungos que atacam a tora durante o período.

São estes os fungos que atacam as toras: *Rhizoctonia solani*, que prefere a humidade e temperatura mais elevada.

Diversas espécies de *Pythium*, especialmente *aphanidermatum*, que medra melhor em temperatura mais fria de inverno com chuva abundante.

Há uma terceira espécie, uma não identificada de *Phytophthora*, estudada por Chilton e Stebbins em 1947, que prefere o meio termo entre os dois fungos anteriores.

FLÓRIDA

A agro-indústria canavieira de Flórida é situada no centro-sul do Estado, no riquíssimo solo do Everglades.

O Everglades é uma região de solo recente, negro, o Peat-Muck-Soil, lama e turfa, que foi o fundo do lago Okechobee. É riquíssimo em humos e está abaixo do nível do lago, que é o segundo em área dos Estados Unidos.

Há mais de 20 anos passados, as águas dêste, durante as chuvas abundantes da região se espriavam por sobre os canaviais e matavam as canas, ocupando terras que hoje estão cultivadas. O governo americano, então, dragou as águas próximas à borda e a terra colocou nas margens, formando um dique contra a extravasão devido às chuvas.

Além da regularização, houve conquista de mais terreno e a cultura da cana pôde desenvolver-se.

Como grande parte da região do sul da Flórida é um brejo, têm continuado os trabalhos do governo para drenagem de maior área e conquista daqueles solos negros tão produtivos.

O Peat-Muck-Soil do Everglades é um solo sílico-humoso onde se depositou a matéria orgânica decomposta do fundo do lago, formando uma camada espessa de muitos pés de profundidade, coloração negro-intensa de humos.

Apesar da riqueza em matéria orgânica, não parece ser duradoura a sua existência. Em pequeninas manchas espalhadas, observa-se que ao desaparecer a matéria orgânica, resta apenas a areia branca e lava-da do fundo do lago.

A topografia é bastante plana e a erosão é praticamente nula, mas, a queima anual da palhaça, antes do corte para facilitar a colheita, traz a queima de matéria orgânica, que por pequena que seja, no correr dos anos será danosa para a existência do humos.

O problema principal é a drenagem do solo, porque o nível d'água durante os meses secos não desce além de oitenta centímetros e nos meses húmidos fica a dois palmos aproximadamente da superfície.

Grandes canais de quilômetros de extensão e de vinte a trinta metros de largura carreiam a água para o lago Okechobee e para o oceano. Canaliculos drenam a água para êstes canais coletores maiores.

ADUBAÇÃO

A cana de açúcar é a principal cultura, todavia, o milho doce e o feijão para produção de vagens, string-bean, são cultivados no inverno. O inverno, impedindo o cultivo ao Norte favorece com a alta do preço, o plantio no solo do Averglades.

A cana de açúcar ocupa uma área de aproximadamente 40.000 acres, produzindo altos recordes por unidade de área. A média geral é de 40 toneladas por acre, porém, a cana de planta produz 60 toneladas e a soca do primeiro corte, de 45 a 50 toneladas. O número médio de cortes é de quatro, mas, há solos que produzem até 8 cortes.

Não há necessidade de adubar o solo em cana de planta por ser bastante fértil, porém, quando em soca já se começa a adubar.

A United States Sugar Corporation aplica em Peat-Muck-Soil durante a primavera, em soca, 250 libras de potassa. Quando o solo vem sendo cultivado há muitos anos, adicionam o Tri-Super-fosfato, na proporção de 100 libras por acre.

Quando o solo é Okeelanta peaty (turfa) muck, aplicam, usualmente em covas, em frente do sulco de cana, 375 libras por acre dêstes ingredientes:

Potássio solúvel em água (Muriato de potássio) como K_2O	39,00%
Sulfato de Manganês como MnO ..	7,50%
Sulfato de Cobre como CuO	1,50%
Sulfato de Zinco como ZnO	0,45%

Quando se planta cana sobre solo ligeiramente queimado de peat (turfa) soil, aplicam 575 libras por acre, sendo as 200 libras de acréscimo, de enxôfre adicionado. Quando o solo está pesadamente queimado, adicionam até 500 libras de enxôfre por acre.

Sobre solos recentemente conquistados, cobertos por uma gramínea (raw saw grass pest), colocam óxido de cobre para o plantio satisfatório da cana de açúcar.

A Okeelanta Sugar Company faz similar aplicação para seus canaviais em Okeechobee peaty muck soil.

Os solos da Flórida são deficientes ou falhos em elementos menores. Os pomares de laranjeiras de Lake Alfred, Ocala, Orlando, etc., necessitam as laranjeiras, até o momento descoberto, de 12 elementos para que as plantas produzam economicamente.

Também para a Saccharum, há a mesma ausência de elementos menores, fazendo-se correção até o momento, de três elementos: cobre, zinco, e enxôfre, que é necessário em maior quantidade.

CULTIVO E COLHEITA

A cana de açúcar é plantada em leiras, como em nosso país, distanciadas entre si, de 1m,50 a 1m,60 (5 pés).

Apesar do solo ser bastante húmido, os canais de drenagem fazem baixar o nível de água no solo; tornando desnecessário o sistema de plantio adotado na Louisiana, sobre os camalhões. Plantam em leiras rasas de 10 a 20 centímetros de profundidade.

Plantam toras de cana com 3 a 5 olhos, colocando dois pedaços lado a lado e as pontas se tocam. Não há necessidade de replantar, porque a germinação é geralmente muito boa. Somente há replantio em socas, porque com o alagamento do canal com as demasiadas chuvas, há vagaroso escoamento das águas e morte de touceiras.

O plantio é feito em qualquer mês, em maior intensidade de julho a outubro e especialmente de agosto a outubro. Em julho, o plantio não é maior porque as canas obtêm grande desenvolvimento.

A adubação é efetuada no momento do plantio. As canas crescem durante doze (12) meses, processando-se a colheita ao completar-se este período.

A colheita prolonga-se por 5 a 6 meses, de novembro a abril e se faz com cortadeiras mecânicas. Sendo o número de proprietários pequeno e o braço insuficiente, a mecanização é bastante alta. Máquinas agrícolas preparam a terra, carregam os vagões dos tratores e os caminhões, transferem a cana para os vagões de trem e estes levam para a usina. Refiro-me neste caso, para a

grande usina situada em Clewiston, a United States Sugar Corporation, que produz 1.100.000 toneladas de cana.

NÚMERO DE USINAS

Há apenas três usinas na Flórida: a United States Sugar Corporation, em Clewiston, à margem do lago Okechobee, que é a maior no continente Norte-Americano e que é proprietária de uma área imensa em torno do Point. Ela era a proprietária da povoação, mas, atualmente, tem vendido casas e terrenos aos seus empregados e dependentes.

A usina é proprietária das terras e dos canaviais. Planta em um total de 30.000 acres, sendo uma parcela de 12.000 acres em torno de Canal-Point, outra parcela igual em outra secção e 6.000 acres próximo à sede da usina, em Clewiston.

A Fellsmere Sugar Company, em Indian River County, Fellsmere, Flórida, cultiva 6.500 acres e produz 150.000 toneladas de açúcar.

A Okellane Sugar Refining, em South Bay, é outra pequena usina. Todas são proprietárias das terras e das plantações.

É o sistema da grande propriedade e alta mecanização.

Como se trata de solos conquistados ao lago e a população é escassa, porque em torno só há ou as águas do lago Okechobee ou os pantanais ou terrenos destinados a cultivos de vegetais, não se percebe insatisfação por parte do povo. Desde que a população é escassa, os salários são altos e todos parecem viver tão bem quanto nas áreas mais ricas do país.

Vi um empregado braçal da Estação, prêto, depois de terminar o serviço, seguir de automóvel próprio para sua casa.

A firma proprietária da grande usina em Clewiston, é também proprietária de refinarias de açúcar e refina a sua própria produção.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL

Em Canal Point, a cana de açúcar floresce anualmente, sendo um dos poucos pontos dos Estados Unidos onde isto acontece. Situada bem ao sul, próximo à extremidade da Península da Flórida os dias e as noites

se aproximam no número de horas e por isso há o florescimento da gramínea.

Por esta peculiaridade foi criada pelo U.S.D.A. uma dependência para efetuar trabalhos de hibridação com as *Saccharum*.

Durante o ano, dois técnicos cuidam do plantio e tratos culturais, porém de novembro a março, os especialistas em hibridação, um do U.S.D.A., com sede em Beltsville, Plant Industry Station, e outro em Louisiana State University, vão fazer os trabalhos de hibridação com o fito de conseguirem variedades adaptadas às condições de Louisiana. Somente este ano é que iam começar a produzir variedades que se adaptassem às peculiares condições da Flórida.

As sementes de Canal Point, são germinadas, crescidas e estudado o comportamento na Louisiana, para seu ambiente.

A Estação tem uma grande variedade de canas nobres, todas as espécies *Saccharum* e variedades destes provindas de diferentes países, híbridos com as *Saccharum officinarum* e entre si e espécies de gramíneas que têm sido hibridados com a cana nobre ou tentado hibridar, obtendo-se resultados discutíveis.

TRABALHOS DE HIBRIDAÇÃO

Os trabalhos de hibridação se fazem entre as variedades nobres e híbridos e entre os híbridos entre si.

Nos últimos anos não se tem feito back-crossing ou trabalhos diretos de hibridação entre a *Saccharum officinarum* e outras *Saccharum*.

Julga-se que o cruzamento entre os híbridos é mais promissor.

O trabalho de hibridação consiste em se selecionar as variedades que servirão para planta-pai e para planta-mãe. São escolhidas para planta-mãe, aquelas variedades que não apresentam pólen, observando-se com lente de mão.

Tem-se observado que algumas variedades são sempre mães. As plantas pais, têm, tanto os órgãos masculinos quanto os femininos, normais. É escolhida para ser pai, porque tem pólen. Porém, há variedades que alguns anos se comportam como planta-pai, com androceu e gineceu perfeitos e outros anos, apenas tem o gineceu perfeito. O androceu, tem anteras, mas não tem pólen.

O plantio de canas para hibridação faz-se usando-se a distância de 3 metros entre as linhas e as toras.

Mr. Dunkelman, o geneticista de cana da Louisiana State University e um dos dois especialistas americanos da hibridação da gramínea, considera como melhor mãe, em Canal Point, a F-36819 e como melhor pai a CP-40-126.

A CP52-1, é uma das novas variedades que parece ser a melhor para Flórida, das existentes para polinização: grossa, rica em açúcar, mole e grande desenvolvimento.

Escolhidos ambos os pais, a escolha baseando-se nos resultados de campo e conteúdo de açúcar, faz-se o seguinte:

A touceira da planta-mãe é deixada limpa ao redor, eliminando-se as canas que a tocam para facilitar o trabalho.

Nela, eliminam-se os colmos sem flecha e aqueles que têm flechas velhas. Somente as flechas recém-abertas e aquelas que dentro de poucos dias estarão abertas são conservadas. Retiram-se as folhas secas e verdes de todos os colmos, deixando-se, tanto na masculina como na feminina, 2 a 3 folhas do ápice.

Com longos troncos de madeira de dez centímetros de diâmetro, aproximadamente 4 a 5 metros de altura (a mesma altura da extremidade das flechas), faz-se um girão, enterrando-se dois a três, um de cada lado da touceira e o outro ao centro e se cruza na parte superior com duas ou três varas finas, amarrando-se estas às três enfiçadas. A distância delas entre si, as três superpostas, é de 30 a 35 centímetros. Pode-se usar bambú em lugar de madeira.

Após, amarra-se cada colmo contendo a flecha às três varas superpostas.

A finalidade do girão é evitar que o vento afaste as flechas e amarrando-as, ajuda a manter unidas as flechas masculinas e femininas.

Preparadas as flechas femininas, trazem-se as masculinas.

Em cada touceira feminina, o número de flechas depende do número de flechas úteis na touceira. Algumas vezes chega até a mais de oito.

Para as plantas masculinas há modos diferentes.

1º — Em Formosa, cortam os colmos com as flechas a uma altura de um metro

do solo. Então levam-se êstes para as touceiras femininas e se colocam dois, amarrando-os às travessas, um de cada lado da panicula feminina. Amarram-se colmos e paniculas. Cada dois dias se substituem os colmos murchos, fazendo-se isto durante trinta dias. Se porventura o vento quebrar antes do prazo, substitui-se logo.

2º — Êste é o método mais seguido em Canal Point. Cortam-se os colmos com paniculas masculinas à mesma altura. Amarram-se junto à cada panicula feminina, na proporção de um a dois para uma feminina. Mergulha-se então a extremidade inferior em uma solução especial. Já mergulhado nesta solução em um vaso, apara-se a extremidade pouco acima do corte anterior. O corte é dado à parte mergulhada na solução, para evitar a penetração de ar nos vasos e o apodrecimento precoce, com a penetração de patogenos. Cada vez que se substitui a solução dá-se novo corte, expondo-se nova superfície de absorção da solução.

A solução é substituída de dois em dois dias, durante 30 dias, ou um total de 15 vezes.

O vaso é amarrado à ponta do colmo, mantendo-se a ponta mergulhada na solução. É um vaso de vidro de boca larga tendo um litro de capacidade. É envolvido em papel negro, kraft, para evitar o aquecimento da solução, nas horas quentes do dia.

A solução é composta de água destilada contendo 150 p.p.m. de SO_2 e 85 p.p.m. de H_3PO_4 . As duas soluções estoques, de SO_2 e de H_3PO_4 , são guardadas em geladeira e preparadas diariamente à mistura de SO_2 e H_3PO_4 .

A melhor temperatura para a polinização está entre 63º e 65ºF.

Porque o girão serve de quebra-vento, muitas flechas se quebram, havendo necessidade de se substituir quando são masculinas. Em Cuba, usam uma proteção de pano de saco, em cubo, para impedir a quebra das paniculas. Não é conveniente porque com os ventos fortes, pode-se dar a quebra dos colmos, porque formam maior resistência.

3º — Êste terceiro método, mais moderno, ainda em fase experimental, consiste em se fazer alporquia naqueles colmos que demonstram, 15 a 21 dias antes, que vão ter flechas. Então, envolvendo-se em tecido extremidade inferior, enche-se com musgo

Sphagnum e se amarra a extremidade superior em torno de um nó. A própria transpiração da planta dá humidade ao Sphagnum. Faz-se em torno a um nó. Êste emite raízes adventícias.

Ao abrir a panicula, 15 a 21 dias após, corta-se abaixo da alporquia e se põe ao lado da panicula feminina. Torna dispensável o uso da solução nutritiva, porque a planta continua a viver.

Há uma pequena variação, pondo-se as raízes adventícias do colmo dentro de um vaso com o solo da região e se colocando da mesma maneira ladeando a panicula feminina.

4º — Êste consiste em se plantar toras em vasos, uma em cada vaso, de variedades que se sabe que serão masculinas e femininas. Vai se eliminando o número de colmos, conservando-se cinco. Quando floresce, colocam-se junto as paniculas, na proporção de 1 feminina para 2 masculinas. A polinização é feita em Greenhouse em condições controladas.

Faz-se também onde as paniculas femininas são de colmos de alporquia, as raízes dêste estando em vasos, trazendo-se êste para entrar em contato com paniculas masculinas em colmos, em touceiras plantadas diretamente no solo.

Em qualquer dos métodos, o segredo é apenas dispor paniculas femininas e masculinas juntas, durante 30 dias. Após colhem-se as femininas, põem-nas em um saco de papel grande que as contenha e guarda-se durante 3 dias, em um quarto naturalmente quente, para as sementes secarem.

Depois disto, plantam-se em caixas de madeira, contendo solo e areia; na Estação Experimental da Universidade de Pôrto Rico, em Río Piedras, fazem uma mistura de 1/3 de borra de filtro de usina e 2/3 de terra, com ótimos resultados:

Pragas: A *piatharea saccharallis* causa poucos danos.

Doenças: Sòmente o Ratoon Stunting Disease, é considerado importante. De todas as 400 variedades apenas duas não comerciais foram consideradas imunes. Todas as demais variedades são tidas como contaminadas em maior ou menor grau. Em variedades não comerciais, há o Mosáico e o Bacterina rubri-neam.

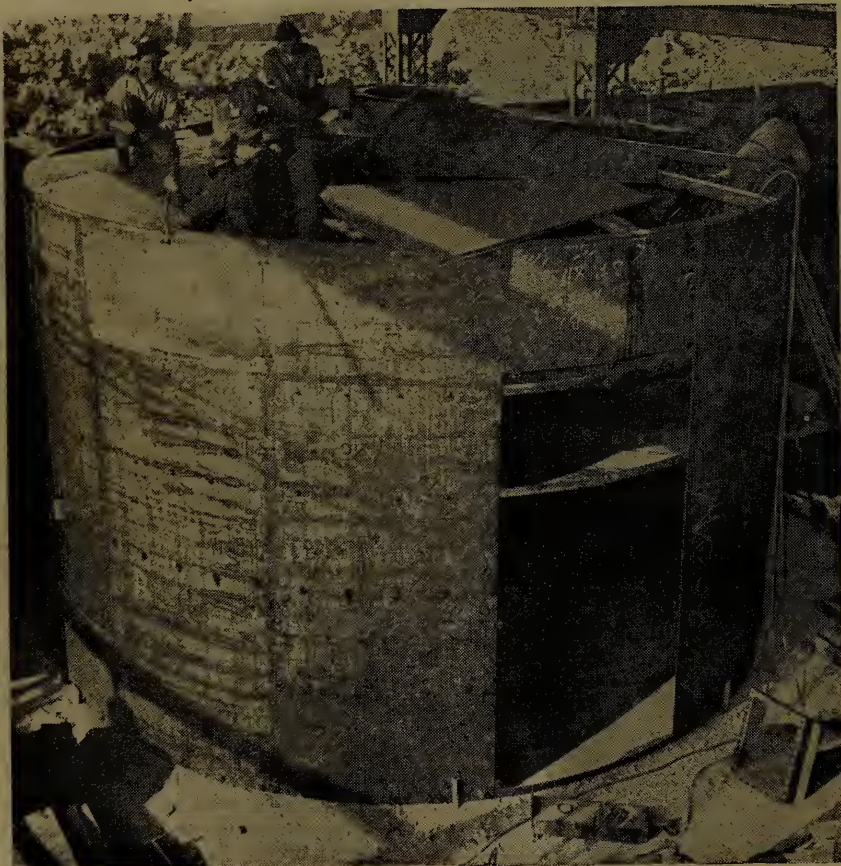
(Conclui no próximo número.)

DORR-OLIVER Incorporated

Engineers

BARRY PLACE, STAMFORD, CONN.

Agora fabricados no Brasil:



- ★ Classificados Dorr
- ★ Filtros Oliver-Campbell

Representantes exclusivos para o Brasil:

SOC. **SERVA RIBEIRO** S. A.
TÉCNICA E COMERCIAL
ENGENHEIROS E COMERCIANTES

Matriz: SÃO PAULO
Rua Florência de Abreu, 779
Tel. 33-7101 (rede interna de 8 troncos)
Caixa Postal 3773

Filial: RIO DE JANEIRO
Rua Teófilo Ottoni, 123-A
Tels. 43-3407 e 43-7268
Caixa Postal 3167

BREJO GRANDE E CURRALINHO

Miguel Costa Filho

I

Diogo de Vasconcelos, em sua conhecida «Historia antiga das Minas Geraes», depois de tratar da guerra de sete anos (1) movida por Matias Cardoso de Almeida contra os indígenas do Nordeste e de afirmar que, cessada esta, aquêlê mestre de campo arrecadou a multidão de vencidos que lhe coube, passando, em seguida, a fundar fazendas no sertão, não mais voltando à pátria (São Paulo), acrescenta: «Acabada a guerra, em Abril de 1694, Figueira, com os seus 700 escravos feitos na partilha, estabeleceu-se no Brejo Grande, onde arranhou o primeiro engenho de cana que se viu n'aquellas paragens.» (2)

Esse Figueira, a que o alude o historiador mineiro, é o Capitão Antônio Gonçalves Figueira, também de São Paulo e que acompanhou aquele notável potentado paulista na referida expedição.

Mais tarde, Nelson de Sena, na Cronologia-calendário que publicou no quarto número do «Anuario de Minas Geraes», mencionou o «estabelecimento naquele ano de

(1) Apesar de dizerem os autores que essa guerra durou sete anos, verifica-se pelas próprias datas que mencionam que deve ter durado no máximo cinco.

(2) "Historia antiga das Minas Geraes". Diogo de Vasconcelos, Ouro Preto, Beltrão & C. — Livreros editores, 1901, p. 85.

É rara essa edição, a primeira, da obra do historiador mineiro.

Está também esgotada a sua 2ª edição, de 1904, feita na Imprensa Oficial do Estado de Minas.

Mas é fácil a obtenção da 3ª e última, que devemos ao Instituto Nacional do Livro.

Em nenhuma dessas duas últimas se alterou aquêlê trecho do livro de Diogo de Vasconcelos.

Aproveitamos a oportunidade para observar que a edição do I.N.L. se ressentia de falhas que bem podiam ter sido corrigidas. Por exemplo, além de novos erros tipográficos em que incidiu, não corrigiu, ao menos, alguns dos anteriores, em relação a nomes e datas.

Diz-se ter sido seguida a segunda edição. Tendo sido essa tirada em vida do autor, justa foi a preferência. Parece, no entanto, que nem sempre se seguiu à risca. Sem aprofundar o exame desse ponto, basta citar um caso: o último período da página 107 do 1º volume da 3ª edição não consta da 2ª mas lá está na primeira.

1694 das fazendas pastoris do Brejo Grande (Norte de Minas) pelo capitão Antonio Gonçalves Figueira, no fim da Guerra dos sete annos dos Paulistas contra os indios do valle do S. Francisco». (3)

Essa informação foi repetida no volume seguinte do Anuário referido (1913), acrescentando o autor que Brejo Grande era situado no município de Montes Claros (p. 17).

Como se vê, o último escritor foi um pouco mais adiante do velho Diogo de Vasconcelos.

Enquanto este se limitou a falar naquellas paragens do sertão por onde andaram os Matias Cardoso, os Figueira e outros usados sertanistas, guerreiros e preadores de índios, sem uma localização ou identificação precisa do chamado Brejo Grande, Nelson de Sena situou-o no município de Montes Claros.

Urbino Viana, o saudoso escritor bahiano que durante muito tempo residiu em Minas Gerais, na sua monografia sobre aquele rincão da terra mineira, aborda o assunto de que tratamos no presente artigo.

«Figueira (diz, referindo-se àquele companheiro e comandado de Matias Cardoso de Almeida), terminado o movimento pacificador dos infelizes selvagens, (abril de 1694), e verificado o lucro na partilha, que foi de setecentos escravos, se foi estabelecer em Brejo Grande, onde plantou canna da assucar e assentou o primeiro engenho que se viu nessas paragens» (4)

Como se vê, o autor de «Montes Claros» repete a afirmação de Diogo de Vasconcelos na «Historia antiga das Minas Geraes». O final de sua frase mantém as próprias palavras do velho historiador mineiro.

(3) "Anuario de Minas Geraes", Publicação fundada e dirigida pelo Dr. Nelson de Senna, Anno IV — 1911, Bello Horizonte, Minas Geraes — E. U. do Brasil, 13.

(4) "Montes Claros", Breves apontamentos historicos, geographicos e descriptivos, Bello Horizonte, 1916, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, p. 37-38.

Parece, no entanto, como mostraremos adiante, que Urbino Viana não tinha informações muito seguras sobre esse ponto.

Em nota de pé de página naquele trecho de seu livro citado, esclarece que «existe, entre o rio das Velhas e Jequitahy, uma fazenda com esse nome (refere-se a Brejo Grande) e que nos últimos tempos pertenceu ao adiantado agricultor e mais opulento criador destas cercanias, Coronel Cypriano de Medeiros Lima, falecido a 21 de dezembro de 1891 como Barão de Jequitahy.

Mas, a fazenda aqui referida é o Brejo Grande, hoje Ituassú, Estado da Bahia, no caminho que passava por Tranqueira, roteiro de Antonil.»

Quer isso dizer que Urbino Viana sabia ou, ao menos, supunha que aquele Brejo Grande em que fundou um engenho Antônio Gonçalves Figueira, que, no posto de alferes seguiu com o tenente-general Matias Cardoso de Almeida, famoso cabo de guerra paulista, a combater os índios levantados do Rio Grande do Norte e do Ceará, fazia parte da Capitania da Bahia, não estava localizado em terras que hajam pertencido ou pertençam atualmente ao Estado de Minas Gerais.

A sua afirmativa é peremptória, não deixa margem a dúvidas: o engenho de açúcar erigido por aquele sertanista e guerrilheiro estava situado em território ainda hoje bahiano.

Seguindo a ordem cronológica, o que talvez nos permita verificar a influência que os primeiros escritores por nós citados exerceram sobre os que se lhes seguiram no tempo, podemos mencionar agora Lúcio José dos Santos, que na bibliografia histórica de Minas Gerais figura destacadamente, mercê de sua obra relativa à Inconfidência Mineira.

Dêle conhecemos a afirmação seguinte: «Cultivou-se então, pela primeira vez em Minas, a canna de assucar, sendo construído o primeiro engenho em Brejo Grande, pelo Capitão Gonçalves Ferreira.» (5)

Urbino Viana voltou ao assunto mais tarde, desdizendo o que dissera naquela sua obra e complicando sobremaneira o proble-

(5) "Historia de Minas Geraes", Resumo didactico, Editora-Proprietaria Comp. Melhoramentos de S. Paulo, p. 33. (O seu Prefácio é de 1926).

ma, sem ao menos romper uma clareira que permitisse melhor divisá-lo.

Eis a sua última palavra acerca da matéria: «Gonçalves Figueira foi companheiro de Matias Cardoso nas guerras ao gentio do norte, e, na sua volta estabeleceu fazenda de canna no rio Japoré, margem esquerda do S. Francisco, chamando-a Brejo Grande do Figueira, que depois foi transferida ao senhor de Tabúa, Manuel Nunes. Ahi encontrou-se uma moenda com a data de 1694.» (6)

Portanto, conforme a nova versão dada pelo autor de «Montes Claros», aliás, sem qualquer alusão à anterior, após ter participado da luta contra os indígenas no Rio Grande do Norte e no Ceará, aquele cabo paulista foi primeiro estabelecer-se com uma fazenda de cana nas margens do Rio Japoré, conseqüentemente no lado esquerdo do rio São Francisco.

Em que data não o diz. Mas parece insinuar que isso ocorreu em 1694, porque acrescenta que nesse lugar se encontrou uma moenda em que se lia (?) o referido milésimo.

Mais tarde (o autor de «Bandeiras e sertanistas bahianos» também não esclarece exatamente quando), Antônio Gonçalves Figueira foi criar as fazendas denominadas Jaiba, Olhos de Água, Boa Vista e Montes Claros.

Finalmente, o grande palmilhador de nossos sertões, a fim de vender os seus gados fez um caminho para o rio Jequitahy, prolongando-o até o rio das Velhas, e, pelo Pium-i, ligou a estrada bahiana São Francisco-Rio Verde a São Paulo.

Em abono de suas novas afirmações e até de suas contradições, Urbino Viana não cita qualquer documento, muito embora, em ambos os seus livros, se socorra freqüentemente de abundante documentação.

Temos, em resumo, o seguinte: Diogo de Vasconcelos afirma que Antônio Gonçalves Figueira construiu em Brejo Grande o

(6) "Bandeiras e sertanistas bahianos", Urbino Viana, Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Serie V, Brasileira, Vol. XLVIII, 1935, Companhia Editora Nacional, São Paulo, p. 157.

Adiante, o autor diz que "Brejo Grande", na margem esquerda de São Francisco, passou a Manoel Nunes Viana". (Ib., 203).

primeiro engenho de açúcar que houve nessas paragens, sem se preocupar e quiçá sem atentar na localização desse topônimo.

Nelson de Sena atribui àquele membro da ilustre família dos Figueira a criação de fazendas de criação em Brejo Grande, localidade ou região que, resulta de sua cronologia e informações, era situada em território hoje pertencente ao Estado de Minas (Montes Claros).

De Urbino Viana, temos duas versões, que se contradizem, a respeito do engenho de açúcar ou fazenda de cana instituída pelo auxiliar do tenente-general Matias Cardoso de Almeida em uma daquela «guerras justas» em que os civilizados exterminavam os bárbaros, quando estes não conseguiam fugir ou não eram aprisionados para trabalharem à força para os portugueses ou mamelucos...

Na primeira, dada em obra divulgada em 1916, o escritor bahiano assevera que Brejo Grande, onde Figueira construiu o primeiro engenho que viram aquelas paragens, estava localizado na terra de Rui Barbosa, precisamente num ponto mencionado em roteiro dado por Antonil.

A outra, que destrói completamente a primeira, sem lhe dar a confiança de uma alusão expressa, descobre a data de 1691 numa moenda que estava em fazenda de cana que Antônio Gonçalves Figueira estabeleceu perto de um afluente da margem esquerda do rio São Francisco, em terra hoje integrada no Estado de Minas.

Lúcio dos Santos também localiza em Minas o aludido Brejo Grande, que teria a glória de haver possuído o primeiro engenho de açúcar fundado naquela unidade da federação brasileira.

Em si a questão da primazia, no caso, não teria importância maior. Mas não há dúvida de que a questão, tratada visivelmente com pouca atenção por aqueles autores, envolve outras, como as de quando foram atingidos, povoados e explorados os altos sertões convizinhos de Minas e Bahia, os vales dos rios Verde, Pardo, Japoré e outros, em suma as datas em que se deu a integração daquelas vastidões territoriais, cujo eixo podemos situar no rio de S. Francisco, na comunidade luso-brasileira, em fins do século XVII ou princípios do seguinte.

A fonte onde o velho Diogo de Vascelos bebeu a informação que transmite aos seus leitores sobre a fundação de um engenho de açúcar em Brejo Grande, por Antônio Gonçalves Figueira, depois de regressar da campanha travada no Nordeste contra os tapuias, é, consoante pensamos, a «Nobiliarchia Paulistana», de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Diz o seguinte o linhagista sobre aquele bandeirante do século XVII: «...em toda esta campanha desde o anno de 1689 até 25 de abril de 1694... nela se portara sempre Antonio Gonçalves Figueira com honra, satisfação e valor. Ele foi o primeiro que levantou engenho no rio de São Francisco do sertão da Bahia, no sítio chamado Brejo Grande.» (7)

Em seguida, diz Pedro Taques que seu compatriota havia vencido duas nações de índios no sertão do rio Pardo, sertão que descobrira como também no do rio Verde, aquele esclareceu o escritor paulista, no distrito das Minas Novas do Fanado e este no do Serro Frio. Nas margens deste, levantou três fazendas: a de Jaíba, a de Olho d'Água e a chamada Montes Claros.

Continuando as suas atividades construtoras (Antônio Gonçalves Figueira não voltou a combater os índios após aquelas refregas), abriu caminhos ligando a ribeira do rio Verde ao rio de São Francisco.

Finalmente, no que tange a esses novos aspectos, simpáticos e pacíficos da vida do bandeirante, afirma o genealogista ter este estabelecido comunicação e comércio entre «o sertão da Ribeira» (refere-se à ribeira, às margens, aos vales do rio Verde) e as minas do rio das Velhas, uma vez «descobertas as Minas Gerais».

Antônio Gonçalves Figueira acabou voltando para São Paulo segundo se depreende do registro de sua patente de capitão dos moradores do rio da Bertioiga, passada em 5 de maio de 1729. (8)

Segundo esse documento, aquela guerra durou «cinco annos effectivos», que terminaram em 25 de abril de 1694, tendo-se retirado para sua casa o supremo comandante

(7) "Nobiliarchia Paulistana historica e genealogica", Terceira edição..., Tomo III, Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins Editora S. A., São Paulo, 115.

(8) "Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo", vol. XXVII, p. 11-12.

dos expedicionários Matias Cardoso por falta de mantimentos, pólvora e balas. Essa informação, de certo prestada pelo próprio Antônio Gonçalves Figueira, diminui um pouco o brilho da vitória final atribuída ao grande cabo de guerra paulista.

Cessada a luta contra os aborígenes, não é de crer que o regresso de Figueira se tenha dado imediatamente e que ele haja voltado aceleradamente para as terras em que esteve instalado tantos anos, antes de retornar definitivamente, como parece que retornou, ao torrão natal.

Baldo de alimentos e de munições como estaria, tal como o chefe das tropas, precisaria refazer-se, preparar-se, aprestar-se e aprestar os seus comandados e aos índios que apresara, para a viagem de volta. Levava algum tempo nessas atividades, de forma que se pode admitir que só no segundo semestre daquele ano é que teria chegado ao tal sítio denominado Brejo Grande, onde depois veio a montar um engenho de cana.

Não nos diz Pedro Taques quando aconteceu isso mas é claro que esses trabalhos demandariam alguns meses.

Já estaria pronto o engenho em 1694?

Em que ano teria principiado a funcionar?

Onde estava situado Brejo Grande? No rio de São Francisco do sertão da Bahia, esclarece o autor da «Informação sobre as minas de São Paulo».

Esse esclarecimento desde logo exclui a hipótese do estabelecimento desse engenho ou fazenda de cana nas margens do rio Japoré, afluente da margem esquerda daquele grande rio.

A Bahia, até 1827, só possuíra as terras marginais do lado direito do rio São Francisco.

Provou-o exuberantemente o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, no seu livro «Pernambuco e o São Francisco».

Não podia desconhecer-lo Pedro Taques que tantas vezes fala nos currais da Bahia, onde apresenta como devassadores, pioneiros e proprietários os Cardoso de Almeida, Gonçalves Figueira e outros membros das distintas progênes, cujas árvores genealógicas levanta.

Por outro lado, menciona também os nomes dos sertanistas vindos ou providos de São Paulo e de famílias paulistas que se

afazendaram nos vales e margens dos rios Carinhonha, Paracatu e outros da banda ocidental do grande rio que o nosso poeta Castro Alves chamou o Nilo brasileiro. (9)

É certo que, ao menos uma vez, Taques se manifesta de forma a poder estabelecer alguma confusão: é quando, aludindo ao «sertão dos Currais da Bahia», observa ser este «chamado do rio de São Francisco». (10)

Mas nada em sua obra autoriza a supor que ele fundia a parte das terras do S. Francisco (margem esquerda), pertencente a Pernambuco, com a bahiana, isto é, com a do oriente desse rio.

Quando fala em Currais da Bahia não há duvidar: refere-se àquela vasta região pontilhada de estabelecimentos pastor, limitada de um lado pelas águas do «rio da unidade brasileira» e do outro pela cordilheira que sai de São Paulo com o nome de Serra da Mantiqueira, mantido em Minas até certo ponto, onde ganha o do Espinhaço, para terminar na Bahia com o de Chapada Diamantina. Compreendia terras que hoje fazem parte dos Estados da Bahia e Minas Gerais.

O «Mapa da maior parte da costa do sertão do Brasil», do padre Jacob Cocleo, jesuíta francês, feito, ao que parece, nos primórdios do século XVIII (11), talvez nos traga uma ajuda na exclusão da segunda hipótese de Urbino Viana, que não veio acompanhada de qualquer prova documental ou de outra natureza.

Do lado esquerdo do rio São Francisco, justamente nas alturas do rio Japoré, além de algumas fazendas (de Maciel, Magalh. Francisco e outras sem nomes de proprietário) mostra uma aldeia (de índios?) e um Brejo. Este, afora essa denominação, traz a convenção topográfica dos pantanais, dos charcos, dos brejos. Não seria esse o Brejo Grande de Figueira...

Do lado direito, à margem esquerda do rio Verde Grande, conseqüentemente em território hoje e sempre pertencente ao Estado de Minas, lê-se o nome de Figueira.

(9) Nilo do Brasil chamara-o Luiz dos Santos Vilhena, in "Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas", Livro II, Anno de 1802, Bahia, Imprensa Official do Estado, 1920, p. 789.

(10) Ob. cit., I, 145.

(11) Uma carta de D. Rodrigo da Costa, datada de 29 de julho de 1704 mostra que já estava pronta no máximo em 3 de julho de 1702, Documentos Históricos, XXXIV, 257.

ENERGIA ELÉTRICA DE PAULO AFONSO E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA E ALCOOLEIRA

Manoel Mendes de Hollanda Filho

Tecnologista Químico, chefe da Inspetoria Técnica Regional do I.A.A. para Sergipe e Bahia

O advento de Paulo Afonso ou melhor, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, trouxe a todos nós, desta região, uma grande esperança, pois, é bem fundado o presentimento de uma era auspiciosa, face ao progresso industrial que certamente virá.

Não há dúvida, de que a abundância de energia elétrica força a ampliação e criação de várias indústrias, e, no nosso caso, com indiscutível probabilidade, pois existe também, por estas plagas, matéria prima variada e abundante.

O nosso propósito, entretanto, não é tecer louvores à tão importante empreendimento, muito menos, apontar quais as indústrias que devem ser criadas nesta região ou transferidas para a mesma, servida pela Hidrelétrica; é tarefa para técnicos de outras especialidades.

Aqui estamos para espôr o nosso ponto de vista alicerçado na experiência, à luz de conhecimentos científicos, no que tange a nossa especialidade, coerente com o título do presente trabalho, tão modesto quanto despretencioso!

Temos sentido grande tendência dos usineiros para eletrificar as suas fábricas, usando energia elétrica de fornecimento de fonte externa, no caso, da Cia. Hidrelétrica de São Francisco.

Se tal coisa ocorrer, será uma medida errada e antieconômica.

Em qualquer usina, cujas caldeiras trabalhem com eficiência aceitável e suas máquinas não desperdicem vapor; que a fabricação seja bem conduzida, utilizando todo o vapor de escape; considerando-se ainda, o teor de fibra na cana, hoje vulgar (13%), o consumo de combustível complementar (lenha) será nulo.

Ocorre que nas novas instalações ou nas que sofreram reequipamento bem planejado, trabalhando, com vapor superior a 8 K/cm² e mesmo 16 a 20 K/cm², empregan-

do sangria dos evaporadores para aquecimento de caldo e para a fabricação, em vácuos de calandra, projetados para êsse fim, haverá sempre sobra de bagaço, capaz de atender na maior parte ou mesmo na totalidade às necessidades da destilaria, planejada para transformar o melaço residual da mesma usina, durante o período da moagem. O emprêgo de quádruplo e quádruplo efeito com sangrias, economiza muito vapor, podendo, a destilaria funcionar ligada à linha de vapor de escape que receba o distendido, para compensar; assim, a destilaria funciona, ainda, como equilibrador, pois, qualquer condução deficiente da fabricação (retirada de serviço de vácuos que permitam sobra de vapor servido) a destilaria receberá o vapor de escape excedente, reduzindo dessa maneira, a demanda de vapor distendido que fica nas caldeiras, redundando em sobra de combustível para os momentos críticos de demanda futura de vapor.

À guisa de esclarecimento, apontamos alguns resultados:

Um turbo-gerador para 600 Kwh que receba vapor a 16 ata, 280°C e forneça vapor de escape a 2,5 ata, considerando o rendimento médio para os redutores e alternador, 91% e o rendimento termodinâmico do turbo da ordem de 70%, teremos que para cada Kwh nos bornes do alternador deverá

$$\frac{860 \times 100}{91} = 945 \text{ calorias}$$

ser exigido do turbo — 91 —
lorias que acrescidas de 400 calorias para várias outras perdas, totalizarão = 1345 calorias para cada Kwh.

Sendo o calor total de 1 quilo de vapor a pressão e superaquecimento indicados, 714 calorias e, segundo calculamos, o consumo de vapor, para o caso, por Kwh é de 18 quilos, o vapor servido ainda retirará do turbo, cerca de 89% do calor recebido pelo mesmo, ou seja que cerca de 11% do calor fornecido, apenas, são absorvidos no trabalho

ou transformados em força, e nas perdas previstas. Como se vê, o vapor de escape fica em ótimas condições, com cêrca de 15°C acima da temperatura de saturação, superaquecimento êste, que permitirá a sua utilização nos aparelhos aquecedores, como saturado sêco, caso haja bom isolamento nos condutos.

Segundo determinações procedidas no Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Ser-gipe, um bagaço em boas condições de umidade, tem acusado 2.381 calorias-quilo. Considerando 60% a eficiência das caldeiras, obteríamos 1428,6 calorias em forma de vapor. Ora, se o vapor superaquecido tem 714 calorias e a água de alimentação 90, teremos

$$\frac{1428,6}{714 - 90} = \frac{1428,6}{624} = 2 \text{ K vapor por quilo de bagaço.}$$

Considerando 1345 calorias para cada Kwh, vemos que apenas cêrca de 94% do calor utilizado de 1 quilo de bagaço é totalmente empregado em força na produção de 1 Kwh.

Sendo considerado bom, o consumo geral de 20 Kwh para cada tonelada de cana, na usina, teremos: $20 \times 18 = 360$ quilos e, como para cada tonelada de cana poderemos ter 275 quilos de bagaço provenientes de cana de 13% de fibra, ou sejam $275 \times 2 = 550$ quilos de vapor.

Em usina bem aparelhada, o consumo de vapor na fabricação, centrifugas etc., pode ser estimado entre 450 e 500 quilos por tonelada de cana que no caso seriam assim discriminadas:

vapor servido	360 quilos
vapor distendido	140 »
Total	500 quilos

Convém ter em mente que em seção de caldeira que use economizador, preaquecimento de ar e bons fornos, aliados à boa condução da instalação, o rendimento das caldeiras poderá ir a 66/70% o que aumenta a sobra de combustível.

O melaço residual de uma tonelada de cana, em média, produz 0,14 Hl álcool anidro que se considerando 400 quilos de vapor/Hl álcool, teremos: um consumo de 56 quilos de vapor para produzir o álcool pro-

ACÓRDO ENTRE USINEIROS E FORNECEDORES DE CANA DA BAHIA

Na 72ª sessão da Comissão Executiva foi lido o seguinte telegrama que o Procurador Regional da Bahia, Sr. Monteiro Filho, transmitiu à Divisão Jurídica, a propósito do acôrdo entre usineiros e fornecedores de cana dêsse Estado:

"Tenho a satisfação de comunicar a V. S. que, em consequência da renúncia havida hoje, nesta Procuradoria, de usineiros e fornecedores baianos, previamente convocados para tratar de interesses das respectivas classes, principalmente sobre preço a ser pago pelas canas recebidas da safra finda e tabela safra atual, foi conseguido interessante acôrdo pagamento safra 53/54, acrescida cêrca dois cruzeiros cinquenta centavos por tonelada. A tabela da safra atual elaborada pelo Instituto foi aceita indistintamente pelas duas classes. Em face do referido acôrdo, cuja ata estamos redigindo para efeito de homologação, temos a grata satisfação de comunicar a essa chefia deixaremos Procuradoria da Bahia sem problemas relativos pagamento de cana até final da presente safra."

veniente do melaço residual de cada tonelada de cana. Nas condições previstas para êste trabalho, a destilaria traria apenas um deficit de 6 quilos de vapor ou 3 quilos de bagaço. Se, porém, dispõe a instalação dos aperfeiçoamentos apontados linhas acima, o quadro será o seguinte: $2381 \times 0,7 = 1666,7$ calorias utilizadas em vapor, por quilo de

$$\frac{1666,7}{714 - 90} = \frac{1666,7}{624} = 2,67 \text{ quilos de vapor/tonelada cana. Assim, cada tonelada de cana passará a produzir: } 275 \times 2,67 = 735 \text{ quilos de vapor, apresentando logo superavit de vapor ou bagaço.}$$

Atende-se ainda que o cálculo foi feito para um turbo de 600 Kwh e pressão de 16 ata e 280°C de temperatura, para contra-pressão de 2,5 ata ou 1,5 K/cm² de sobre pressão. Trabalhando-se com vapor de maior pressão, 20 K/cm² e 350°C de temperatura, contra pressão de 1 K/cm² efetivo e em unidades maiores, por exemplo 1.500/2.000 Kwh (Usinas totalmente eletrificadas ou mesmo usau-

do turbinas de grande potência, alta pressão e grande superaquecimento, nas moendas de grande porte) a economia de calor se acentua cada vez mais.

Do exposto, verifica-se quanto é indevido o emprêgo de energia elétrica de fonte exterior, nas usinas de açúcar. Não é demais lembrar que em idêntica situação se encontram as destilarias autônomas, principalmente trabalhando melaço ou apenas, desidratando, casos em que o vapor servido, de modo algum, atende ao consumo dos aparelhos destiladores! Ressalvamos, entretanto, quando nas destilarias não se emprega o vapor servido.

Esta modalidade, jamais deve existir, pois é erro de projeto, não devendo figurar.

Concluindo, queremos apontar o emprêgo racional de energia elétrica de fonte exterior, no caso, da Hidrelétrica de São Francisco, nas usinas: iluminação e fins domésticos; movimentação das oficinas, principalmente, «entre safras», irrigação; e, em futuro que permita o criador, não esteja demasiado longe, para eletrificação das vias férreas que seriam abastecidas com as sobras da usina, recebendo suplementação considerável de fonte exterior. Assim teríamos tomado providências corretas, no sentido de salvaguardar as nossas minguadas reservas florestais, representadas hoje, na maioria dos casos, por simples «capoeiras», ao tempo que não desperdiçaríamos a energia hidrelétrica, permitindo grande margem para instalação e ampliação de várias outras indústrias, capazes de trazer o desenvolvimento econômico

do chamado polígono das secas, trazendo o bem estar de todos, planificando tanto quanto possível, as condições sociais nesta região.

Restaurem-se e equilibrem-se as usinas açucareiras, cujas condições atuais de trabalho, fazem com que os seus responsáveis estejam a apelar para a energia elétrica de Paulo Afonso; um erro, não se deve tentar corrigir com outro!

Acerte cada indivíduo em sua atuação particular e conseqüentemente a coletividade irá bem!

PESQUISAS SOBRE HIBRIDAÇÃO

Assinala "The International Sugar Journal", nº 672, de dezembro passado, a propósito de pesquisas em Coimbatore Station: o objetivo do cruzamento de *S. spontaneum*, na Índia, foi triplice: obter sementes apropriadas para áreas subtropicais, tropicais e seiva das várias formas de *S. spontaneum* colhidas durante a observação das várias espécies ora cultivadas. Aos últimos cruzamentos se deu a designação de série "K" ("K" significando "Kans", o equivalente em Hindi de *S. spontaneum*).

Foram feitas 85 seleções, das quais 23 derivam do cruzamento de Co 534 X Co 285, combinando-se a alta capacidade de cultivo e dureza da Co 285 com o rico caldo e breve maturidade da Co 534. Distribuíram-se sementes para zonas tropicais e subtropicais. Dessas experiências cerca de 24 formas foram colhidas para hibridação à base de várias características, inclusive à resistência à podridão vermelha.

RECIFE • SERRA GRANDE (ALAGOAS) • MACEIÓ

USINA SERRA GRANDE S/A

AÇÚCAR
TODOS OS TIPOS



"USGA"
O COMBUSTÍVEL NACIONAL

PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TOTAIS DO BRASIL

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

PERÍODO	MÊS				
	Estoque inicial	Produção	Exportação	Consumo	Estoque final
JANEIRO					
1955	14.047.887	2.802.054	798.266	2.373.313	13.678.362
1954	10.347.153	2.334.631	184.569	2.757.537	9.739.678
1953	9.844.988	2.257.928	53.341	2.516.854	9.532.721
JUNHO/JANEIRO					
1954/55	3.662.762	30.739.170	1.453.341	19.386.723 (1)	13.678.362
1953/54	4.091.409	28.340.928	2.096.600	20.663.151 (2)	9.739.678
1952/53	2.623.032	25.704.014	771.531	18.087.479 (3)	9.532.721
JANEIRO					
1955	14.047.887	2.802.054	798.266	2.373.313	13.678.362
1954	10.347.153	2.334.631	184.569	2.757.537	9.739.678
1953	9.844.988	2.257.928	53.341	2.516.854	9.532.721

SAFRA

ANO CIVIL

(1) — Inclusive 116.494 sacos remanescentes da safra 1953/54, produzidos de junho a agosto de 1954
 (2) — " 67.092 " " 1952/53, " " " " 1953
 (3) — " 64.685 " " 1951/52, " " " " 1952

ESTOQUE DE AÇÚCAR

POSICÃO EM 31 DE JANEIRO
UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS
a) DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1955

Unidades Federadas	Grá-Fina	Refinado	Cristal	Demerara	Somenos	Bruto	Total	Resumo por localidade			
								Praça			Nas desti- larias do I.A.A.
								Capitais	Interior	Nas Usinas	
Rio Grande do Norte ..	—	537	66.748	—	—	522	67.807	4.820	31.126	31.861	—
Paraíba	—	791	148.887	—	—	828	150.506	26.510	34.105	89.891	—
Pernambuco	60.284	526.743	2.233.708	716.559	—	16	3.537.310	3.232.930	8.397	295.983	—
Alagoas	—	185	727.438	455.005	—	—	1.182.628	1.107.274	—	75.354	—
Sergipe	—	—	255.504	82	—	1.962	255.548	144.188	29.091	82.269	—
Bahia	—	—	332.733	—	—	—	332.733	148.322	124.576	59.835	—
Minas Gerais	—	986	488.164	1.145	—	90	490.385	133.358	73.475	283.552	—
Rio de Janeiro	—	1.274	2.048.880	20.359	—	—	2.070.513	46.826	9.431	2.014.256	—
Distrito Federal	—	41.660	217.565	1.490	—	114	260.829	260.829	—	—	—
São Paulo	—	114.248	5.036.185	5	—	1.292	5.151.730	438.945	223.387	4.489.398	—
Demais Unid. Federadas	—	—	182.221	776	—	—	182.997	—	—	182.997	—
BRASIL	60.284	686.424	11.736.033	1.195.421	—	4.824	13.682.986	5.544.002	533.588	7.605.396	—

b) RESUMO RETROSPECTIVO — 1952 - 1954

UNIDADES FEDERADAS	Tipos de Usina			Todos os Tipos		
	1952	1953	1954	1952	1953	1954
Rio Grande do Norte	7.592	20.338	67.285	9.334	21.761	67.807
Paraíba	50.557	85.786	149.678	57.087	88.876	150.506
Pernambuco	4.378.812	3.025.441	3.537.294	4.397.466	3.025.441	3.537.310
Alagoas	677.030	647.698	1.182.628	677.030	647.698	1.182.628
Sergipe	217.761	275.572	253.586	217.761	275.572	253.548
Bahia	302.923	198.764	332.733	302.923	198.764	332.733
Minas Gerais	330.946	292.340	490.295	330.946	292.340	490.385
Rio de Janeiro	624.410	1.416.198	2.070.513	624.410	1.416.198	2.070.513
Distrito Federal	211.522	201.069	260.715	211.704	202.402	260.829
São Paulo	2.159.790	2.267.732	5.150.438	2.160.843	2.269.036	5.151.730
Demais Unidades Federadas	60.996	94.926	182.997	60.996	94.926	182.997
BRASIL	9.022.339	8.525.864	13.678.162	9.050.500	8.533.014	13.682.986

PRODUÇÃO DE ALCÓOL

1952/53 — 1954/55

POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO DE 1955

Unidade: litro

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS				ANIDRO	
	1952/53	1953/54	1954/55	1952/53	1953/54	1954/55
NORTE	50.578.097	59.447.829	49.442.831	31.113.561	44.278.140	38.329.356
Guaporé	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—
Pará	3.196	7.828	9.944	—	—	—
Anapá	—	—	—	—	—	—
Maranhão	—	—	—	—	—	—
Piauí	—	—	—	—	—	—
Ceará	116.390	13.060	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—
Paraíba	1.533.320	1.452.686	1.533.740	—	764.186	814.990
Pernambuco	43.680.431	53.513.426	43.321.647	29.958.247	41.054.194	34.022.351
Alagoas	5.061.580	4.297.131	3.947.149	1.155.314	2.459.760	2.949.514
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—
Sergipe	183.180	163.698	87.850	—	—	—
Bahia	—	—	542.501	—	—	542.501
SUL	131.183.191	171.655.143	207.597.756	33.168.865	68.112.111	88.579.541
Minas Gerais	6.716.893	8.470.810	7.597.764	670.951	2.597.041	1.131.554
Espírito Santo	559.860	600.500	487.400	—	—	—
Rio de Janeiro	36.141.996	39.622.219	33.675.247	20.894.925	23.708.673	16.283.513
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—
São Paulo	81.962.562	118.587.979	160.132.513	11.277.989	40.704.697	70.431.624
Paraná	4.707.520	3.263.805	4.830.150	325.000	1.101.700	732.850
Santa Catarina	888.100	1.054.750	792.610	—	—	—
Rio Grande do Sul	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	93.360	55.080	82.072	—	—	—
Goiás	112.900	—	—	—	—	—
BRASIL	181.761.288	231.102.972	257.040.587	64.282.426	112.390.251	126.908.897

NOTA — Estes dados compreendem a produção total de Alcool; abrangem, por isso, nos Estados do Norte, em cada período de safra, remanescentes de safras anteriores e, bem assim, nos Estados do Sul, algumas parcelas de produção, apuradas depois de maio, último mês de safra.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TOTAIS DO BRASIL POR MÊS — SAFRAS DE 1952/53 — 1954/55

Unidade: litro

MÊSES	TODOS OS TIPOS			ANIDRO		
	1952/53	1953/54	1954/55	1952/53	1953/54	1954/55
Junho	12.709.275	18.382.271	14.438.172	6.694.648	9.575.173	7.524.402
Julho	22.796.684	34.052.177	29.802.413	7.057.767	14.847.971	12.467.879
Agosto	24.787.352	33.116.017	34.449.504	5.224.578	13.598.604	15.699.719
Setembro	26.613.241	34.519.092	36.274.197	5.169.874	15.151.569	14.888.672
Outubro	28.676.934	35.248.299	43.234.358	8.899.881	19.569.339	21.845.143
Novembro	27.604.590	32.537.709	42.972.015	11.192.700	16.774.920	20.374.303
1º SEMESTRE	143.188.076	188.055.565	201.210.659	44.239.448	89.517.576	90.800.198
MÉDIA	23.864.679	31.342.594	33.535.110	7.373.241	14.919.596	15.466.700
Dezembro	21.259.896	25.288.555	33.817.325	10.493.954	12.114.762	19.911.844
JUNHO A JANEIRO ...	17.313.316	17.758.852	22.012.603	9.549.034	10.757.913	14.196.855
Janeiro	181.761.288	231.102.972	257.040.587	64.282.426	112.390.251	126.908.897
Fevereiro	9.036.349	12.121.665	—	4.970.157	8.916.621	—
Março	12.104.086	13.144.482	—	7.716.912	9.441.538	—
Abril	8.805.544	12.722.724	—	7.310.819	10.269.315	—
Maió	19.273.728	13.727.503	—	6.097.444	10.619.942	—
2º SEMESTRE	77.792.919	94.763.781	—	46.138.310	62.120.091	—
MÉDIA	12.965.486	15.793.964	—	7.689.718	10.353.348	—
JUNHO A MAIO	220.980.995	282.819.346	—	90.377.758	151.637.667	—
MÉDIA	18.415.083	23.568.279	—	7.531.480	12.636.472	—

NOTA — Estes dados compreendem a produção total de álcool no período de junho a maio, abrangem, por isso, remanescentes das safras anteriores e, bem assim, algumas parcelas de produção apuradas depois de maio.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA — SAFRAS DE 1952/53 — 1954/55

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

UNIDADES FEDERADAS	TOTAIS POR UNIDADE FEDERADA (Posição em 31 de janeiro)			MESES	TOTAIS DO BRASIL POR MÊS		
	1952/53	1953/54	1954/55		1952/53	1953/54	1954/55
NORTE	9.711.451	9.146.223	10.465.219	Junho	1.229.884	1.917.043	1.354.836
Guaporé	—	—	—	Julho	2.753.800	3.275.345	2.909.229
Acre	—	—	—	Agosto	3.099.999	3.626.852	3.630.615
Amazonas	—	—	—	Setembro	3.973.054	3.994.786	4.997.315
Rio Branco	1.302	1.601	1.171	Outubro	5.134.329	5.237.114	5.606.846
Pará	—	—	—	Novembro	4.091.776	4.479.660	5.427.724
Amapá	3.519	4.581	4.061	1º SEMESTRE	20.352.842	22.530.800	23.926.565
Maranhão	—	—	—	MÉDIA	3.392.140	3.755.133	3.987.761
Piauí	36.373	31.668	28.930	Dezembro	3.093.244	3.475.497	4.010.551
Ceará	133.352	161.763	193.919	Janeiro	2.257.928	2.334.631	2.802.054
Rio Grande do Norte	474.959	428.505	471.471	Junho a Janeiro ..	25.704.014	28.340.928	30.739.170
Paraíba	6.529.288	6.163.773	6.927.573	Fevereiro	2.100.623	1.901.705	—
Pernambuco	1.520.181	1.487.191	1.756.814	Março	1.682.677	1.666.232	—
Alagoas	—	—	—	Abril	891.350	975.279	—
Fernando de Noronha	361.669	343.993	467.503	Maió	356.453	374.839	—
Sergipe	650.808	523.148	613.777	2º SEMESTRE	10.382.275	10.728.183	—
Bahia	—	—	—	MÉDIA	1.730.379	1.788.031	—
SUL	15.992.563	19.194.705	20.273.951	JUNHO A MAIO ..	30.735.117	33.258.983	—
Minas Gerais	1.245.479	1.510.229	1.586.859	MÉDIA	2.651.260	2.771.582	—
Espírito Santo	100.727	102.852	101.848				
Rio de Janeiro	4.519.199	5.195.845	4.592.407				
Distrito Federal	—	—	—				
São Paulo	9.418.239	11.691.920	13.165.123				
Paraná	503.168	487.576	661.037				
Santa Catarina	154.007	162.680	121.839				
Rio Grande do Sul	—	—	—				
Mato Grosso	30.321	24.629	22.753				
Goiás	21.423	18.974	22.085				
BRASIL	25.704.014	28.340.928	30.739.179				

NOTAS: — I. Esses dados representam apurações procedidas ao término de cada mês, com exclusão portanto de pequenas parcelas da produção real não informadas em tempo. — II. Além da produção mensal acima, devem ser consideradas as parcelas remanescentes de 52.079, 12.094, 512, 53.226, 11.318, 2.548, 84.274, 31.617 e 603 sacos referentes, respectivamente, aos meses de junho a agosto de 1952 (safra de 1951/52) de 1953 (safra de 1952/53), de 1954 (safra de 1953/54).

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA — SAFRA 1954/55

POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO DE 1955

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO		
	Estimada	Realizada	A realizar
NORTE	15.570.000	10.465.219	5.104.781
Guaporé	—	—	—
Acre	—	—	—
Amazonas	—	—	—
Rio Branco	—	—	—
Pará	2.000	1.171	829
Amapá	—	—	—
Maranhão	7.000	4.061	2.939
Piauí	1.000	—	1.000
Ceará	30.000	28.930	1.070
Rio Grande do Norte	250.000	193.919	56.081
Paraíba	580.000	471.471	108.529
Pernambuco	10.000.000	6.927.573	3.072.427
Alagoas	2.700.000	1.756.814	943.186
Fernando de Noronha	—	—	—
Sergipe	700.000	467.503	232.497
Bahia	1.300.000	613.777	686.223
SUL	20.330.000	20.273.951	56.049
Minas Gerais	1.600.000	1.586.859	13.141
Espírito Santo	110.000	101.848	8.152
Rio de Janeiro	4.600.000	4.592.407	7.593
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	13.170.000	13.165.123	4.877
Paraná	665.000	661.037	3.963
Santa Catarina	125.000	121.839	3.161
Rio Grande do Sul	—	—	—
Mato Grosso	30.000	22.753	7.247
Goiás	30.000	22.085	7.915
BRASIL	35.900.000	30.739.170	5.160.830

NOTA — Os dados de estimativa da produção constantes do quadro acima, estão sujeitos a atualizações periódicas, oriundas de revisões procedidas na estimativa inicial, com base em informações recentes.

PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS NAS ÁREAS CANAVIEIRAS DO BRASIL SAFRAS DE 1954/1955 (Em M/M)

POSTOS	CICLO VEGETATIVO DA CANA DE AÇÚCAR																	Total do Ciclo em curso	MÉDIAS	
	1954										1955								Ciclo em curso	Normal
	Ab.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	No.	De.	Jan.	Fe.	Ma.	Ab.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.		
PERNAMBUCO																				
Água Branca	103	216	153	87	99	22	6		6											
Barreiros	366	597	285	196	158															
Bulhões	328	781	245	171	80	36	16	8	59											
Catende	262	392	268	123	93	17		30	12											
Ipojuca	150	287	109	162		22														
Massauassú	58	17	78																	
Petribú	134	410	100	53	31															
Rocadinho	176	424	230	139	100	33	14	47	19											
Santa Teresinha	212		221	99	96	30	11	34	14											
União Indústria	305	530	263	229	12	45		3												
Destilaria Central "Pres. Vargas"	250	746	222	152	100	45	11	28												
ALAGOAS																				
Serra Grande	185	311	228	111	130	39	10	11	14											
BAHIA																				
Aliança		152	97	162	111															
Altamira	96	222	130	108	100	10	8	84	41											
Cinco Rios																				

* Sujeito a retificação.

CONTINUA

POSTOS	CICLO VEGETATIVO DA CANA DE AÇÚCAR															Total do Ciclo em curso	MÉDIAS	
	1954																Ciclo em curso	Normal
	Fe.	Ma.	Ab.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	No.	De.	Jan.	Fe.	Ma.	Ab.	Mai.		
MINAS GERAIS																		
Ana Florência	39	98	16	58	9	0	0	0	62	67	135	484
Rio Branco	104	152	42	58	3	5	2	0	73	245	185	869
RIO DE JANEIRO																		
Barcelos	0	51	...	62	34	30	12	7	98	161	53	508
Cupim	3	116	160	117	15	20	30	7	82	64	116	730
Laranjeiras	106	167	16	61	68	3	0	0	48	111	217	797
Paraíso	5	95	101	147	33	48	13	4	64	47	58	615
Pureza	21	125	81	94	2	9	8	0	87	33	120	580
Quissaman	2	173	98	95	32	41	24	4	77	59	58	664
Santa Cruz	1	123	93	70	14	10	9	3	79	70	62	534
Santa Luíza	27	115	132	105	42	86	47	88	152	78	144	1.016
Santa Maria	19	131	68	51	8	11	13	6	30	48	146	531
Dest. Central Est. do Rio	0	125	124	58	12	8	17	6	63	135	48	596
Est. E. C. A. Campos	2	134	148	116	29	21	48	10	79	79	67	733
SÃO PAULO																		
Albertina	98 *
Anália	237	156	19	145	56	4	0	10	57	103	271	1.058
Ester	138	313	24	96	51	11	0	37	52	11	235	968
Junqueira	114	114 *
Monte Alegre	155	157	33	126	54	10	0	039	86	660
Piracicaba	211	126	41	95	64	31	0	39	60	34	701
Porto Feliz	207	141	...	166	60	16	0	34	108	63	843
Santa Bárbara	238	180	35	98	49	8	0	36	130	47	254	1.075
Tamoio	280	98	11	154	59	4	606

* Sujeito a retificação.

NOTA — Dados fornecidos pelo Serviço Técnico Agrônomo, da D.A.P.

PAULO MATTOS DE SIQUEIRA — p/Chefe do Serviço

ACÔRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Em sua edição de 26 de janeiro último, o "Jornal do Comércio" divulgou a seguinte correspondência:

"NOVA YORK, Janeiro (Agência Nacional — SINB) — O primeiro ano de vigência do Acôrdio inter-americano do Açúcar — opina o "New York Times" — foi mais bem sucedido do que o esperaram seus adversários e satisfaz a quase todas as expectativas de seus partidários.

O Acôrdio, que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1954 estabelece que o preço do açúcar será considerado equitativo tanto para os consumidores como para os produtores se for mantido dentro de um âmbito de preços estabilizados, entre um mínimo de 3,25 cents e um máximo de 4,35 cents" a libra-pêso. Apesar do super-abastecimento de açúcar no ano passado, o preço mínimo só abaixou da cifra mínima durante curtos períodos.

Afigura-se que um número suficiente de países produtores e consumidores contribuirá para a observância do Acôrdio. O preço local do açúcar subiu ao nível máximo de 3,4 cents a libra-pêso em fevereiro e caiu ao mínimo de 3,1 cents em agosto. O preço médio durante o ano esteve muito próximo do mínimo estabelecido pelo Acôrdio.

O convênio açucareiro permite uma redução de até 20% nas quotas de exportação quando necessário para manter os preços. O Conselho que administra

o Acôrdio reduziu as quotas de exportação de 15% em dezembro de 1953, introduzindo outra redução de 5% em maio.

Quando os preços caíram abaixo do nível de 3,25 cents em agosto, o Conselho não pôde tomar outra medida senão recomendar a redução voluntária da quota. O preço situou-se abaixo do nível mínimo durante 20 dias recuperando-se em seguida.

No último mês do ano, o preço local do açúcar mundial voltou a cair abaixo do mínimo estabelecido pelo Acôrdio. O ano terminou com o açúcar cotado a 3,17 cents a libra-pêso.

Mais uma vez este ano haverá super-produção de açúcar; calcula o Conselho que as necessidades de açúcar do mercado mundial serão de 4.400.000 toneladas. Num esforço para estabilizar os preços no começo do ano, o Conselho já reduziu as quotas de 1955 ao limite de 20%. Parte das necessidades mundiais, ao que se acredita, serão preenchidas por países não signatários do Acôrdio, quantidade essa que deve ser reduzida da quota das nações signatárias.

Alguns representantes da indústria consideram a redução prematura, argumentando que o Conselho ficará sem meios de combater a queda nos preços. Outros dizem que o corte concorrerá para estabilizar o preço no princípio do ano e que se a redução resultar insuficiente em nada terá influído a ocasião em que foi adotada.

O Acôrdio tem a vigência de cinco anos. No terceiro ano de operações suas cláusulas serão reexaminadas, especialmente as quotas e os preços."

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

O BANGUÊ NAS ALAGOAS

Um ensaio verdadeiramente excepcional pelo que junta de interpretação sociológica ao esforço honesto e paciente da história alagoana.

Do Prefácio de GILBERTO FREYRE

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção.

DIVERSOS

BRASIL: — A Agricultura em São Paulo, n. 1; Agricultura Mecanizada, ns. 1/2; Boletim Comercial e Industrial, ns. 24/6; Boletim Estatístico, n. 48; Boletim da Associação dos Empregados no Comércio, n. 110; Boletim Bibliográfico do Ministério da Educação e Cultura, vol. 4, n. 1; Brasil Madeiro, n. 102; Boletim Mensal, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, n. 3; Comércio Internacional, n. 5; Conjuntura Econômica, ns. 1/2; C.N.I., Notícias, n. 10; O Economista, n. 431; IPASE, n. 38; Instituto Zimotécnico da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, Publicações ns. 8/10; Mensário Estatístico, S.E.E.F. do Ministério da Fazenda, n. 41; O Observador Econômico e Financeiro, n. 227; Orientação Econômica e Financeira, n. 135; Paraná Econômico, ns. 22/3; Revista Imposto Fiscal, n. 50; Revista de Química Industrial, n. 270; Revista do IRB, n. 89; Revista de Tecnologia das Bebidas, n. 1; Revista de História, n. 20; Sítios e Fazendas, n. 2.

ESTRANGEIRO: — The Australian Sugar Journal, ns. 8/9; Actividade Econômica de Angola, n. 38; Agricultura al Dia, n. 3; Boletim Azucarero Mexicano, ns. 66/67; Belgique-Amérique Latine, n. 112; Brazil Journal, vol. 13, n. 138; Bibliography of Agriculture, vol. 18, n. 12; vol. 19, n. 1; Brazilian American, 1954-1955 — second annual edition; Correo Literario, n. 9; Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, n. 180; Cuba Econômica y Financeira, volume XXIX, n. 345; Digesto Econômico Financeiro, n. 26; Fortnightly Review, n. 479; F. O. Lichts Sugar Information Service, vol. 87 - Sup. Rep. ns. 1/2; The International Sugar Journal, n. 675; La Industria Azucarera, n. 735; Indian Sugar, vol. IV, n. 8; Da India Distante, Boletim, ns. 98/99; L'Industria Saccarifera Italiana, ns. 11/12; Inst. de Colonización e Imigración - I.C.I., n. 3; Informaciones Co-

merciales, ns. 59/60; Nouvelles de la C.C.I., ns. 1/2; Producción, ns. 99/100; Paraguay Industrial y Comercial, ns. 124/125; Revista de la Unión Industrial Uruguaya, n. 116; Revista Industrial, vol. 23, n. 2; Revue de la Chambre de Commerce France-Amérique Latine, n. 6; Revue de la Potasse, Janvier 1955; The Sugar Journal, vol. 17, n. 8; La Sucrierie Belge, ns. 9/10/11/12; The South African Sugar Journal, n. 1, vol. 39; Síntesis Estadística Mensual de la Republica Argentina, n. 11; Suelo Tico, n. 31; U. S. Dept. of Agriculture, Monthly List of Publications and Pictures, nov. 54; Weekly Statistical Sugar Trade Journal ns. 4/6/7.

Ponte Rolante BARDELLA

VENDE-SE

Capacidade..... 4 a 5 toneladas

Vão entre trilhos..... 12,98 m.

Altura de levantamento..... 8,00 m.

★

Motivo da venda: aquisição de ponte de maior capacidade

★

Troposta à USINA DA BARRA

Caixa Postal 252 - Campinas, SP

Livros à venda no I. A. A.

	Cr\$
ANAIS DO 1º CONGRESSO AÇUCAREIRO NACIONAL	30,00
ANUÁRIO AÇUCAREIRO — Safra 50/51	50,00
CANAVIAIS E ENGENHOS NA VIDA POLÍTICA DO BRASIL — Fernando de Azevedo	40,00
CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL	25,00
FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho	5,00
GEOGRAFIA DO AÇÚCAR — Afonso Várzea	50,00
MEMÓRIA SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR — D. José Joaquim Azeredo Coutinho ..	5,00
O BANGUÊ NAS ALAGOAS — Manuel Diégues Júnior	40,00
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães	40,00
OS HOLANDESES NO BRASIL — Jan Andries Moerbeek	10,00
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. Cada vol. br.	10,00
SUBSÍDIO AO ESTUDO DO PROBLEMA DAS TABELAS DE COMPRA E VENDA DE CANA — Gileno Dé Carli	10,00

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22.789, de 1º de JUNHO DE 1933



DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

ALAGOAS

RUA SÁ E ALBUQUERQUE, 544 — Maceió

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

BAIA

EDIFÍCIO S. A. MAGALHÃES — RUA TORQUATO BAIA, 3. 3º andar — Salvador

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

MINAS GERAIS

EDIFÍCIO "ACAIACA" — AV. AFONSO PENA, 867, 9º — Belo Horizonte

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

PARAIBA

PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 36/50-1º andar — João Pessoa

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

PERNAMBUCO

EDIFÍCIO PERNAMBUCO — AVENIDA DANTAS BARRETO, 324 — 8º a 11º andar

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

RIO DE JANEIRO

EDIFÍCIO VICENTE NOGUEIRA — PRAÇA SÃO SALVADOR, 64 — Campos

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

SÃO PAULO

RUA FORMOSA, 367-21º andar — Edifício C.B.I.

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR

SERGIPE

EDIFÍCIO CABRAL — RUA JOÃO PESSOA, 333-1º andar - s/3 — Aracaju

Enderêço Telegráfico : SATELÇUCAR



DESTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAIA — Santo Amaro — End. Telegráfico: "Dicenba" — Santo Amaro

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Destilaria Leonardo Truda — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa Postal, 60 — End. Telegráfico: "Dicenova" — Ponte Nova

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Destilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa Postal, 97 — Recife — End. Telegráfico: "Dicenper" — Recife

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage (E. F. Leopoldina) — Caixa Postal, 102 — Campos — End. Telegráfico: "Dicenrio" — Campos — Fone: Martins Lage 5

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Destilaria Ubirama — Lençóis Paulista — Fone, 55 — End. Telegráfico: "Dicençois".

Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

CAMPINAS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

DUQUE DE CAXIAS (Est. do Rio)

TRÊS RIOS (Est. do Rio)

Sede: Rua Pedro Alves, 319

Telegramas "USINAS"

★

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

